

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**

**RELATÓRIO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
GESTÃO 2010**

**DESEMBARGADOR SOLON d'EÇA NEVES
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

**Florianópolis/SC
(janeiro/2011)**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA	6
2.1. Atribuições do Corregedor-Geral da Justiça	6
2.1.1. Participação em eventos e reuniões	7
2.1.2. Edição de Provimentos	8
2.1.3. Apreciação de processos.....	10
3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO.....	10
3.1. Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional	10
3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas.....	11
3.2.1. Atividades desenvolvidas pelo Núcleo II durante o ano de 2010:	11
3.2.2. Projetos	12
3.2.3. Pareceres.....	13
3.2.4. Projeto META 2	21
3.3. Núcleo de Assessoramento III: Correicional e Instrução Disciplinar	23
3.3.1 Inspeções locais realizadas em 2010:	23
3.3.2 Inspeções virtuais realizadas em 2010:.....	23
3.3.3. Análise das respostas às determinações e confecção de relatórios de verificações nos processos de inspeções e correições, em 2010:	23
3.3.4. Instruções em Processos Administrativos com inquirições em 2010:	24
3.4. Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais	25
3.4.1. Considerações iniciais	25
3.4.2. Atividades Desenvolvidas	26
3.4.3. Projeto do Selo Digital	38
3.4.4. Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento, ajuda de custo e cadastro das serventias.....	41
3.5. Atividades da Escrivania Correicional	46
3.5.1. De orientação.....	46
3.5.2. De planejamento e de projetos.....	46
3.5.3. De inspeção	47
3.5.4. De revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.....	48
3.5.5. Apresentações e palestras	49
3.5.6. Do Mutirão de Sentenças.....	49
3.5.7. Do Mutirão das Turmas de Recursos.....	49
4. COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEPIJ.....	50
4.1. Mutirões Carcerários	50
4.2. Inspeções nos Centros de Internações Provisórias (CIPs) e Centros Educacionais Regionais (CERs) ...	50
4.3. Compromissos do coordenador pela CEPIJ e Corregedoria-Geral da Justiça	50
4.4. Processos Administrativos Relacionados à CEPIJ: 131 processos.....	54
4.5. Ofícios-Circulares relacionados à CEPIJ.....	61
4.6. Processos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 290 processos	63
4.7. Despachos.....	64
4.8. Pareceres.....	64
5. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	65
6. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA.....	66
7. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS.....	68
7.1. Atendimento a consultas por telefone.....	68
7.2. Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais.....	69
7.3. Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone.....	69
7.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria	69
7.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos.....	69
7.6. Outras atividades	70
8. ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA	71
8.1. Site da Corregedoria-Geral da Justiça.....	71
8.2. Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA	71
8.3. Sistema Bacen Jud.....	72
8.4. Sistema de Jurados Voluntários.....	72
8.5. Provimentos e Circulares.....	72

8.6. SAJ Estatística	73
8.7. Sistema de Inspeção Virtual	73
8.8. Sistema de Selo.....	73
8.9. Ressarcimento de Selos	74
8.10. Mutirão carcerário	74
8.11. Plantão judicial de primeiro grau.....	74
8.12. Levantamento de dados dos CERs e CIPs	74
8.13. 54º ENCOGE.....	75
8.14. Projeto Banco de Peritos.....	75
8.15. Emissão de relatórios estatísticos	75
8.16. Atendimento	75
8.17. Sistema de Intimação por Telefone	76
8.18. Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2010	76
8.19. Portal do Extrajudicial	76
8.20. Banco de Conhecimento.....	77
8.21. Programa DNA.....	77
8.22. Portal da Infância e da Juventude	77
8.23. Instalação do SAJ-PG 5.0.....	77
8.24. Troca de microcomputadores e periféricos.....	78
8.25. SSP	78
8.26. Sistemas CNJ.....	78
8.27. Competência Delegada	79
8.28. TRE – Tribunal Regional Eleitoral.....	79
8.29. CND – Certidão Negativa de Débito.....	79
8.30. Rol de Antecedentes Criminais	79
8.31. META 2 – CNJ.....	79
8.32. Área Restrita destinada aos cartórios extrajudiciais	79
8.33. Módulo Projeto Selo Digital: Portal de consulta do inteiro teor dos atos remetidos (em caráter de testes).....	80
8.34. s@e - Sistema de Atendimento do Extrajudicial	80
8.35. Projeto Selo Digital	80
8.36. Balancete resumido mensal dos cartórios extrajudiciais.....	81
8.37. Questionário para o Censo dos Cartórios de Registros Cíveis das Pessoas Naturais (Provimento 13 CNJ)	81
8.38. Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças	82
8.39. SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção (em construção).....	82
8.40. Novo Censo do Extrajudicial.....	82
8.41. Atividades diversas.....	82
8.42. Aquisição de Selo Digital para os cartórios extrajudiciais piloto.	83
8.43. Módulo de Atualização de dados cadastrais para as serventias extrajudiciais do concurso (Edital N. 84/07)	83
8.44. Sistema de Cadastro das Serventias (não concluído).....	83
9. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA.....	84
9.1. Quadro de pessoal.....	84
9.2. Atribuições	84
9.3. Projetos/Atividades.....	85
9.4. Eventos/Treinamentos	87
9.5. Dados estatísticos	87
9.5.1. Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional	87
9.5.2. Adoções realizadas	87
9.5.2.1. NACIONAIS	88
9.5.2.2. INTERNACIONAIS	88
9.5.3. Pretendentes habilitados	89
9.5.4. Entidades de acolhimento cadastradas na CEJA	90
9.5.5. Crianças/Adolescentes acolhidos.....	90
9.6. Grupos de estudos e apoio à adoção.....	91
9.7. Propostas	92
9.8. Conclusões.....	92
10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL.....	93
11. CONCLUSÃO.....	95
12. ANEXOS.....	97

12.1 Anexo 1 – Relatório anual de acompanhamento de processos – Divisão Administrativa	97
12.2. Anexo 2 – Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária	98
12.3. Anexo 3 – Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária	99

1. INTRODUÇÃO

Ao término de quase um ano de nossa atividade neste órgão censor e de orientação aos Magistrados e Serventuários, em atenção ao disposto no artigo 383, XIX, da Lei n. 5.624/79 (Código de Divisão e Organização Judiciária), apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades que foram desenvolvidas pela Corregedoria-Geral da Justiça no foro judicial, no período compreendido entre os meses de fevereiro a dezembro de 2010.

Primeiramente, incumbe-nos ressaltar e agradecer a valiosa, prestimosa e corajosa colaboração dos Exmos. Srs. Juízes Corregedores, Dr^a. Soraya Nunes Lins, Dr. Dinart Francisco Machado, Dr. Julio Cesar Ferreira de Mello, Dr. Volnei Celso Tomazini, Dr. Osmar Mohr e, mais recentemente, o Dr. Alexandre Karazawa Takaschima e o Dr. Vitoraldo Bridi, bem como agradecer a dedicação e o empenho de todos os servidores que atuam neste órgão, sem os quais as tarefas e os projetos importantes em andamento não teriam alcançado o êxito desejado.

Agradeço, em especial, aos senhores Magistrados que, no exercício exemplar de suas funções, proporcionam uma gestão tranquila - porque ciente que sou da responsabilidade de cada um -, e cumprimento a todos pelos resultados obtidos nos projetos de Metas do Conselho Nacional de Justiça, uma vez que já ultrapassamos o percentual de 50% das metas já cumpridas. O mérito é dos senhores Magistrados Catarinenses, os quais são motivo de orgulho e exemplo aos demais.

Foram realizados trabalhos profícuos e exaustivos por todos, sempre mantendo os projetos de meus ilustres antecessores, como as inspeções virtuais, "in loco", os mutirões de sentença, o cadastro de adoção, com ampliação de suas atividades, o mutirão de julgamentos de processos do Tribunal de Júri, com resultado excelente, ultrapassando as expectativas, coroando-se de inegável sucesso.

Não podemos olvidar do Mutirão Carcerário da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude, projeto inédito e inovador realizado pelos Juizes das Varas de Execução Penal e das Varas da Infância e Juventude do Estado, cuja metodologia acabou sendo adotada pelos demais Estados da Federação, o que engrandece a Magistratura Catarinense.

Cada divisão administrativa deste órgão apresenta relatório que demonstra o inegável empenho de todos os funcionários com os projetos em andamento, e aqueles que tiveram início nesta gestão, a exemplo da disponibilização, na página eletrônica da CGJ, dos pareceres exarados pelos núcleos administrativos e dos senhores Juizes Corregedores, da implantação do selo digital para os atos Registrais e Notariais, bem como o atendimento sempre prestativo e antecipado das informações solicitadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

De registrar-se o constante apoio da Presidência e da Vice-Presidência desta Corte e, igualmente, do Senhor Vice-Corregedor-Geral de Justiça, sem os quais muitos dos projetos e anseios da gestão não teriam condições de andamento e implantação.

Ressalte-se, também, a delegação ao Exmo. Sr. Vice-Corregedor-Geral da Justiça, conforme Portaria n. 3/2010, da orientação e fiscalização dos cartórios Notariais e Registrais extrajudiciais, cuja função vem sendo exercida com muita responsabilidade e eficiência.

2. ATIVIDADES DO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

2.1. Atribuições do Corregedor-Geral da Justiça

As atribuições do Corregedor-Geral da Justiça foram atendidas mediante:

- a) divulgação e esclarecimentos sobre as informações prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções;
- b) informações sobre o Sistema de Monitoramento da Produtividade do Conselho Nacional da Justiça.
- c) divulgação do relatório mensal de inspeção dos estabelecimentos penais (Resolução n. 47/2007 do CNJ);
- d) divulgação do relatório do Cadastro Nacional de Adoção - CNJ;
- e) aplicação dos critérios de avaliação da produtividade nos processos de promoção;
- f) apoio ao desenvolvimento de grupos e projetos:

- Mutirão de Sentenças - 2010 (Resolução Conjunta n. 01/10 - GP/CGJ);
- Sistema Intimafone - Intimação via telefone dos atos praticados nos Juizados Especiais (Provimento n. 22/09 - CGJ);
- Gravação de áudio e vídeo nas audiências realizadas em todas as varas das comarcas do Estado;
- Mutirão do Júri – 2010 (Resolução Conjunta n. 02/10 - GP/CGJ);
- Criação da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude – CEPIJ (Resolução 04/2010-TJ);
- Projeto SAJ-5;
- Mutirões carcerários e inspeções nos centros de internações provisórias e centros educacionais regionais;
- Projeto “Começar de Novo” do CNJ;
- Projeto do Selo Digital de Fiscalização (Provimento n. 36/09 - CGJ);
- Reestruturação da Corregedoria-Geral da Justiça.

2.1.1. Participação em eventos e reuniões

- Reunião com o Min. Marco Aurélio: 25 de fevereiro, na cidade de Brasília/DF;
- 3º Encontro Nacional do Judiciário: 25 e 26 de fevereiro, na cidade de São Paulo/SP;
- Reunião com o Min. Gilson Dipp: 01 de março, na cidade de Brasília/DF;
- Visita à Casa da Moeda: 22 e 23 de março, na cidade do Rio de Janeiro/RJ;
- Reunião com os magistrados do oeste catarinense: 26 e 27 de março, nas cidades de São Miguel do Oeste e Chapecó;
- Mutirão Carcerário: 11 e 12 de abril, na cidade de Joinville;
- 53º ENCOGE: 15 e 16 de abril, na cidade de Natal/RN;
- Reunião com os magistrados do Vale do Rio do Peixe catarinense: 24 a 26 de maio, nas cidades de Joaçaba e Caçador;
- Reunião com os magistrados do litoral sul catarinense: 09 a 11 de junho, nas cidades de Araranguá e Criciúma;

- 54º ENCOGE: 25 e 26 de agosto, na cidade de Florianópolis/SC;
- Encontro com as Corregedorias Gerais de Justiça: 19 a 22 de outubro, na cidade de Brasília/DF;
- 2º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina: 04 e 05 de novembro, na cidade de Florianópolis/SC;
- 55º ENCOGE: 25 e 26 de novembro, na cidade de Belém/PA;
- 7º Encontro dos Grupos de Estudos e Apoio à Adoção: 10 e 11 de novembro, na cidade de Araranguá;
- 1º Fórum Estadual dos Juízes da Vara da Infância e Juventude: 12 de novembro, na cidade de Araranguá.

2.1.2. Edição de Provimentos

Nº	Tipo / Ementa
01	Foro Judicial Altera a Seção IX do Capítulo VI do Código de Normas. Serventias extrajudiciais.
02	Foro ExtraJudicial Dispõe sobre a informatização das serventias extrajudiciais do Estado de Santa Catarina consideradas vagas após o encerramento do concurso para ingresso na atividade notarial e registral. Edital n. 84/2007.
03	Foro Judicial Altera o parágrafo único do artigo 93 do Código de Normas. Fornecimento gratuito de certidões de antecedentes criminais.
04	Foro ExtraJudicial Autos CGJ n. 1196/2010. Inclui parágrafo único no art. 110 do Código de Normas. Valores judiciais depositados durante o plantão judiciário ou fora do expediente bancário.
05	Foro Judicial Inclui Seção no Código de Normas que trata da proteção de medidas de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas por colaborarem com a investigação e instrução criminal.
06	Foro ExtraJudicial Autos CGJ n. 0068/2009. Altera o caput dos arts. 624 e 625 e insere parágrafo único no art. 624 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que tratam dos editais de proclamas.
07	Foro ExtraJudicial Autos CGJ n. 0822/2009. Revoga o artigo 929 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do reconhecimento de firma em procuração para fins judiciais.
08	Foro ExtraJudicial Autos CGJ-E n. 0058/2010. Altera o art. 604 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do registro da declaração de nascimento após o decurso do prazo legal.
09	Foro Judicial Autos CGJ n. 1650/2009. Inclui e renumera parágrafos do artigo 206 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do procedimento de carga rápida em autos conclusos.
10	Foro Judicial Resolução n. 45 do Conselho Nacional de Justiça, de 17 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a padronização dos endereços eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário. Alterar os artigos 30; 61, §1º; 67; 69, § 1º; 91; 92; 442; 471, parágrafo único e 482, §3º, todos do Código Normas da Corregedoria-Geral da Justiça.
11	Foro Judicial Pedido de Providências do Conselho da Magistratura n. 2009.900081-9. Altera o artigo 70, <i>caput</i> , do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que trata do recebimento de petições, via Protocolo Unificado.
12	Foro Judicial Autos CGJ-E 1601/2009. Altera o artigo 522 e inclui os artigos 522-A e 522-B no Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, referentes à impugnação, pelos notários e registradores, de valor atribuído a imóvel para fins de cobrança dos emolumentos e dos valores devidos ao FRJ.
13	Foro Judicial Autos CGJ n. 0610/2010. Altera o artigo 59 do Código de Normas. Inspeção nos Estabelecimentos Penais, até o dia dez (10) do mês seguinte, por meio de formulário eletrônico disponível no site do Conselho Nacional de Justiça.
14	Foro Judicial Inclui parágrafos, altera e renumera o parágrafo único e altera a redação do artigo 295 do Código de Normas, que determina a inserção do prazo de validade da ordem prisional civil e criminal, e da remessa eletrônica à

- Secretária de Segurança Pública dos mandados de prisão, bem como inclui o art. 295-A, que trata da alteração de dados cadastrais da pessoa a ser detida.
- 15 **Foro Extrajudicial**
Inclui o artigo 890-A no Código de Normas, referente ao arquivamento de cópia de documentos nas serventias extrajudiciais.
- 16 **Foro Judicial**
Altera os artigos: 69, §1º; 517-D, §3º; 517-E, §3º; 517-G, §1º e 517-H, §1º e revoga os incisos III, IV e V do § 3º do art. 517-E, todos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça que tratam dos acessos ao Sistema de Antecedentes Criminais para Fins Judiciais e dos Sistema Auxiliares.
- 17 **Foro Judicial**
Inclui o artigo 241-I e parágrafo único no Código de Normas, que tratam da exibição de gravações de audiências nas sessões do júri.
- 18 **Foro Judicial**
Altera o artigo 102, *caput* e parágrafo 1º do Código de Normas, que trata das certidões de antecedentes criminais para fins eleitorais, e incluiu o parágrafo 3º.
- 19 **Foro Extrajudicial**
Estabelece normas sobre a nomeação de interventor e interino, remuneração, prestação de contas e apuração disciplinar, além de outras disposições.
- 20 **Foro Extrajudicial**
Altera o título da Seção II do Capítulo VII e insere os artigos 967-A, 967-B e 967-C, no Código de Normas, relativo aos Livros e Arquivos.
- 21 **Foro Judicial**
Altera o artigo 266 do Código de Normas, relativo ao valor de alçada para cabimento de apelação, nas ações de execução fiscal.
- 22 **Foro Judicial**
Inclui a Seção VIII - Requisição de pagamento de honorários da jurisdição delegada, no Capítulo XXIII - Sistemas Auxiliares.
- 23 **Foro Judicial**
Acrescenta o artigo 287-A e parágrafo único no artigo 287, no Código de Normas, sobre a alienação antecipada da coisa ou bem apreendido.
- 24 **Foro Judicial**
Inclui a Seção IX - Sistema de Informações Eleitorais - SIEL, no Capítulo XXIII - Sistemas Auxiliares.
- 25 **Foro Judicial**
Inclui os arts. 256-A e 257-A no Código de Normas, que tratam da compensação de créditos da entidade devedora do precatório e da requisição de pequeno valor, respectivamente.
- 26 **Foro Judicial**
Acrescenta o artigo 226-A ao Código de Normas, que inclui os leiloeiros rurais a Seção do Programa de Hastas Públicas.
- 27 **Foro Extrajudicial**
Autos CGJ n. 0834/2010. Altera o artigo 917 do Código de Normas, que trata do inventário e da partilha, nas serventias extrajudiciais.
- 28 **Foro Extrajudicial**
Autos CGJ-E n. 0215/2010. Altera a redação do parágrafo 1º do artigo 1.037 do Código de Normas.
- 29 **Foro Judicial**
Altera o artigo 109 do Código de Normas. Resolução n. 15/2010-GP. Os valores monetários à disposição do juízo deverão ser depositados diretamente no Sistema Financeiro de Conta Única de Depósitos sob Aviso à Disposição da Justiça, salvo determinação judicial ou disposição de lei em contrário.
- 30 **Foro Extrajudicial**
Fixa o termo final para o prazo de solicitação de ressarcimento de atos gratuitos, cujas despesas se originaram no exercício de 2010, e estabelece o procedimento de ressarcimento dos atos praticados no ano de 2011
- 31 **Foro Extrajudicial**
Disciplina o procedimento para implantação dos Selos de Fiscalização Especial DUT - 2 Atos.
- 32 **Foro Judicial**
Altera a redação do § 2º do art. 295 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe do prazo de validade da ordem prisional criminal em razão de prisão preventiva, temporária, pronúncia ou revogação de liberdade provisória.
- 33 **Foro Extrajudicial**
Altera o artigo § 2º do art. 615 e o art. 882, *caput*, ambos do do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, referentes à exigência de certidão de nascimento atualizada para o pedido de habilitação de casamento e para lavratura de escritura pública.
- 34 **Foro Judicial**
Altera a redação dos artigos 31, 33, 34 e 35 e inclui o artigo 31-A, todos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça, que dispõe sobre o plantão circunscricional no primeiro grau de jurisdição.
- 35 **Foro Extrajudicial**
Renumerar o parágrafo único do art. 3º do Provimento CGJ n. 08/2009, insere parágrafo ao mesmo dispositivo, que trata da intervenção de advogado de núcleo de prática jurídica dos cursos de direito nas lavraturas de escrituras públicas de inventário, partilha, separação e divórcio, e, acrescenta o § 6º ao art. 8º, que trata da vedação de emitir certidão ao advogado representante de núcleo de prática jurídica.

2.1.3. Apreciação de processos

Foram apreciados, no âmbito da Corregedoria-Geral da Justiça, os seguintes processos envolvendo Magistrados:

- Processo Administrativo Disciplinar n. 1448/2009.

E, no Conselho da Magistratura:

- Consulta n. 2010.900046-8
- Pedido de Providência n. 2009.900051-7
- Processo Administrativo n. 2010.900007-7
- Embargos de Declaração em Recurso de Concurso n. 2009.900114-9
- Processo Administrativo n. 2010.900007-7
- Processo Administrativo n. 2007.900059-7
- Processo Administrativo n. 2010.900007-1
- Pedido de Providências n. 2009.900175-0
- Pedido de Providências n. 2008.900031-0

3. ATIVIDADES DOS NÚCLEOS DE ASSESSORAMENTO

3.1. Núcleo de Assessoramento I: Orientação Institucional

a) De um total de 320 procedimentos administrativos distribuídos ao Núcleo I durante os meses de janeiro a dezembro do ano de 2010, foram emitidos pelos Juízes-Corregedores 259 pareceres finais e 75 intermediários. Atualmente, aguardam análise 39 procedimentos;

b) Durante o ano foram concluídos 18 processos de vitaliciamento de Juízes Substitutos, estando em andamento outros 30 processos;

c) Além dos processos autuados e distribuídos ao Núcleo I desta Corregedoria, os Juízes-Corregedores analisaram ainda 830 expedientes diversos, que foram despachados diretamente com o Corregedor-Geral da Justiça sem a necessidade de autuação;

d) O Núcleo I assessorou o Corregedor-Geral da Justiça na emissão de 01 Portaria em Processo Administrativo Disciplinar;

e) Quanto aos atendimentos prestados pelo Núcleo I aos magistrados e jurisdicionados catarinenses, contabilizam-se os seguintes dados:

e.1) Atendimento prestado por telefone:

- Os Juízes Corregedores realizaram 1.003 atendimentos

- A Assessoria do Núcleo I prestou 5.801 atendimentos

e.2) Atendimento prestado por correspondência eletrônica:

- o Núcleo I prestou um total de 5.685 informações por esse meio de comunicação.

e.3) Atendimento prestado pessoalmente:

Os Juízes Corregedores atenderam pessoalmente 181 pessoas;

A Assessoria do Núcleo I atendeu 474 pessoas;

f) O balanço anual realizado pelo Núcleo I – Orientação Institucional apresentou um total de 14.343 processos, petições, telefonemas, correspondências eletrônicas e atendimento pessoal.

3.2 Núcleo de Assessoramento II: Planejamentos, Projetos e Revisão do Código de Normas

3.2.1. Atividades desenvolvidas pelo Núcleo II durante o ano de 2010:

- Redação de 2 portarias relacionadas com o Cartório Remoto de Processo Eletrônico – CREPE;
- Redação de Resolução Conjunta n. 2/2010-GP/CGJ;
- Redação de 19 (dezenove) provimentos diversos, os quais, na grande maioria, relacionados com alterações de dispositivos do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça;
- Redação de 7 (sete) circulares de matérias diversas;
- Redação de 34 (trinta e quatro) ofícios-circulares de matérias diversas;
- Exarados 334 (trezentos e trinta e quatro) pareceres de assuntos e matérias variadas, cuja relação é apresentada abaixo;

- Participação em 67 (sessenta e sete) reuniões de assuntos diversos;
- Participação com palestrantes na capacitação sobre temas de interesse da CGJ no curso de vitaliciamento de magistrados;
- Realizado projeto piloto do novo sistema online para o PRODNASC em Lages;
- Realizada, via webconferência, a capacitação de servidores de todas as varas com competência para investigação de paternidade para o sistema PRODNASC (geração online de ficha de identificação, etiquetas de identificação de cartão de amostras, etc.);
- Participação com palestrantes da CGJ em curso de capacitação nas Secretarias dos Juizados Especiais;
- Respondidas 700 mensagens por correio eletrônico.

3.2.2. Projetos

TÍTULO	INICIATIVA	SITUAÇÃO
Acesso ao INFOJUD	CGJ	Todos os juízes cadastrados e habilitados no sistema. A DTI providenciou a entrega de certificados digitais aos juízes e servidores.
Acesso ao CCS	CGJ	Autos CGJ 0607/2008. Incluída regulamentação no CNCJG e publicadas orientações na intranet.
Depoimento sem Dano	CGJ (solicitação do Juiz José Carlos Bernardes dos Santos)	Autos CGJ 0868/2008. Aprovado pelo CGINFO. A implantação acompanhará o projeto de gravação de audiências.
Credenciamento de Corretores de Imóveis Alienação por Iniciativa Particular	CGJ (pedido do CRECI)	Autos 300877-2008.0 com minuta de resolução submetida ao CRECI para sugestões.
Eliminação de correspondências de solicitação de informações ao TRE/SC – substituição por troca de arquivos	TRESC	Incluída no CNCJG a regulamentação para utilização do SIEL – Sistema de Informações Eleitorais.
Alteração do sistema de pedidos de kits PRODNASC – colher dados das coletas	CGJ	Implantado com treinamento realizado em abril/2010. Manuais e outras orientações publicadas na internet.
Criação do Sistema de Segurança das informações do PJ – controle de usuários de sistemas	CGJ	Autos 1501/2009 – em análise na Assessoria de Informática da CGJ
Leilão Eletrônico	CGJ	Autos CGJ 0607/2009. Aguarda definições. Projeto de Resolução já disponível. Consulta aos leiloeiros já realizada. Avaliado sistema de alienação do Banco do Brasil.
Instalação do SAJ 5 na CGJ – Processo Eletrônico	CGJ	Em processo de implantação. Treinamento efetuado aos usuários em novembro/2010. Previsão para fevereiro/2010 para utilização em produção.
Centralização da Distribuição Eletrônica de Títulos dos Bancos para protestos	CGJ	Com a DI para implementação de software.
Fundo de Ressarcimento de Conduções	CGJ	Para definições da ASPLAN e Presidência. Aguarda projeção de arrecadação e despesas.
Módulo SAJ/PG da Infância e Juventude	CGJ	Autos 0370/2009. Recebidas sugestões. Em fase de compilação para encaminhamento do projeto à aprovação do CGInfo e submissão à Softplan.
Honorário de peritos em processos com assistência judiciária. Convênio com a PGE para fixação de valores e criação de sistema de requisição de pagamento	CGJ	Autos n. 1455/2009. Aguarda definição dos termos do convênio para posterior desenvolvimento de sistema.

Fonte: CGJ – Núcleo II

3.2.3. Pareceres

N.	PROCESSO	ASSUNTO
1	CGJ 0006/2010	Pedido da OAB/SC. Sugere alterações nas normas de expedição de alvarás de honorários advocatícios. Não acolhimento. (01)
2	357572-2009.1	Inspeção em Xaxim. Atuação do setor Psicossocial. Autorização de prorrogação. (01)
3	359064-2009.0	Resolução CNJ n. 98. Provisão de encargos trabalhistas. Competência da Auditoria e Presidência. (01)
4	CGJ 0851/2009	Instalação da Casa da Cidadania em Massaranduba. Encaminhamento à Coordenação-Geral do Projeto "Casa da Cidadania". (01)
5	CGJ 1499/2009	Programa de Hastas Públicas. Vara de Execuções Fiscais Estaduais da Comarca da Capital. Orientação para adaptação da portaria n. 01/2009. (01)
6	CGJ 0411/2009	Ordem de Serviço n. 001/2009 encaminhada pelo Juiz Diretor do Foro de Araranguá instituindo o Manual de Procedimentos Básicos do Executivo Fiscal. (01)
7	CGJ 1225/2009	Circular n. 54/2009-CGJ – Procedimento para a realização do projeto "Mutirão do Júri". (01)
8	CGJ 0053/2010	Pedido de Providências. Regulamentação de acesso de advogados e estagiários nas comarcas do Tribunal de Justiça. Parecer acolhido. Expedição de Circular para orientação acerca da imediata juntada de procuração nos autos e autorização de carga. (01)
9	CGJ 0020/2010	Pedido de Providências. Possibilidade de uso do polígrafo a requerimento do réu. Parecer Acolhido para entender viável o uso do polígrafo, caso assim entenda pertinente o juiz da causa. (01)
10	CGJ 0024/2010	Padronização de competências na entrância inicial nos moldes do existente em Camboriú. Manutenção de grupo de equivalência. (2)
11	CGJ 0620/2009	Requerimento de instalação de 2ª Vara da Família em Chapecó. Procedência. (2)
12	CGJ 0081/2010	Pedido de providências. Distribuição não equitativa de processos em Ituporanga. (02)
13	355333-2009.7 (CGJ 0919/2009)	Requerimento para retirada da competência da Vara da Infância e Juventude de Joinville os processos referentes à sucessão de maiores e capazes (inventários e arrolamentos). (2)
14	360176-2010.5	Auditoria no recolhimento de custas iniciais (Relatório 274/2009). (02)
15	CGJ 0308/2009 (CGJ 0372/2009)	Comunica região central da comarca para efeito de cumprimento de mandados (Portaria 16/2009 de Biguaçu e Portaria 93/2009 de São José). (02)
16	CGJ 0715/2009	Pedido de providência. Recolhimento de preparo em agravo regimental e agravo diversos. Parecer acolhido. (02)
17	362580-2010.0	CNJ. Solicita dados sobre o quantitativo de ações de sustação ou cancelamento de protesto de títulos em trâmite na 1ª e 2ª instância do judiciário catarinense. (02)
18	350727-2009.0	Projeto para a implantação dos Juizados Especiais Cíveis de Relação de Consumo. (02)
19	362598-2010.2	CNJ. Informações acerca da existência de regulamentação sobre apreensão, destinação e alienação de bens. (02)
20	341821-2009.9	Pedido de Providência. Adoção de protocolo unificado e protocolo postal integrado para a interposição de recursos extraordinários. (02)
21	CGJ 1519/2009	Pedido de Providências. Antecipação de custas pela Fazenda Nacional na distribuição de execuções fiscais e cartas precatórias. Inexigibilidade. (02)
22	CGJ 0043/2010	Pedido de providências. Magistrados de Braço do Norte encaminham esclarecimentos acerca do descumprimento da Meta 2 no ano de 2009 e sobre o plano de trabalho para 2010. (02)
23	362984-2010.8	Contadora de Rio do Sul requer capacitação para contador a ser designado para substituí-la durante férias e licença-prêmio. Programa de Implantação de Serviços Judiciários. (02)
24	CGJ 0831/2009	Consulta. Vara de Sucessões e Registros Públicos questiona competência para processamento de inventários de maiores e capazes. Resolução n. 47/08-TJ. (02)
25	CGJ 0256/2009 (CGJ1519/2009)	Pedido de Providências. Recolhimento de Custas Iniciais de Autarquia Federal. Recolhimento quando findo os autos. (02)
26	CGJ 0895/2007	Requer simplificação dos procedimentos e atos judiciais, orientando os cartórios nos casos de intimações e citações a se valerem da via postal ou eletrônica, prevendo a devolução do mandado pelo oficial de justiça nas situações que elencar. Indeferimento. (02)
27	CGJ 0905/2009	Solicita a assinatura de convênio com o e. Tribunal de Justiça para viabilizar o acesso e carga dos processos judiciais, com a remessa e devolução via correios, entre diversos cartórios cíveis das comarcas e a Caixa Econômica. (03)
28	347868-2009.8	Solicita providências no sistema de consultas processuais (SAJ – 1º grau) nos processos que tramitam em segredo de justiça. (03)
29	CGJ 1635/2009	Pedido de Providências. Solicita edição de resolução quanto à remuneração de URH's dos procedimentos de alvará judicial, da Vara da Infância e Juventude. (03)
30	CGJ 0149/2004	Solicita elaboração de estudos para modernização do sistema de coleta de informações advindas do primeiro grau. (03)
31	CGJ 0258/2008	A OAB/SC - 5ª Subseção - Chapecó - requer a criação de varas para as comarcas de Xaxim e Chapecó e construção do Fórum de São Lourenço do Oeste. (03)
32	340435-2009.8	Vara da Fazenda Pública da Comarca de Balneário Camboriú. Solicita instalação de regime de exceção, bem como cessão de servidores municipais para atuar junto a vara. (03)
33	CGJ 0169/2010	Pedido de Providências. Solicita intervenção da Corregedoria, bem como a realização de inspeção na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Itaja, devido ao grande volume de processos e servidores sem treinamento para utilização do SAJ. (03)
34	363708-2010.5	Solicita atuação do Programa de Implantação de Serviços Judiciários para a capacitação de servidores junto à Secretaria do Foro e à Contadoria Judicial do Fórum Desembargador Eduardo Luz. (03)
35	CGJ 0347/2009	Exame da Portaria n. 203/09 da Comarca de Içara que disciplina a separação do cartório

		unificado (03)
36	CGJ 1493/2009	Pedido de Providências. Portaria 12/2009 da Vara da Fazenda da Comarca de Lages, que versa sobre adoção de novos procedimentos e fluxos de processos no cartório. (03)
37	266875-2007.0	O Juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca da Capital solicita estudos com vistas a alteração do formulário de autorização de viagem. (03)
38	363914-2010.2	Pedido da 2ª Vara da Comarca de Porto Belo. Solicita atuação do Programa de Implantação de Serviços Judiciários. (03)
39	CGJ 1196/2009	Pedido de orientação. Recolhimento de valores em regime de plantão. Depósito judicial. Edição de provimento. (03)
40	363344-2010.6	CNJ. Pedido de Providências. Gratuidade da expedição de certidões para fins empregatícios e de antecedentes criminais para qualquer finalidade. Edição de Provimento. (03)
41	CGJ 1445/2009	Comarca de Presidente Getúlio solicita parecer acerca dos procedimentos de nomeação de peritos para a comarca e, ainda, em relação às representações que a magistrada vem fazendo contra os médicos clínico-gerais por infração ao art. 424, CPC. (03)
42	CGJ 0673/2008 CGJ 0415/2006	Sugere que os distribuidores, além do protocolo, procedam a perfuração de todos os documentos. Solicita que as petições iniciais e intermediárias sejam protocoladas perfuradas. (03)
43	CGJ 1346/2009	Consulta. Dúvidas acerca de questões relacionadas ao procedimento do Juizado Especial Cível. Atividade Juiz Leigo. (03)
44	CGJ 0239/2003	Alterações no Provimento CGJ n. 14/2003. Testemunha Protegida. Inclusão no CNCGJ. Modelo de termo de compromisso no SAJ. Acolhimento. (03)
45	CGJ 1445/2009	Nomeação de peritos médicos. Consulta de advogado. Despacho de juíza da Comarca de Presidente Getúlio referindo infração ao art. 424, II, do CPC. Conhecimento da consulta e resposta. (03)
46	CGJ 0170/2010	Suspensão da realização de exames DNA complexos. Acolhimento. Edição de ofício-circular. (03)
47	353809-2009.5	Solicita aperfeiçoamento da vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, com minuta para apresentação em Tribunal Pleno. Parecer Acolhido. Cisão quanto à Unificação Cartorária. (03)
48	CGJ 0170/2010	PRODNASC. Suspensão de exames de casos específicos. Acolhimento. (03)
49	365624-2010.1	Ofício n.º 036/2010 – 1ª e 2ª Varas de Itapema solicitam implementação do Programa de Implantação de Serviços Judiciários. Acolhimento. (03)
50	CGJ 0538/2001	Ata de reunião técnica visando a implantação de um sistema de antecedentes criminais da região sul do país. (03)
51	CGJ 0704/2009	Pedido de providências. Atraso de 46 dias no envio de aviso de protocolo unificado pela comarca de São José (Autos n.º 009.09.000091-7). (03)
52	365102-2010.9	2ª Vara de Navegantes solicita atuação do Programa de Implantação dos Serviços Judiciários. Acolhimento. (03)
53	364899-2010.0	Juízo de Direito de Santa Cecília solicita a designação de mutirão para os serviços de oficial de justiça da comarca. Parcial acolhimento. (03)
54	355112-2009.1	Solicita que o serviço de impressão das petições recebidas através do peticionamento eletrônico da capital seja realizado pela distribuição do foro Des. Eduardo Luz. – Processo Suspenso. (03)
55	CGJ 1209/2009	Pedido de Providências. Critérios adotados para o arbitramento de verbas honorárias para defensoria dativa. (03)
56	365347-2010.1	Solicitação de equipe de trabalho para auxílio ao Cartório da 3ª Vara Cível da Comarca de São José. (03)
57	365625-2010-0	Solicita atuação do Programa de Implantação de Serviços Judiciários junto ao Oficialato de justiça de Urussanga (03)
58	365880-2010.5	Solicitação de apoio força tarefa, treinamento dos servidores e contratação de um digitador – Garopaba (03)
59	CGJ 0259/2009	Requer orientação aos magistrados de primeiro grau sobre sentenças prolatadas em que é parte a Brasil Telecom S/A (03)
60	CGJ 0305/2010	Inscrição dos Condenados no Sistema de Administração Tributária (SAT) – inobtenção do Cadastro de Pessoas Física (04)
61	CGJ 1060/2009	Pedido de Providências. Procedimento das Varas de Família de Blumenau em relação a processos de Inventário e Arrolamento de Bens que correm em segredo de justiça. Pelo arquivamento (04)
62	CGJ 0208/2010	Pedido de Providências. Solicita apoio da Corregedoria-Geral da Justiça para implementação dos Juizados Especiais da Fazenda Pública. (04)
63	2009.900051-7 0963/2009	(CGJ) Requer estudos sobre a viabilidade ou não da degravação de audiências. (04)
64	CGJ 0295/2010	Juiz da 3ª Vara Criminal de Itajaí encaminha Portaria n. 02/2010 (dispõe sobre a adoção de novos procedimentos referente a assinatura de documentos e fluxos de processos no âmbito do cartório. (04)
65	CGJ 0358/2010	Juiz Diretor do Foro de Porto Belo encaminha Portaria n.º 08/2010-GD que disciplina procedimentos internos na comarca de Porto Belo. (04)
66	CGJ 0297/2010	Corregedoria-Geral da Justiça do RS solicita informações sobre o sistema informatizado para o cadastro de jurado voluntário em sc. (04)
67	CGJ 0247/2010	Pedido de Providência. Descontos em face da pensão judicial. Alteração SAJ. (04)
68	CGJ 1650/2009 0017/2010	(CGJ) Inclui no CNCGJ dispositivo (§1º, art. 206). Carga rápida de autos conclusos. (04)
69	CGJ 0873/2009	Inspeção Correicional junto à 1ª Vara Cível de Laguna. (04)
70	CGJ 0194/2010	Pedido de providências. Encaminha sugestão para alteração da letra 'f', item '5', do malote da

		Circular 48/2008 referente à utilização dos correios. (04)
71	CGJ 0288/2010	Inspeção junto ao cartório da 3ª Vara Criminal da comarca de Lages. (04)
72	CGJ 0297/2010	Corregedor do TJRS solicita informações sobre o Sistema Informatizado para cadastro de jurado voluntário em SC. (04)
73	369211-2010.6	Ato Normativo n.º 0007759-30.2009.2.00.0000 CNJ – Sugestões para o regramento do pagamento dos honorários periciais para beneficiários da justiça gratuita. (04)
74	CGJ 0423/2010	CNJ comunica que já está disponível no portal do CNJ a consulta pública ao cadastro nacional dos condenados por improbidade administrativa. (04)
75	CGJ 1381/2009	Pedido de providências. Problema relacionado ao depósito em conta de alvarás judiciais. (04)
76	CGJ 1103/2009	Encaminha Portaria n.º 001/2009 (Dispõe sobre o programa de hastas públicas da 1ª Vara Cível da comarca de Curitibaanos. (04)
77	CGJ 0205/2010	2ª Vara Cível de Caçador - Pedido de providências. Solicita correção do link de pesquisa dos advogados suspensos/excluídos na página da CGJ. (04)
78	365710-2010.8	TRE consulta possibilidade de parceria de uso comum dos espaços das Casas de Justiça e Cidadania(04)
79	CGJ 0357/2010	Associação dos Analistas Jurídicos do Estado de Santa Catarina solicita gratificação da Coordenação de Cartório para servidor. (04)
80	363411-2010.6	Sugestão para criação de 10 cargos de Desembargador e 6 cargos de Juiz de Direito de Segundo Grau. (05)
81	361096-2010.9	Solicita informações acerca da estrutura existente na Unidade Judiciária Avançada de Cooperação do Centro Universitário de Jaraguá do Sul – UNERJ. (05)
82	355528-2009.3	Ofício n.º 818/2009 – Requerimento da OAB referente ao procedimento de depósito em conta de alvarás judiciais. (05)
83	371208-2010.7	Pedido de providências CNJ – n.º 0002523-63.2010.2.00.0000 – Requer manifestação do TJSC acerca da emissão de certidão de antecedentes criminais pela internet. (05)
84	CGJ 0099/2010	Pedido de Providências – Solicita deferimento dos pedidos de integração de unidades com competência para Execução Fiscal aos serviços do CREPE. (05)
85	CGJ 0486/2005	Situação irregular- movimentação de processos SAJ (05)
86	371746-2010.1	Ofício n. 130/2010 – reitera pedido para curso de capacitação aos contadores judiciais da comarca de Mafra (05)
87	292994-2007.5	Ofício n. 1299/GO/CNJ – encaminha cópia da Resolução n. 44 (05)
88	CGJ 0422/2010	Análise da Portaria n. 02/2010 – nomeação de Oficial de Justiça <i>ad hoc</i> (05)
89	CGJ 0462/2010	Pedido de Providências – não cumprimento da Circular n. 14/2010 pela Comarca de Ascurra (05)
90	CGJ 1104/2009	Análise das Portarias n. 003/2009 e 04/2009, da Comarca de Rio do Sul. (05)
91	CGJ 0116/2007	Pedido de Providências – número excessivo de autos em tramitação – Projeto Mutirão de Sentenças. (05)
92	CGJ 0421/2010	Requer autorização para paralisar o expediente externo do Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Braço do Norte, bem como suspensão dos prazos e audiências. (05)
93	CGJ 0457/2010	Solicita autorização par suspender os prazos processuais e expediente externo da Comarca de São João Batista (05)
94	CGJ 0443/2010	Análise da Portaria n. 08/2010 comarca de Jaguaruna (06)
95	373331-2010.9	Juízo de Maravilha solicita disponibilização de servidores para cadastrar processos arquivados
96	358665-2009.0	Ofício-circular n. 010/2009/comissão CNJ- solicita informações sobre projetos desenvolvidos ou medidas concretas adotadas no âmbito do TJSC voltadas à prevenção, redução ou composição de litígios judiciais envolvendo direito à saúde.(06)
97	CGJ 0610/2009	Cadastro Nacional de Inspeções em estabelecimentos penais. Obrigatoriedade de cumprimento. CNJ. Corregedoria. (06)
98	CGJ 1489/2009	Pedido de providências. Apresenta sugestão para criação do projeto justiça nas férias para atendimento do turista na Capital (06).
99	375038-2010.8	Pedido de providências CNJ n. 0003417-39.2010.2.00.0000 – Pedido de informações acerca da fixação de valores relativos aos honorários periciais necessários à prova técnica dos processos de benefícios por incapacidade, especialmente nas causas acidentárias (06).
100	CGJ 0905/2009 e 366695-2010.6	CEF solicita convênio para remessa e recebimento de autos via EBCT (06).
101	CGJ 0010/2010	Pedido de Providências. Questionamento acerca do uso de polígrafo em audiências (06).
102	CGJ 0577/2010	Pedido de Providências. Elevado nº de mandados para cumprimento por um único Oficial da Infância e Juventude. (06)
103	CGJ 0459/2010	Pedido de Providências. Guarda de armas e objetos apreendidos. (06)
104	370817-2010.9	Ofício GD/TJSC n.º 21/2010 – Solicita equipe de treinamento para a Secretaria do Foro de Joimville (06)
105	341500-2009.7	Diretoria de Infraestrutura encaminha à CGJ cópias de correspondências postadas indevidamente e pede providências em face da Circular nº 48/2008 (06).
106	CGJ 0636/2010	Procedimentos relativos ao fornecimento de informações no cadastro eleitoral. Provimento CRESC n.º 02/2010 – Resolução TSE n.º 21.538/2003. (06)
107	CGJ 0085/2009	Pedido de providências – Avisos de recebimento (AR – Inobservância da Circular n.º 48/2008 da CGJ (06).
108	CGJ 0001/2010	Pedido de providências. Solicita disponibilização no site do Tribunal, das datas de visitas que os juízes fizerem nas unidades prisionais e entidades de atendimento a adolescentes. (06).
109	375743-2010.9	Projeto de Lei – Magistratura catarinense – Sugestão da Coordenadoria dos Magistrados – Permanência do interstício de dois anos para as remoções. (06)
110	341385-2009.3	Relatório conjunto n.º 120/2009 – Levantamento conjunto ao SAJ dos processos da comarca de Joinville que tenham custas iniciais emitidas e não pagas, no período de 2006 a 2008. (06)

111	376276-2010.9	Juizado Especial da Fazenda Pública (06).
112	376436-2010.2	Juizado Especial da Fazenda Pública (06).
113	369158-2010.6	Recomendação CNJ n.º 31/2010 – Assistência à saúde. (06)
114	CGJ 0456/2010	Consulta. Como proceder ao depósito bancário de valores oriundos das sanções aplicadas por ato atentatório a efetividade da tutela jurisdicional (art. 14, parágrafo único, CPC) em favor do judiciário catarinense (06).
115	CGJ 0097/2010	Pedido de providências. Solicita análise do item 4.2.2 do manual do contador judicial. Discrepância com decisão do TJ. Exigência de custas iniciais em reconvenção. (06).
116	CGJ 1499/2009	Programa de Hastas Públicas. Vara de Execuções Fiscais Estaduais da Comarca da Capital. Orientação para adaptação da portaria n. 01/2009. (06)
117	376899-2010.6	Consulta n.º 01/2010-DOF – Uso do código de tributo (6904 ou 8045) quando da isenção de retenção de IR na fonte quando da condenação ao pagamento de determinado valor em razão de danos morais causados a outra pessoa. (06)
118	CGJ 0284/2010	Pedido de Providências. Problemas no SAJ, na Vara de Execuções Fiscais da Comarca de Tubarão. Documentos que não foram salvos no SAJ. Redigitação. (06)
119	CGJ 1074/2009	Segredo de Justiça. Tóxicos. Anotação de penas de multa. Busca e apreensão, reintegração de posse. (06)
120	CGJ 0207/2010	Pedido de Providências. Solicita análise e possível alteração do art. 295 do CNGCJ em relação aos prazos de validade dos mandados de prisão. (06)
121	CGJ 0630/2010	Pedido de providências – OABSC. Morosidade processual em despachos de mero expediente. Reavaliação da Meta 2 CNJ. (06)
122	CGJ 0228/2010	Pedido de providências – 1ª Vara Família São José. Nomeação de tradutor. Ausência de manifestação quanto à intimação. (06)
123	CGJ 0675/2010	Análise Portaria 02/2010, da 2ª Vara Cível da Comarca de Araranguá – define procedimentos para adoção pelos cartórios (06)
124	363695-2010.0	Informação n. 002/2010 – levantamento dos processos em carga há mais de 100 dias(06)
125	CGJ 0471/2010	Pedido de Providências - competência da Vara Única do Foro Distrital do Norte da Ilha para processar e julgar ações de usucapião(06)
126	CGJ 0463/2010	Pedido de Providências - falta de funcionários na 3ª Vara Cível da Comarca de Chapecó(06)
127	CGJ 0702/2010	Análise da Portaria 47/210 de Orleans- determina competência dos Oficiais da Infância e Juventude (07)
128	CGJ 0581/2010	Solicita criação do cargo de Oficial de Justiça na estrutura da CGJ (07)
129	CGJ 0298/2010	Análise Portaria 18/2010 de Itapema – procedimento de emissão de mandados e recolhimento de diligências dos oficiais de justiça (07)
130	CGJ 0580/2010	Solicita encaminhamento dos mandados de prisão criminais para a autoridade policial. (07)
131	CGJ 0671/2010	Proposta de unificação dos acessos aos sistemas auxiliares da CGJ. (07)
132	CGJ-E 0949/2010	Consulta. Procuração Pública. Arquivamento de cópia de CPF e Identidade das partes (07)
133	CGJ 0406/2010	Determina expedição de ofício-Circular sobre a nomeação de oficiais da infância e juventude e dispensa de “ad-hoc” , bem como cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça de plantão. (7)
134	CGJ 1521/2009	Reclamação sobre conversão em renda da União – Procuradoria da Fazenda Nacional em SC. Encaminha ofício às Comarcas de Canoinhas, Capinzal e Tangará. (7)
135	351620-2009.2	Microempresas – ingresso no Juizado Especial – reclamação quanto ao Juizado Especial de Lages. Homologação de acordos do Conselho Informal de Conciliação. Encaminha parecer da Coordenadoria Estadual dos Juizados Especiais (7)
136	CGJ 0685/2010	Impossibilidade de designação de oficiais de justiça de Criciúma para cumular com a função de Oficial da Infância e Juventude (7)
137	CGJ 0578/2010	Indeferimento do pedido de alteração dos prazos do art. 405 e 407-A do CNGCJ. (7)
138	276593-2007.4	Depósitos judiciais da União – CEF. Pedido de providências. Solicitação à PFN em SC se a adoção da CEF para conta única supre a irregularidade. (7).
139	CGJ 0294/2010	Solicitação de autorização para uso de relógio protocolo na Vara de Execuções Fiscais de São José. Autorização provisória. Acompanhamento. (7)
140	CGJ 0296/2010	Porto Belo. Portaria n. 4/2010. Usucapião. Determinação de adequação. (7)
141	290389-2007.0	Gaspar – Solicitação de instalação de vara da Maria da Penha. Acolhimento parcial para atribuição de competência nas Comarcas de Gaspar, Ibirama e Rio do Sul. Devolução à CDOJ. (7)
142	CGJ 0658/2010	Portaria n. 6/2009. Joinville – Juizado Especial Cível Univille. Programa de Hastas Públicas. Recomendação de adequação aos dispositivos atuais do CNGCJ. (7)
143	CGJ 0981/2007	Reclamação contra a Circular CGJ n. 29/2008. Oficiais de Justiça de São Joaquim. Indeferimento do pedido. Obrigação de cumprimento de mandados no juizado especial cível independente de depósito de diligências. Pena de sanção disciplinar. (7)
144	CGJ 0508/2010	Reclamação acerca de decisão juiz de Campo Erê. Levantamento de valores por advogado com procuração sem reconhecimento de firma. Inexistência de má-fé. Dispositivo do CNGCJ já adequado ao CPC. Arquivamento. (7)
145	322443-2008.0	Redefinição de competência. Capinzal. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
146	314643-2008.0	Redefinição de competência. Timbó. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
147	357975-2009.1	Redefinição de competência. Içara. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
148	CGJ 0726/2010	Depósito de valores em aplicação no BB. Processos judiciais não identificados. Remessa à DOF. (7)
149	CGJ 1354/2009	Redefinição de competência. São Miguel do Oeste. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
150	CGJ 1044/2009	Redefinição de competência. Imbituba. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
151	337567-2009.6	Redefinição de competência. Caçador. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)

152	301236-2008.0	Redefinição de competência. Joinville – Varas Cíveis. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. (7)
153	364209-2010.7	Redefinição de competência. Xanxerê. Suspensão. Aguarda projeto da ASPLAN. Remessa de ofício à Comagis para cooperação de magistrados (7)
154	CGJ 0484/2010	Determina a realização de inspeção ordinária na 1ª Vara Criminal da comarca de Joinville (7).
155	CGJ 1357/2009	Consulta – solicita esclarecimentos acerca do procedimento adotado no JECível de Lages, referente à impossibilidade de postulação das micro e pequenas empresas. (7)
156	CGJ 0563/2010	Sessões de Júri. Apresentação de gravações de Audiência. Acolhido. Provimento emitido. (7)
157	CGJ 0664/2008	Redefinição da competência das varas da Comarca de Mafra. (7)
158	CGJ 0520/2010	Pedido de providências. Orientação 23/CGJ – Res. 46 CNJ. Tabelas processuais unificadas. (7)
159	CGJ 0719/2008 CGJ 0718/2008	PGE-SC requer que os medicamentos fornecidos a custa de decisão liminar sejam entregues ao próprio paciente, curador ou familiar, mediante receita atualizada para se inibir possíveis fraudes. (7).
160	353064-2009.7	ECT – Correios – Ofício/Suven/Geven/DR/SC – 2181/2009 – AR Digital – possibilidade de destruição dos Ars e documentos em devolução (envelopes e correspondências). (7)
161	CGJ-E 1414/2009	Advogado formula consulta quanto à possibilidade de uso de documentos digitalmente certificados em processos judiciais, bem como acerca da custódia dos originais. (7)
162	CGJ 0364/2010	MPSC requer providências acerca da distribuição de processos de competência absoluta das Varas da Infância e Juventude para as Varas da Fazenda Pública. (7)
163	CGJ 0741/2010	Determina a realização de inspeção na Vara Criminal da comarca de São Francisco do Sul. (7)
164	CGJ 0767/2010	Pedido de providências. 1ª Vara Cível de Braço do Norte solicita a realização de força tarefa em cartório judicial. (7)
165	324622-2008.1	Academia Judicial encaminha projeto de alteração da Resolução n.º 05/06-TJ para conhecimento e as providências cabíveis. (7)
166	CGJ 0862/2007	Protocolo de Cooperação com o Paraná. Cumprimento de mandados. Proposta de aditamento para limitar às comarcas com área urbana na fronteira. (7)
167	364142-2010.2	Ofício GP/DL/0010/2010 – Encaminha cópia da indicação n.º0014.5/2010, onde solicita providências para instituição de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher em todas as comarcas do Estado de SC (7).
168	CGJ 0969/2009	Comarca de Rio do Oeste encaminha Portaria n.º 7/2009, alterada pela Portaria n.º 74/2009 (nomeação de leiloeiros oficiais) (7).
169	375122-2010.8	Vara da Infância e Juventude da Capital – Ofício n.º 04/2010 – Solicita aquisição de kit Prodnasc para realizar exames de DNA – Convênio n.º 36/2007. (7)
170	CGJ 0498/2010	Juiz da Vara Única da comarca de Orleans solicita criação, no sistema SAJ, de campo "Juizado Especial Cível e Criminal". (7)
171	CGJ 0598/2007	Vara da Família da comarca de Balneário Camboriú encaminha sugestões específicas para as unidades de família, infância e juventude – proposta de avaliação do processo de mutirão e planejamento. (7)
172	CGJ 1184/2009	Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de São Fco do Sul – Análise da Portaria n.º 01/2009 (racionalização dos serviços do cartório judicial da 2ª vara cível). (7)
173	CGJ 0852/2009	Juíza de Direito da 2ª Vara Cível de Canoinhas – Consulta sobre a atuação de peritos (processos cíveis e criminais) – (7)
174	CGJ 0711/2010	DTI – Pedido de providências. Falha de sistema que permite emissão de certidões de URH acima do valor de teto para atos avulsos. (7).
175	CGJ 0774/2010	Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal de Joinville – Pedido de providências. Solicita instalação de dispositivos de segurança para a sala de armas do fórum. (7).
176	374626-2010.7	Vara do Tribunal do Júri da Capital – Solicita contratação de pessoal ou empresa especializada para a transcrição de provas nas sessões do júri. (7).
177	CGJ 1544/2009	Comarca de Balneário Piçarras – Análise da Portaria n.º 119/2009 (institui o serviço de Mediação Familiar na comarca. (7).
178	CGJ 0812/2010	Xanxerê. Reclamação das juízas das unidades inspecionadas acerca da portaria de inspeção. Inacolhimento. Esclarecimento. (7).
179	CGJ 0813/2010	Alvará judicial. Procurador parte beneficiária. Autos n.º 033.05.0009846-5. (7)
180	CGJ 1613/2009 CGJ 0162/2010 e CGJ 0185/2010	Recomendação CNJ n. 30. Venda antecipada de bens apreendidos. Pedido de Providências Delegacia da Polícia Federal. Acolhimento. Alteração do CNCGJ e circular para os magistrados das unidades envolvidas para adoção das providências. (8)
181	375180-2010.5	Promoção Virtual art. 52 LCE 367-2006. (8)
182	CGJ 0705/2010	Solicita ajustamento do CNCGJ ao disposto na Resolução n.º 113 CNJ. Processo n. 372941-2010.9. (8)
183	CGJ 0815/2010	Bacenjud. Descumprimento de ordem de transferências. Banco Itaú, Banco do Brasil.(8)
184	CGJ 0396/2010	Distribuição de carimbos automáticos aos Técnicos Judiciários Auxiliares (8).
185	CGJ 0213/2009	Centralização da distribuição dos títulos para protestos no Estado de Santa Catarina. (8)
186	322052-2008.4	Redefinição de competência das varas cíveis da Comarca da Capital. (8)
187	CGJ 0945/2009	Sentença – documento do SAJ – possibilidade de respaldar execução de prestação alimentícia sem apensamento da ação originária. (8)
188	CGJ 1024/2009	Solicitação de conta única para bloqueios do bacenjud – B2W – Companhia Global do Varejo. (8)
189	CGJ 0897/2009	Pagamento de Perícia – DNA – exame não coberto pelo PRODNASC. (8)
190	352856-2009.1	Ofício n. 168/2009 – Solicita análise visando modificação da Resolução que criou a Unidade Avançada da Unisul. (8)
191	CGJ 0021/2010	Capital – Foro Central. Solicita esclarecimento acerca da competência de carta precatória

		para estudo social sem interesse de menores. (8)
192	CGJ 0052/2010	Relatório Executivo do projeto denominado Mandado Judicial Eletrônico. (8)
193	CGJ 0108/2010	Reclamação Ministerial do Ministério Público. Isenção de Custas no Protocolo Unificado. (8)
194	CGJ 0143/2010	Pedido de Providência. Solicita interferência em relação a competência da vara criminal em relação aos atos infracionais (ECA). (8)
195	CGJ 0220/2010	Pedido de Providência. Solicita alteração do art. 314 do CNGCJ. Retenção de CNH em cartório. (8)
196	CGJ 0312/2010	Juíza da 1ª Vara de Sombrio encaminha Portaria nº 05/2010 (Desarquivamento de processos de execução fiscal arquivados administrativamente). (8)
197	373491-2010.9	Solicita utilização do programa de capacitação de servidores, a fim de capacitar servidores para prestarem serviços junto à contadoria judicial da comarca de Xaxim. (8)
198	CGJ 0564/2010	Portaria 41/2010 – mediação familiar em Itapema. (8)
199	375648-2010.3	Ofício n.º 179/2010-DF – Solicita viabilidade de atuação do Programa de Implantação e Capacitação dos serviços judiciários junto ao cartório distribuidor de Chapecó. (8)
200	356477-2009.0	Juízo de Videira solicita autorização para implementar regime de cooperação no cargo de oficial de justiça. (8)
201	CGJ 0709/2009	Alteração do art. 70 CCGJ – Protocolo Unificado (8).
202	374457-2010.4	Ato Normativo n. 0002725-40.2010.2.00.000. Alteração texto Resolução 44 do CNJ. Prazo até 31-12-2010 para adaptação dos sistemas e concluir a implantação das tabelas processuais unificadas. (8)
203	CGJ 0120/2006 CGJ 0106/2006	Redefinição de competência. Usucapião - Comarca da Capital. (8)
204	CGJ 0495/2005	Redefinição de competência – Vara de Exceção - Capital. (8)
205	161514-2002.9	Redefinição de competência Varas Cíveis Capital. (8)
206	CGJ 0592/2008	Requisição de débitos de pequeno valor – ato normativo. (8)
207	CGJ 0784/2010	Consulta sobre procedimento para arquivamento de recurso de agravo de instrumento em recurso especial cível. (8)
208	CGJ 1099/2009	Câmara Municipal de Florianópolis encaminha projeto de lei n. 1021 de 2009 – dispõe sobre o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) no Município de Florianópolis, aprovado pela Câmara Municipal. (8)
209	266518-2007.2	Celebração de Convênio entre a Secretaria da receita Federal e o TJSC. (8)
210	342262-2009.3	Solicita realização de mutirões para cumprimento de mandados nas comarcas de Palhoça, São José, Concórdia e Videira. (8)
211	CGJ 0177/2010	Inclusão de leiloeiros rurais no Programa de Hastas Públicas. Acolhimento. Inserção do art. 226-A no CNGCJ. Provimento. (8)
212	CGJ 0229/2010	Pedido de providências. Mudanças no seguro do sistema financeiro de habitação. MP n. 478/2009. Alteração de competência para Justiça Federal. (8).
213	CGJ 0206/2010	Mutirão do Júri 2010. (8)
214	CGJ 0952/2010	Coordenadoria dos Juizados Especiais solicita sugestões sobre temas referentes aos Juizados Especiais para o “Curso de Capacitação dos Secretários dos Juizados Especiais” a se realizar nos dias 13 e 14 de setembro de 2010. (8).
215	287377-2007.0	Sugestões para a solução das dificuldades elencadas na oficina Missão do Poder Judiciário – Encontro dos Contadores Judiciais. (8)
216	367250-2010.6	CNJ – Ofício-Circular n. 009/CNJ/COR/2010 – Questionário Juizados Especiais. (8)
217	367796-2010.6	Juiz Leopoldo Augusto Bruggemann comunica participação na IV Jornada da Lei Maria da Penha, realizada em Brasília no dia 15/3/10, bem como encaminha “Manual de Rotinas e Estruturação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”. (8)
218	382836-2010.0	Ofício CREMESC n. 6215/2010 – Prova Técnica Pericial. (8)
219	CGJ 0865/2010	Consulta sobre procedimento a ser adotado. Com relação a documentos sigilosos recebidos da Receita Federal. Autos n. 023.07.126102-0. (8)
220	CGJ 0814/2010	Consulta. Possibilidade de cobrança de honorários advocatícios na GRJ de pagamento das custas finais emitida pelo TJ e sua legalidade. (8)
221	CGJ 0408/2010	Requer informações a respeito dos procedimentos a serem adotados com a instalação da 3ª Vara Cível na comarca de Araranguá. (8)
222	CGJ 0726/2010	Consulta sobre destinação de valores em renda fixa junto ao Banco do Brasil em nome da 1ª Vara Cível da comarca de Laguna, referentes a processos não identificados. (8)
223	381790-2010.3	Juízo de Lages solicita força tarefa com a finalidade de colocar em dia a distribuição dos processos cíveis e criminais. (8)
224	CGJ 0845/2010	OAB solicita implantação de sistema de som no fórum, central de atendimento à população, expedição de certidões de URH após audiências, sejam concedidas URHs aos advogados plantonistas, orientações aos servidores que atendem no balcão. (8)
225	384191-2010.0	Peticionamento eletrônico – falha na gravação de dados – período de 9 a 11-08-10. Comunicação aos advogados. Comunicação aos juízes. (8)
226	CGJ 0675/2010	Análise Portaria Araranguá – 2ª Vara Cível – grupo de trabalho para atender meta 3 CNJ. Pelo acolhimento e arquivamento. (8)
227	CGJ 0648/2010	Consulta acerca de diligências – Circular CGJ n. 29/2008 – Juizados Especiais – Expedição de Ofício-Circular para conhecimento dos juízes. Oficiar à ASPLAN para juntada de cópia nos autos 261218-2006.6 (8).
228	369158-2010.6	Recomendação n. 31 do CNJ – Medicamentos – Sugestão de convênio com o Conselho Federal de Farmácia e também de adoção de convênio semelhante ao da AMURES (Lages). Remessa à ASPLAN. (8)
229	CGJ 0847/2010	Análise de portaria n. 27/2010 – Mediação Familiar – Comarca de Pinhalzinho. Alteração para exclusão da referência a atendimento de violência doméstica e familiar contra a mulher (causas criminais). (8)

230	CGJ 1544/2009	Análise de portaria n. 119/2009 – Mediação Familiar Balneário Piçarras. Adequação atendida. Arquivamento. (8)
231	379462-2010.8	Alteração do município de Ipuauçu da Comarca de Abelardo Luz para a Comarca de São Domingos. Estatística favorável. Encaminhar à ASPLAN com acolhimento prévio de manifestação dos juízes. (8)
232	373822-2010.1	Cartas Precatórias e de Ordem de outros Tribunais . Proposta de regulamentação. Acolhimento. Devolução dos autos à Presidência. (8)
233	CGJ 0977/2010	Solicitação da DGJ – Petições remetidas via malote. Utilização de grampos. Ofício-Circular recomendando a remessa separada. (8)
234	CGJ 0726/2009 e 2009.900012-6	Comarcas Integradas – Oficiais de Justiça – Capital e região metropolitana. Sugestões para aperfeiçoamento e encaminhamento ao Conselho da Magistratura. (8)
235	384191-2010.0	Problema no peticionamento eletrônico do TJSC. Comunicação aos juízes, advogados. Encaminhamento ao CGInfo para solicitação de informações Softplan. (8).
236	CGJ 0974/2010	Pedido de Providências. Transferências bancárias, expedição de alvarás, realizadas para pagamento das condenações existentes nos autos judiciais. Requer deferimento se procuração dá poderes para receber quitação. (9)
237	CGJ 0424/2010	Análise da Portaria 16/2010 – Laguna – Determina procedimentos a serem adotados pela Chefe de Cartório (9).
238	CGJ 0099/2009	Existência de presos cautelares aguardando julgamento ou em fase de instrução há mais de 90 dias, bem como quanto à existência de presos na execução penal aguardando solução de incidentes há mais de 30 dias. Parecer opinando pela criação de relatório específico. Encaminhamento à assessoria de informática. (9)
239	CGJ 0676/2010	Consulta sobre a possibilidade de abertura de sub-conta para depósito de valores por parte da contadoria, independente de autorização judicial. (9).
240	CGJ 0886/2010	Análise da portaria 01/2009 (procedimentos no JEC – pagamento diligências oficiais de justiça) - (9)
241	CGJ 0861/2010	Pedido de Providências, necessidade de mais técnicos par atender demanda em Cartório - (9)
242	CJG 0618/2010	Pedido de providências. Sistema de informações da CGJ – Serventias Judiciais de 1º Grau – Regularizar Cadastro - (9)
243	CGJ 0339/2009	Consulta – Prestação Jurisdicional – Oficiais de Justiça – Cumprimento de mandados - (9)
244	CGJ 0575/2010	Análise da Portaria 01/2010 – Jaraguá do Sul – Cancela as audiências de instrução e julgamento nos Juizados Especiais, permanecendo apenas as audiências de conciliação. (9)
245	PPGE 3616/10-0 e PSEF 41860/10-1	Procedimento Administrativo – Secretaria da Fazenda Estadual – Inscrição em Dívida Ativa – Multa em favor da APAE de Penha (Proc. 048.08.005082-1). (9)
246	387702-2010.7	CNJ – Tabelas de Temporalidade Unificadas do Poder Judiciário (TTDU). (9).
247	CGJ 1058/2010	Resolução Conjunta 4/2009-GP/CGJ – Integração aos serviços do CREPE das unidades com competência para Execução Fiscal das comarcas de Araranguá, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Braço do Norte, Camboriú, Criciúma, Gaspar, Guaranimirim, Ibituba, Itajaí, Itapema, Itapoá, Jaraguá do Sul, Navegantes, Porto Belo, Rio Negrinho, São Francisco do Sul, Tijucas e Urussanga. (9)
248	CGJ 0733/2010	Análise da Portaria 01/2010 – Eduardo Luz – Disciplina procedimentos para ações de usucapião. (9)
249	324811-2008.9	Convênio com a PMSC 5ª Região para a instalação do Juizado Especial de Trânsito em Joinville. (9)
250	CGJ 0860/2010	Consulta acerca dos entes que integram o conceito de “ente público” para fins de isenção de custas da LC 156/97. Encaminhamento ao Conselho da Magistratura (9)
251	CGJ 0858/2010	Pedido de providências. Necessidade de instalação de nova vara de Juizado Especial Cível na Capital. (9).
252	CGJ 0994/2010	Pedido de emissão de relação de ações distribuídas com o Código 137 – Execução Especial – HSBC. (9)
253	384232-2010.0	Juízo de Garopaba – Solicita capacitação da servidora Clanir Petermann, contadora judicial da comarca. (9)
254	CGJ 1008/2010	Juízo de Rio do Sul – Solicita agendamento conjunto de pauta para o Mutirão do Júri de processos englobados pela Meta 2 do CNJ. (9)
255	384916-2010.3	Assessoramento de Juiz Substituto. (9)
256	CGJ 1006/2010	Juízo da 3ª Vara Criminal de Lages – Solicita cisão no sistema SAJ/PG da 3ª Vara Criminal e do Juizado Especial Criminal. (9)
257	CGJ 0005/2009	Comitê Gestor da Intranet - Pedido de providências para regularização dos procedimentos de publicação de Portarias de suspensão de prazos e atualização de conteúdos de competência exclusiva da CGJ. (9)
258	CGJ 0221/2010	Sombrio – Pedido de providências. Encaminha cópia da Portaria 04/2010 para análise. Disciplina os atos ordinatórios e providências que devem ser praticadas de ofício pela Secretaria do Juizado Especial Cível da comarca de Sombrio. (9)
259	387579-2010.2	Proposta de Resolução sobre a inclusão de processos de pequeno valor na Semana Nacional de Conciliação 2010.(10)
260	CGJ 0792/2010	Consulta sobre possibilidade de manutenção de Oficial de Justiça como Oficial da Infância e Juventude ad-hoc, visto que não foi aberto concurso para preenchimento da referida vaga. (10).
261	CGJ 0846/2010	Sistema de Interceptação telefônica. Senha. Autoridade policial (Autos n. 218.10.000736-3). (10)
262	CGJ 0394/2009	Juízo de São José - Requer melhor definição sobre a competência da Unidade Judiciária de cooperação do Juizado Especial Criminal da comarca de São José. (10)
263	371573-2010.6	Pedido de regularização do nome do Juizado Especial Criminal da comarca de São José (10).
264	CGJ 0406/2010	Requer providências necessárias com o advento da Lei n. 501/2010, que criou o cargo de

		Oficial da Infância e Juventude. (10).
265	CGJ 0273/2010	Obrigatoriedade de apresentação de declaração de bens e rendas. (10)
266	CGJ 0948/2010	Pedido de providências. Erro no sistema SAJ-PG5, gravação de áudio visual de audiências virtuais, inutilização de parte da audiência, depoimentos perdidos. (10)
267	CGJ 0787/2008	Encaminha a instrução normativa n. 01, de setembro de 2008, requerendo envio de dados relativos às interceptações telefônicas, de sistemas de informática e telemática em curso, de forma mensal até o dia 10 de cada mês, a começar por outubro. (10)
268	CGJ 0894/2010	Pedido de providências. Impasse em deferimentos de justiça gratuita na comarca de Araranguá. (10)
269	CGJ 0798/2010	Determina a realização de inspeção ordinária na vara criminal da comarca de São Miguel do Oeste. (10)
270	CGJ 0787/2010	Juízo de Balneário Piçarras - Pedido de providências. Solicita designação de servidor para avaliar tabela de diligências de Oficiais de Justiça. Discordância da Tabela da Contadoria Judicial.(10)
271	375307-2010.7	Vara competentes para infância e Juventude – apuração de ato infracional (revisão de competência). Corregedoria do CIP. (10)
272	CGJ 1228/2009	Inspeção Ordinária na Vara Criminal da Comarca de Canoinhas – (10)
273	CGJ 0409/2009	PORTARIA N. 28/2009 (Determina a realização de inspeção na Vara da Infância e Juventude da Comarca de Joinville) - (10)
274	357572-2009.1	Processo CGJ 1466/2009 – Encaminha fotocópia do relatório de visita a Comarca de Xaxim(10)
275	350051-2009.9	Ofício n. 26/2009 – Juízo de Sombrio – Solicita a transferência do cartório da 2ª Vara da comarca para o local onde funciona o salão do Tribunal do Júri. (10)
276	CGJ 0643/2006	Consulta formulada pelos oficiais de justiça – Estreito, visando uniformizar e padronizar o pagamento do ato da avaliação, bem como a restituição das diligências efetuadas. (10)
277	320623-2008.8	CNJ – Adesão ao acordo de cooperação técnica para a implementação do sistema de restrição judicial (RENAJUD) celebrado entre o CNJ, o Ministério das Cidades e o Ministério da Justiça. (10)
278	390030-2010.4	Juízo de Turvo – Solicita auxílio do Programa de Implantação de Serviços Judiciários para a organização das armas e outros bens apreendidos. (10)
279	388015-2010.0	DGJ – Programa de Implantação de Serviços Judiciários – Capacitação para Analista Jurídica/Chefe de Cartório da comarca de Orleans. (10)
280	CGJ 1027/2010	Análise da Portaria n. 04/2010 – Institui o Serviço de Mediação Familiar na 1ª Vara da Família da comarca de Blumenau. (10)
281	381570-2010.6	Ofício 873/2010-GP - Reclamações e reivindicações visando melhoria na prestação jurisdicional oferecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina (10)
282	CGJ 0765/2010	Consulta sobre necessidade de licitação para destinação de valores oriundos de transações penais e suspensão condicional de valores acima de R\$ 8.000,00 (10)
283	203549-2004.9 233373-2005.2	e Criação de novos cargos de oficial de justiça / Ofício 525/2005 – Solicita informações referente a situação das nomeações dos oficiais de justiça ad'hoc, da Comarca de São José. (10)
284	391429-2010.1	Solicitação de Servidores para realização de força tarefa do Programa de Implantação de Serviços Judiciários na 2ª Vara da Comarca de Mafra. (10)
285	341500-2009.7	Diretoria de Infra-estrutura – Encaminha à CGJ cópias de correspondências postadas indevidamente e pede providências em face da Circular n. 48/2008. (11)
286	CGJ 1184/2010	Análise da Portaria 01/2010 – Portaria Conjunta de Braço do Norte – Solicitação de carga de processos através de correio eletrônico. (11)
287	CGJ 0758/2010	Consulta sobre tramitação de processos falimentares. (11)
288	CGJ 0925/2008	ACÓJ - Pedido de providências. Diligências de oficiais de justiça. Requerem recomendação para que não haja punição no caso de não cumprimento de mandados expedidos pelos Juizados Especiais Cíveis, mandados de penhora, e urgência ao PL n. 3.644/08. (11)
289	363914-2010.2	Ofício n. 003/2010 – Solicita Programa de Implantação de Serviços Judiciários para atuação na 2ª Vara da comarca de Porto Belo. (11)
290	259518-2006.4	Ofício n. 12365/2006/30ª PJ – Possibilidade de atribuir competência às varas da família da Capital para processamento e julgamento dos feitos relacionados às pessoas com mais de 60 anos de idade. (11)
291	CGJ 0940/2010	Consulta sobre a realização de audiências por Assistentes Sociais. (11)
292	CGJ 0434/2009	Disciplina, no âmbito do Judiciário, os procedimentos relativos ao cadastramento e a estruturação de serviços de Assistência Jurídica Voluntária – Resolução n. 62 CNJ – Propõe cadastro de advogados voluntários. (11)
293	CGJ 1145/2010	Consulta: Leiloeiro Público Oficial – A respeito da aplicação do art. 706 do CPC e indicação pelo credor. (11)
294	CGJ361118-2010.3	Ofício n. 94/2010/CGJ/TJ-SC – Encaminha cópia do relatório de inspeção correicional realizado na 2ª Vara Cível da Comarca de Laguna (Processo CGJ n. 929/2009). (11)
295	CGJ 0378/2010	Inspeção ordinária realizada na 1ª Vara Criminal da Comarca de Tubarão (11).
296	CGJ 0983/2010	Pedido de providências. Requer que funcionários das Comarcas da Região Meio-Oeste sejam ouvidos pela FATIMA e Polícia Ambiental Diretamente em suas Comarcas, e não por Carta Precatória. (11)
297	CGJ 1242/2010	Processo 374348.9. Provimento n. 8 da CNJ – Define medidas relacionadas ao comparecimento em Juízo dos beneficiados pela suspensão condicional do processo, suspensão condicional da pena ou livramento condicional. (11)
298	385978-2010.9	Solicita cooperação no Oficialato de Justiça da Comarca. (11)
299	392654-2010.0	Ofício 25/2010 – Solicita designação de uma "força tarefa". (11)
300	335818-2009.6	Ofício n. 090/2009 – Proposta de celebração de convênio. (11)

301	375410-2010.3	Convênio com o PJSC para indicação de um advogado plantonista nas comarcas. (11)
302	297561-2008.0	Acesso ao Banco de dados dos consumidores de energia elétrica. (11)
303	CGJ 0948/2010	Pedido de providências. Erro no sistema SAJ-PG5. Gravação de áudio visual de audiências virtuais. Inutilização de parte da audiência, depoimentos perdidos. (11)
304	311078-2008.8	Solicita que seja estabelecida a competência de Vara para ações que envolvam o Estatuto do Idoso. (11)
305	CGJ 1301/2010	Solicita modificações de competências nas varas instaladas na comarca de Braço do Norte. (11)
306	CGJ 1277/2010	Convênio com a Casan para obtenção de endereço de consumidores. (11)
307	CGJ 1302/2010	Consulta sobre escala de plantão de oficiais da infância e juventude. (11)
308	CGJ 0409/2010	Portaria n. 28/2009 (determina a realização de inspeção na vara da infância e juventude da comarca de Joinville) (11)
309	397314-2010.0	Parecer (Ofício n. 75/2010-DF – solicita a criação da Secretaria Informal dos Juizados Especiais Naquela comarca – Braço do Norte) (11)
310	CGJ 1255/2010	Parecer (Análise da Portaria n. 181/2010 – Mediação Familiar) (11)
311	CGJ 1218/2010	Parecer (Cópia do projeto de Lei do Senado Federal – instituição dos Juizados Especiais da Família) (11)
312	CGJ 1173/2010	Parecer (Proposta de procedimento em recuperação judicial) (11)
313	382536-2010.1	Parecer (Ofício n. 151/2010-DF – sugestão para distribuição das varas da comarca de Camboriú) (11)
314	CGJ 0852/2010	Parecer (Atuação de peritos oficiais em processos cíveis remunerados pelas partes) (11)
315	CGJ 0252/2009	Parecer (Dispõe plantão judiciário em primeiro e segundo grau) (11)
316	CGJ 0862/2007	Parecer (Encaminhar ofício à CGJ do Paraná para assinatura de aditivo do protocolo de cooperação) (12)
317	CGJ 1332/2010	Despacho (Encaminhar autos para Comissão de Divisão e Organização Judiciárias) (12)
318	397397-2010.2	Despacho (devolução dos autos à Diretoria de Material e Patrimônio para arquivamento) (12)
319	397912-2010.1	Parecer (Lotação de servidores na Comarca de Laguna – 1ª Vara Cível) (12)
320	CGJ 1015/2010	Parecer (Consulta sobre fixação de honorários para Defensor Dativo em processos envolvendo Lei de Tóxicos. Rito Especial. Autos 030.10.001704-5) (12)
321	CGJ 1032/2010	Parecer (Pedido de providências. Autos 027.10.001072-5. Apoio logístico para bens apreendidos) (12)
322	356950-2009.0	Despacho (Encaminha os autos ao Conselho da Magistratura) (12)
323	CGJ 1057/2010	Parecer (Análise das Portarias 170 e 171 de 2010 (Relativo ao cadastro de leiloeiros e disciplinamento das alienações judiciais) (12)
324	337383-2009.5	Parecer (Ofício 339/2008-GP – Solicitação referente sistema de consulta de andamento processual (Sistema de Automação do Judiciário – SAJ) (12)
325	CGJ 0829/2010	Propõe alteração do CNCGJ – art. 316 tornando não obrigatória a expedição de guia de recolhimento para apenados em regime aberto quando não há casa de albergado na Comarca. Remessa ao CEPIJ para manifestação acerca da redação proposta. (12).
326	398250-2010.5	Ofício-circular n. 1155/GP do CNJ. Recomendação para uso do RENAJUD. Encaminhamento de ofício-circular aos juizes. (12).
327	CGJ 0982/2010	Fornecimento de dados não-sensíveis de usuários de telefonia fixa ou móvel. Investigação Criminal. Desnecessidade de autorização Judicial. Parecer enviado pela ANATEL. Encaminhamento de ofício-circular aos magistrados. (12).
328	CGJ 1167/2010	Consulta procedimentos na confecção da certidão de URHs. (12)
329	CGJ 1375/2010	Consulta procedimentos na confecção da certidão de URHs. (12)
330	CGJ 1161/2010	Assistência judiciária extrajudicial – Escritórios modelos de advocacia – Universidade. (12)
331	CGJ 0199/2010	Movimentação na internet para que os gabinetes possam ter acesso (12)
332	CGJ 0985/2010	Análise da Portaria n. 122/2010 (Dispõe sobre a organização e o funcionamento do serviço de mediação familiar na comarca de Lauro Muller). (12)
333	CGJ 1182/2010	Análise da Portaria 73/2010 (Instituição do Serviço de Mediação Familiar – SMF – na comarca de Forquilha. (12)
334	CGJ 1231/2010	Solicita alteração da Resolução que disciplina competências das varas integrantes da Unidade Criminal da comarca de Tubarão, para adequação à realidade fática no que tange ao processamento de cartas precatórias. (12)

Fonte: CGJ – Núcleo II

3.2.4. Projeto META 2

1. **Meta 2** → Julgar os processos de conhecimento distribuídos até 31-12-2006 e os de competência do Tribunal do Júri distribuídos até 31-12-2007.

2. **Santa Catarina** → Processos em 314 unidades de 111 comarcas:

- 31-12-2009: **96.403**
- 31-12-2010: **47.701**
- Redução de **48.702** → **50,51%**

3. Projeto do Poder Judiciário:

- Resolução Conjunta n. 2/2010 → Criação do Grupo Gestor das Metas: Juiz Odson Cardoso Filho – Gabinete da Presidência, Juiz Corregedor Dinart Francisco Machado, Juiz Luiz Felipe Siegert Schuch – Coordenador dos Magistrados e Cleverson Oliveira – Diretor-Geral Judiciário e Coordenador do Programa de Implantação de Serviços Judiciários.
- Designação de 8 juízes substitutos exclusivos para Meta 2.
- Indicação de 8 servidores especializados para atuação em 46 unidades de 16 comarcas com maior número de processos (acima de 500, em média).
- Realização de uma reunião em cada unidade auxiliada (Anexo da Resolução Conjunta n. 2/2010) com a presença do Juiz Corregedor Dinart Francisco Machado, exceto na comarca de Rio Negrinho.
- Acompanhamento sistemático por coordenação operacional: Reni Machado Filho (Programa de Implantação de Serviços Judiciários), Ricardo Câmara da Costa e Pietro Tabarin Volponi (Núcleo 2 da Corregedoria-Geral da Justiça) .
- Objetos da iniciativa → Impulso na movimentação e no julgamento dos processos e controle estatístico.

4. Resultado nessas 46 unidades de 16 comarcas:

- 31-12-2009: **39.628 processos**
- 31-12-2010: **15.577**
- Redução de **24.051** → **60,69%**

5. Parceria essencial para consecução da Meta 2 → *Mutirões de Júri, de Sentença e de Turma de Recursos.*

3.3. Núcleo de Assessoramento III: Correicional e Instrução Disciplinar

3.3.1 Inspeções locais realizadas em 2010:

N.	COMARCA/VARA	DATA
1	Lages – 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais	22 a 26 de março
2	Tubarão – 1ª e 2ª Varas Criminais	12 a 16 de abril
3	Criciúma – 1ª e 2ª Varas Criminais	26 a 30 de abril
4	Araranguá – Vara Criminal	26 a 30 de abril
5	Joinville – 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Criminais	10 a 21 de maio
6	Caçador – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	7 a 11 de junho
7	Itajaí – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara da Fazenda	21 a 25 de junho
8	São Francisco do Sul – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	12 a 16 de julho
9	São Miguel do Oeste – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	26 a 30 de julho
10	Xanxerê - 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	2 a 6 agosto
11	Araranguá – 2ª e 3ª Varas Cíveis	23 a 27 agosto
12	Jaraguá do Sul – 1ª e 2ª Varas Cíveis, Vara da Fazenda, Vara Criminal, Vara da Família e Juizado da UNERJ	13 a 24 de setembro
13	Timbó - 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	4 a 8 de outubro
14	Campos Novos - 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	18 a 22 de outubro
15	Joaçaba – Vara Criminal	18 a 22 de outubro
16	Gaspar – 1ª, 2ª e 3ª Varas	8 a 12 de novembro

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.2 Inspeções virtuais realizadas em 2010:

N.	COMARCA/VARA	DATA
1	Capital – 3ª Varas Cível	27 de maio
2	Mafra – 2ª Vara	2 a 11 de junho
3	Barra Velha – Vara Única	10 de agosto
4	Itajaí – Vara da Fazenda	29 de outubro
5	Capital – 3ª Vara Cível	29 de novembro
6	Joaçaba – 2ª Vara Cível	6 a 9 de dezembro

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.3. Análise das respostas às determinações e confecção de relatórios de verificações nos processos de inspeções e correições, em 2010:

N.	PROCESSO	COMARCA/VARA
1	CGJ 0131/2009	Itajaí - 1ª Vara Criminal
2	CGJ 0130/2009	Itajaí - 3ª Vara Cível
3	CGJ 0319/2009	Curitibanos - Vara Criminal, Infância e Juventude
4	CGJ 0713/2009	Guaramirim - 2ª Vara
5	CGJ 0812/2009	Balneário Camboriú - 2ª Vara Criminal
6	CGJ 0873/2009	Laguna - 1ª Vara Cível
7	CGJ 0930/2009	Laguna - Vara Criminal
8	CGJ 0439/2009	Concórdia - 1ª Vara Cível
9	CGJ 0132/2009	Itajaí - 2ª Vara Criminal
10	CGJ 0409/2009	Joinville - Vara da Infância e Juventude
11	CGJ 1009/2009	Blumenau - 2ª Vara Criminal
12	CGJ 1402/2009	Capital - 2ª Vara da Família
13	CGJ 1401/2009	Capital - 1ª Vara da Família
14	CGJ 1008/2009	Blumenau - 1ª Vara da Criminal
15	CGJ 0811/2009	Balneário Camboriú - 1ª Vara Criminal
16	CGJ 0712/2009	Guaramirim - 1ª Vara
17	CGJ 0929/2009	Laguna - 2ª Vara Cível
18	CGJ 0801/2010	Xanxerê - Vara Criminal
19	CGJ 0428/2009	Concórdia - Vara Criminal, Infância e Juventude

20	CGJ 0739/2010	São Francisco do Sul - 1ª Vara Cível
21	CGJ 0228/2009	Chapecó - 2ª Vara Criminal
22	CGJ 0740/2010	São Francisco do Sul - 2ª Vara Cível
23	CGJ 0071/2009	Mafra - 2ª Vara
24	CGJ 0438/2009	Concórdia - Vara Criminal e da Infância e Juventude
25	CGJ 0796/2010	São Miguel do Oeste - 1ª Vara Cível
26	CGJ 1011/2009	Blumenau - Vara do Juizado Especial Criminal
27	CGJ 0797/2010	São Miguel do Oeste - 2ª Vara Cível
28	CGJ 0800/2010	Xanxerê - 2ª Vara Cível
29	CGJ 0929/2009	Laguna - 2ª Vara Cível
30	CGJ 1226/2009	Canoinhas - Vara Criminal
31	CGJ 0119/2009	Itajaí - 3ª Vara Criminal
32	CGJ 1013/2010	Jaraguá do Sul - 2ª Vara Cível
33	CGJ 0487/2010	Joinville - 4ª Vara Criminal
34	CGJ 1466/2010	Xaxim - Visita à Comarca
35	CGJ 0287/2010	Lages - 2ª Vara Criminal
36	CGJ 0484/2010	Joinville - 1ª Vara Criminal
37	CGJ 0301/2009	Capinzal - 1ª Vara
38	CGJ 0302/2009	Capinzal - 2ª Vara
39	CGJ 0227/2009	Chapecó - 3ª Vara Criminal
40	CGJ 0318/2009	Rio do Sul - Vara Criminal
41	CGJ 0286/2010	Lages - 1ª Vara Criminal
42	CGJ 0378/2010	Tubarão - 1ª Vara Criminal
43	CGJ 0488/2010	Joinville – Juizado Especial Criminal
44	CGJ 0667/2010	Itajaí - Vara da Fazenda Pública
45	CGJ 0199/2010	Pedido de providências
46	CGJ 0485/2010	Joinville - 2ª Vara Criminal
47	CGJ 0288/2010	Lages - 3ª Vara Criminal
48	P.A. 361118-2010.3	Diligências (2ª vara cível da comarca de Laguna)
49	CGJ 1010/2010	Jaraguá do Sul – Vara da família, infância e Juventude
50	CGJ 1012/2010	Jaraguá do Sul – 1ª vara cível
51	CGJ 0598/2010	Caçador - Vara Criminal
52	CGJ 1010/2009	Blumenau - 3ª Vara Criminal
53	CGJ 0741/2010	São Francisco do Sul - Vara Criminal
54	CGJ 1011/2010	Jaraguá do Sul – Vara Fazenda Pública

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.3.4. Instruções em Processos Administrativos com inquirições em 2010:

N.	Data	Local	Processo	Pessoas ouvidas
1	27/01/2010	Criciúma	CGJ 1448/2009	1
2	29/01/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	1
3	23/02/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	1
4	24/02/2010	Criciúma	CGJ 1448/2009	2
5	07/04/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	1
6	29/04/2010	Criciúma	CGJ 1448/2009	1
7	29/04/2010	Criciúma	CGJ 1448/2009	1
8	05/05/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	1
9	20/05/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1448/2009	3
10	28/08/2010	Chapecó	CGJ 0461/2010	1
11	14/09/2010	Jaraguá do Sul	CGJ 0717/2010	8
12	11/10/2010	Canoinhas	CGJ 0461/2010	1
13	27/10/2010	TJSC – CGJ	CGJ 1116/2010	1
14	29/10/2010	Canoinhas	CGJ 0461/2010	1
TOTAL.....				24

Fonte: CGJ – Núcleo III

3.4. Núcleo de Assessoramento IV – Serventias Extrajudiciais

3.4.1. Considerações iniciais

As atividades desenvolvidas pelo Núcleo IV – Serventias Extrajudiciais no ano de 2010 objetivaram dar continuidade ao processo de aprimoramento das ações preventivas junto aos serventuários, desenvolvido a partir da gestão de 2009, que buscam disseminar conhecimentos técnicos e gerenciais como forma de qualificação e melhoria para a posterior prestação dos serviços de orientação e fiscalização. Notadamente, este modelo de gestão adotado prevê um permanente desenvolvimento de métodos, ferramentas e estratégias que visam compatibilizar a sistemática de trabalho à dinâmica própria das atribuições desempenhadas pelo Núcleo.

No âmbito interno, o Núcleo IV foi reorganizado a partir da Ordem de Serviço n. 01/2010, que estabeleceu uma nova disciplina ao fluxo de demandas geradas por meio dos processos, consultas, *e-mails* (cgjextra@tjsc.jus.br) e pareceres cotidianamente solicitados. A partir desta Ordem de Serviço, consolidou-se um formato de prioridades como meio para uma melhor adequação do setor frente às novas demandas, visando conferir presteza e eficiência no desempenho das atribuições afeitas ao Núcleo, ao mesmo tempo em que se buscou sanar os expedientes que se encontravam pendentes de análise e resposta.

Posteriormente foi instaurada a Portaria n. 63/2010, que objetivou implementar uma sistemática organizacional pautada na reordenação de setores, na redistribuição de atividades e na especialização de tarefas, promovendo uma realocação estratégica dos recursos humanos de acordo com as suas competências e experiências profissionais. A Portaria n. 63/2010 também promoveu uma readequação dos fluxos, procedimentos e rotinas internas à dinâmica do trabalho especialmente desenvolvido pelo Núcleo IV. Nesse sentido, concentraram-se esforços e recursos para que as atividades desempenhadas por cada setor fossem aprimoradas, visando uma melhoria no efetivo oferecimento de repostas às demandas externas/internas propostas e emprestando agilidade e confiabilidade ao serviço prestado. A normativa referida homologou o projeto desenvolvido para a engenharia de um funcionograma de atividades desenvolvidas no Núcleo, subdividindo-o em setores mais especializados, abaixo estruturado:

Setor I – coordenação e orientação;

Setor II – fiscalização e inspeção;

Setor III - Revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira parte) e projeto;

Setor IV – Selo de Fiscalização, ressarcimento dos atos gratuitos, ajuda de custos e cadastro das serventias.

3.4.2. Atividades Desenvolvidas

1. Disponibilização de informações para consulta pública, por meio da internet, contidas na Central de Escrituras de Inventário, Partilha, Separação e Divórcio Consensuais (processo CGJ 0136/2008);

2. Readequação da página “Portal do Extrajudicial”, visando dar clareza, objetividade e fácil acesso na prestação e na obtenção das informações relacionadas às serventias extrajudiciais;

3. Descarte de livros desatualizados e não utilizados pelo Núcleo IV, em procedimento realizado pela Divisão Administrativa;

4. Elaboração e disponibilização do Manual de Transmissão do Acervo para auxílio nos trabalhos desenvolvidos pelos Diretores de Foro, nas serventias extrajudiciais em que assumiram concursados/titulares;

5. Prestação de auxílio e orientação aos Juízes Diretores de Foro por meio de telefone e e-mail, bem como pelo deslocamento de assessores correicionais, para posse e transmissão do acervo dos novos delegatários extrajudiciais;

6. Transmissões de Acervo praticadas pela equipe da Assessoria Correicional do Extrajudicial:

Processo	Atividade	Município	Distrito	Serventia	Período
CGJ-E 979/2007	Transm. Acervo	Florianópolis	Pântano do Sul	EP	19/1/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Florianópolis	Ribeirão da Ilha	EP	25 e 26 janeiro
Direção do Foro	Transm. Acervo	São José	-	ORI	2 e 3 fevereiro
CGJ-E 622/2008	Transm. Acervo	Schroeder	-	EP	4 e 5 fevereiro
Direção do Foro	Transm. Acervo	São José	-	TNP	4/2/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Gaspar	-	ORCPN_PJ_TD	31/3/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Balneário Camboriú	-	1TNP	31/3/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Tubarão	Pedras Grandes	EP	5/4/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Tubarão	-	TP	5/4/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Tubarão	-	2TNP	6/4/2010
Direção do Foro	Transm. Acervo	Criciúma	Rio Maina	EP	7/4/2010

Direção do Foro	Transm. Acervo	Criciúma	-	2TNP	7 a 9 abril
Direção do Foro	Transm. Acervo	Criciúma	-	1TNP	12 a 16 abril
Direção do Foro	Transm. Acervo	Gaspar	-	ORI	12/4/2010

7. Reenvio ao CNJ dos atos de posse e de transmissão de acervo dos titulares e dos designados nas Serventias Extrajudiciais declaradas provisoriamente vagas;

8. Informação do usuário e da senha de acesso ao Sistema Justiça Aberta, por meio de telefone e e-mail, a todos os delegatários para a atualização dos dados e dos atos realizados pelos escritórios extrajudiciais;

9. Distribuição do “CD CGJ EXTRA – Versão 2009”, concedendo aos cartórios e aos Juízes Diretores dos Foros acesso a uma fonte de pesquisa e orientação para a atividade correicional cotidiana, por meio de normas atualizadas, decisões da CGJ e do Conselho da Magistratura acerca da matéria registral e notarial, além de outras ferramentas disponibilizadas (Processo n. CGJ-E 0174/2009);

10. Distribuição para os cartórios e fóruns de cartazes contendo os novos modelos de selo de fiscalização;

11. Informação mensal da produtividade do Corregedor e do Vice-Corregedor para a Secretaria da Corregedoria, objetivando a posterior remessa ao Conselho Nacional de Justiça do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;

12. Indicação dos atuais responsáveis pelas serventias para recebimento dos equipamentos de informática concedidos aos escritórios extrajudiciais carentes de equipamentos para informatização;

13. Lançamento do novo “Censo de Informatização das Serventias Extrajudiciais”, com o objetivo de captar as informações relacionadas ao número de computadores de que dispõem as serventias extrajudiciais, assim como o número de impressoras, acessos à internet, sistema informatizado de automação e a empresas que os desenvolvem (Circular n. 23/2010);

14. Assinatura do Termo de Cooperação Técnica – Averbação da Reserva Legal, em parceria realizada com o Ministério Público Estadual, FATMA, ANOREG e ATC;

15. Divulgação da campanha para a celebração de casamento coletivo dirigido a pessoas carentes, em parceria com a Associação Amigos da Cidadania Catarinense – AACC (Processo n. CGJ-E 0693/2010);

16. Lançamento do S@E (Sistema de Atendimento do Extrajudicial, ofício-circular 118/2020), com objetivo de aprimorar o atendimento dispensado pelo Poder Judiciário às solicitações encaminhadas por correio eletrônico (*e-mail*) ao Núcleo IV da Corregedoria-Geral da Justiça, com acesso realizado por meio do Portal do Extrajudicial;

17. Reenvio de informações, dos atos de posse e dos de transmissão do acervo ao Conselho Nacional de Justiça, visando esclarecer e adequar a decisão definitiva de vacância de serventias, publicada por aquele Órgão em 12 de julho de 2010;

18. Orientação aos interinos das serventias extrajudiciais, por meio da circular n. 29/2010, sobre a adequação ao teto remuneratório dos servidores públicos;

19. Publicação do Provimento n. 19/2010 e da Circular n. 38/2010, visando regulamentar a nomeação de interventores e interinos, suas remunerações, procedimentos de prestações de contas, as competências para apuração disciplinar de seus atos, bem como as regras sobre a identificação das serventias extrajudiciais, no intuito de uniformizá-las em todo o Estado;

20. Criação, no acesso restrito do Portal, de um canal para envio eletrônico do balancete resumido à Corregedoria, nos moldes propostos pelo Conselho Nacional de Justiça, visando a prestação de contas pelos interinos/designados (Provimento n. 19);

21. Criação do endereço de e-mail interino@tjsc.jus.br para envio das decisões de homologação de prestação de contas pelos Diretores de Foro das Comarcas (circular n. 38/2010);

22. Lotação de quatro Analistas Jurídicos no Núcleo IV, a partir do mês de outubro, por intermédio da Secretaria da CGJ, visando à adequação e à otimização dos trabalhos desempenhados a partir da reestruturação deste Núcleo;

23. Lançamento do senso dos Cartórios de Registro Civil e Escrivanias de Paz, para a tomada de providências sugeridas pelo Provimento n. 13/10 do Conselho Nacional de Justiça;

24. Envio ao Conselho Nacional de Justiça de todos os registros de matrículas de aquisição de imóveis rurais por estrangeiros no Estado de Santa Catarina (Processo n. CGJ-E 0839/2010);

25. Recepção da delegação de servidores do Tribunal de Justiça da Bahia para apresentação do Projeto do Selo Digital de Fiscalização;

26. Organização e realização do 2º Simpósio de Direito Notarial e Registral de Santa Catarina em conjunto com a Academia Judicial;

27. Elaboração e remessa para a 1º Vice-Presidência da lista das serventias extrajudiciais vagas, objetivando a abertura de novo concurso para a atividade extrajudicial do Estado;

28. Instauração do Processo n. CGJ-E 0331/2010 para atualização dos valores pagos a título de ajuda de custo para as serventias extrajudiciais;

29. Implantação do Projeto Piloto do Selo Digital de Fiscalização no 2º Tabelionato de Notas e no 1º Ofício de Protestos da Comarca da Capital;

30. Implantação pelo Setor III, do Núcleo IV, do sistema de agenda eletrônica, para publicidade e controle das tarefas realizadas internamente;

31. Atendimento e orientação dos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de Foro e jurisdicionados pelos ramais telefônicos do Núcleo IV, excetuados os atendimentos do Setor do Selo de Fiscalização, conforme números mensalmente abaixo relacionados:

Mês / Ramal	2727	2728	2729	2730	2732	2733	2734	2737	2741	2749	2771	2772	2778
Jan	69	54	49	144	219	36	50	81	516	1	98	29	167
Fev	271	288	11	340	186	85	105	56	860	1	192	77	161
Mar	124	174	10	334	160	152	56	61	673	1	196	173	114
Abr	72	97	10	261	127	157	95	50	443	1	75	69	138
Mai	94	78	15	269	115	141	28	79	386	-	99	23	53
Jun	76	99	13	353	131	57	14	12	408	-	92	41	64
Jul	71	108	10	392	161	113	57	18	310	-	57	28	63
Ago	121	187	21	367	139	223	45	3	274	-	82	52	52
Set	78	97	16	348	76	92	73	9	122	1	56	35	251
Out	62	88	14	363	123	70	48	24	88	-	82	54	269
Nov	153	117	-	433	185	101	34	30	46	14	54	47	108
Dez	4	3	-	17	5	3	-	7	14	-	1	-	5
Total	1195	1390	169	3621	1627	1230	605	430	4140	19	1084	628	1445

Fonte: CGJ – Núcleo IV

32. Resposta e orientação, por meio do endereço eletrônico cgjduviextra@tjsc.jus.br (substituído pelo sistema [S@E](#)), até 09 de julho, de 638 (seiscentos e trinta e oito) consultas, conforme matérias abaixo descritas:

Assunto	Quantidade
Ofício de Protestos	10
Processo Administrativo Disciplinar	2
Registro Civil de Pessoas Jurídicas	1
Registro Civil de Pessoas Naturais	18
Registro de Imóveis	39
Registro de Títulos e Documentos	2
Tabelionato	43
Sem Classificação	521
Total	683

Fonte: CGJ – Núcleo IV

33. Respostas às consultas por meio do Sistema de Atendimento do Extrajudicial (S@E):

Assessor	Setor	Quantidade
Marcia Campos Sarturi	I	27
Alexsandro Postali	I	69
George Lucas Flôres Sodré	I	50
Carlos Augusto Marques	II	3
Alberto João da Cunha Júnior	IV	3
Guilherme Beckauser Wensing	IV	1
Jussara Aparecida Barboza	II	3
Luís Gustavo Granzotto de Campos	III	3
Fernando Medeiros Ferreira	III	5
Pétersen Ruan da Silva	III	4
Flávia Maria Machado	I	30
Ana Júlia Schlichting	II	13
Raul Wanderley Eble	II	4

* Com o advento da Portaria 63/2010 a responsabilidade pelas resposta as consultas formuladas pelo Serviço de Atendimento do Extrajudicial ([S@E](#)) ficou concentrada em grande parte junto ao setor I do Núcleo IV.

34. Participação dos servidores e juiz-corregedor* nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
13 a 17 de setembro	Natal – Rio Grande do Norte	37º Encontro dos Registradores de Imóveis do Brasil*
04 e 05 de novembro	Florianópolis – Santa Catarina	2º Simpósio de Direito Notarial e Registral/SC*
02 e 03 de dezembro	Búzios – Rio de Janeiro	V Seminário Luso-Brasileiro de Direito Imobiliário

Fonte: CGJ – Núcleo IV

35. Participação dos servidores do Núcleo em cursos de capacitação:

DATA	LOCAL	CURSO
Abril	Academia Judicial	Capacitação no Programa 5S
Julho	Foro Des. Eduardo Luz	Reforma Ortográfica e Redação Jurídica
Outubro	Academia Judicial	Planilha Eletrônica
Outubro	Hotel Castelmair	Encontro de Integração dos Novos Servidores
Outubro	Academia Judicial	Capacitação no SAJ-5
Julho	Universidade Federal de Santa Catarina	Especialização em Gestão Organizacional e Tecnologia de Recursos Humanos
Outubro	Foro Des. Eduardo Luz	Hermenêutica, Sistema Acusatório e a Reforma do Código de Processo Penal

Fonte: CGJ – Núcleo IV

36. Inspeções Correicionais praticadas nas Serventias Extrajudiciais do Estado:

Atividade	Município	Distrito	Serventia	Período
Retorno	Capital	Cachoeira do Bom Jesus	EP	24/3/2010
Corr. Ordinária	Curitiba	-	ORCPN_PJ_TD	26 a 30 abril
Corr. Extraord.	Correia Pinto	-	EP	26 e 27 abril
Corr. Ordinária	São Cristóvão do Sul	-	EP	28 e 29 abril
Corr. Extraord.	Lages	-	1ORI	26 a 30 abril
Corr. Ordinária	Imbituba	-	ORCPN_PJ_TD	10 a 14 maio
Corr. Ordinária	Imbituba	-	TNP	10 a 14 maio
Corr. Ordinária	Imbituba	-	ORI	10 a 14 maio
Corr. Ordinária	Imbituba	Mirim	EP	10 e 11 maio
Corr. Ordinária	Imbituba	Vila Nova	EP	12 a 14 maio
Corr. Ordinária	Imaruí	-	ORI	13/5/2010
Corr. Ordinária	Curitiba	-	1TNP	24 a 28 maio
Corr. Ordinária	Curitiba	-	2TNP	24 a 28 maio
Corr. Ordinária	Curitiba	-	ORI	24 a 28 maio
Corr. Ordinária	Ponte Alta do Norte	-	EP	24 e 25 maio
Corr. Ordinária	Frei Rogério	-	EP	26 e 27 maio
Retorno	Brusque	-	2TNP	7 a 11 junho
Retorno	Brusque	-	ORI	7 a 11 junho
Corr. Ordinária	Botuverá	-	EP	7 e 8 junho

Corr. Ordinária	Guabiruba	-	EP	9 e 10 junho
Corr. Ordinária	Ituporanga	-	ORCPN_PJ_TD	21 a 25 junho
Corr. Ordinária	Leoberto Leal	-	EP	21 a 22 junho
Corr. Ordinária	Atalanta	-	EP	23 a 25 junho
Vistoria	Joinville	-	1TNP	27 e 28 setembro
Vistoria	Joinville	-	1ORI	29 e 30 setembro
Vistoria	Joinville	-	3TN2P	30 e 1º outubro
Retorno	Joinville	-	ORCPN_PJ_TD	18 a 22 outubro
Retorno	Joinville	Pirabeiraba	EP	18 a 22 outubro
Retorno	Joinville	Boa Vista	EP	8 a 12 novembro
Corr. Ordinária	Navegantes	-	TNP	16 a 19 novembro
Corr. Ordinária	Navegantes	-	ORI_RCPN_PJ_TD	16 a 19 novembro
Corr. Ordinária	Orleans	-	TNP	29 a 3 dezembro
Vistoria	Orleans	-	ORI	29 a 3 dezembro
Vistoria	Orleans	-	ORCPN_PJ_TD	29 a 3 dezembro
Vistoria	São Francisco do Sul	-	ORI	9 e 10 dezembro
Vistoria	Itapema	-	ORI	13 e 14 dezembro

Fonte: CGJ – Núcleo IV

37. Atualização e regulamentação do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça (Terceira Parte - Serventias Extrajudiciais) e Projetos do Núcleo:

Processo	Assunto	Situação	Norma-Orientação (Tipo e número)
CGJ 0136/2008	Cria a Central de Escrituras Públicas de Inventário e Partilha, Separação e Divórcio Consensuais.	Concluído	Provimento n. 01/2010
CGJ 0213/2009	Centralização de Protestos no Estado de Santa Catarina (Ata da reunião nº 01/2009-CGJ). Banco do Brasil/Febraban	Em andamento	
CGJ-E 0260/2009	Cria a comissão de estudos para implantação do Selo Digital (Desenvolvimento e implantação do Selo Digital e informatização das serventias extrajudiciais - Webmail e Hermes).	Em andamento	
CGJ-E 0260/2009	Projeto Selo Digital de Fiscalização - Informatização dos Cartórios Extrajudiciais. Preenchimento do senso na página da Corregedoria-Geral da Justiça - formulário eletrônico. Prazo de dez (10) dias a contar de 14-6-10.	Em andamento	Circular n. 23/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital. Adequação dos Sistemas. Orientações	Em andamento	Ofício-Circular n. 16/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Empresas credenciadas.	Em andamento	Ofício-Circular n. 24/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital. Adaptações dos sistemas de informações. Nova versão do Projeto. Empresas e programadores.	Em andamento	Ofício-Circular n. 38/2010
CGJ-E 0260/2009	Artigo 1.051 do Código de Normas. Adoção de sistema eletrônico para captura de imagem e leitura biométrica.	Em andamento	Ofício-Circular n. 39/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Adequação dos sistemas.	Em andamento	Ofício-Circular n. 56/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Características técnicas para impressão do selo.	Em andamento	Ofício-Circular n. 57/2010

CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Informações. Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 81/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Informações. Testes a partir do dia 08-6-2010 (Web Service - versão 08). Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 85/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital: Informatização das serventias extrajudiciais de SC consideradas vagas após o concurso regulado pelo Edital nº 84/2007.	Em andamento	Provimento n. 02/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Informações (Web Service - versão 0.9.2). Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 145/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Adequação dos sistemas.	Em andamento	Ofício-Circular n. 01/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Adequação dos sistemas. Versão 07. Programada para entrar em operação em 10-5-10.	Em andamento	Ofício-Circular n. 69/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Adequação dos sistemas. Versão 07. Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 70/2010
CGJ-E 0260/2009	Adequação dos Sistemas. Selo Digital. Nova versão (Web Service - versão 0.9.1). Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 132/2010
CGJ-E 0730/2009 e 1471/2009	Dispõe sobre a autenticação de nota fiscal eletrônica. Impossibilidade. Segunda via de nota fiscal. Documento considerado original. Possibilidade de Autenticação pelas serventias extrajudiciais.	Concluído	Ofício-Circular n. 41/2010
CGJ-E 0844/2009	Dispões sobre Procuração. Revogação. Comunicação entre cartórios.	Em andamento	
CGJ-E 0822/2009	Revoga o art. 929 do CPC, que exige o reconhecimento de firma por autenticidade em procuração outorgando poderes de dar e receber quitação.	Concluído	Provimento n. 07/2010
CGJ-E 0849/2009	Dispõe sobre a Cédula de Produtor Rural. Artigo 771 do Código de Normas.	Concluído	Ofício-Circular n. 4/2010
CGJ-E 0917/2009	Dispõe sobre Escritura Declaratória de Aquisição Imobiliária;	Em andamento	
CGJ-E 0738/2009	Autorização para descarte de documentos concernentes ao arquivos de protesto, conforme prevê a Lei n. 9.492/97	Concluído	Provimento n. 20/2010
CGJ-E 0859/2009	Dispõe sobre escritura de compra e venda de imóvel rural condicionada à averbação da Reserva Legal. Obrigatoriedade daquela providência por força do disposto no artigo 16 § 8º do Código Florestal. Entendimento sedimentado no STJ.	Concluído	Circular n. 7/2010
CGJ-E 0910/2009	Consulta do Registro de Imóveis da comarca de Itapema. Averbação. Terreno de marinha. Patrimônio da União.	Em andamento	
CGJ-E 0960/2009	Dispõe sobre a Lavratura de Escritura. Procuração Pública. Recusa de confirmação por parte de Tabelionato de outro Estado (RS).	Em andamento	
CGJ-E 1142/2009	Cédulas Rurais Pignoratícias. Anotação de Responsabilidade Técnica. EPAGRI - Lages. Manual de Fiscalização.	Em andamento	
CGJ-E 1378/2009	Dispões sobre procedimento administrativo. Decisão judicial não clara quanto a concessão da Assistência Judiciária. Insegurança na dispensa da cobrança dos emolumentos pelas serventias extrajudiciais. Solicitação de orientação ao magistrado subscritor da ordem. Artigo 546, XI, do CNGCJ.	Concluído	Circular n. 40/2010
CGJ-E 1281/2009	Dispõe sobre a aplicação do § 1º do artigo 600 do Código de Normas, diante das novas regras estabelecidas pela ortografia nacional.	Concluído	Circular n. 9/2010
CGJ-E 1347/2010	Dispõe sobre o Benefício da "Justiça Gratuita". Concessão. Inventário extrajudicial. Possibilidade.	Concluído	Circular n. 12/2010
CGJ-E 1348/2009	Exigência de reconhecimento de firma em ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).	Concluído	Ofício-Circular n. 42/2010

CGJ-E 1442/2009	Consulta acerca da aplicabilidade do parágrafo único do art. 855 do CNGCJ e sua colisão com o art. 19 da Lei nº 6.766/79.	Em andamento	
CGJ-E 1482/2009	Consulta Código de Normas. Obrigatoriedade da Confirmação de instrumentos provenientes de outros Estados.	Em andamento	
CGJ-E 1453/2009	Pedido de encerramento prematuro de fichas despidas de formatação exigida pelo sistema de automação. Aposição de carimbo logo após o ato mais recente. Inutilização do espaço em branco (CNGCJ art. 550). Viabilidade do pleito.	Concluído	Ofício-Circular n. 194/2010
CGJ-E 1589/2009	Dispõe sobre a interpretação do art. 850 do CNGCJ	Em andamento	
CGJ 0445/2009	Dispõe sobre a penhora on line. Registro de Imóveis.	Em andamento	
CGJ-E 1601/2010	Dispõe sobre o procedimento de Impugnação de Valor (art. 16 da LCE n. 156/97).	Concluído	Provimento n. 12/2010
CGJ-E 1517/2009	Notícia de procuração falsa. Comunicado.	Concluído	Ofício-Circular n. 8/2010
CGJ-E 0136/2008	Dispõe sobre o parecer que originou o Provimento n. 1/2010	Concluído	Circular n. 01/2010
CGJ-E 0058/2010	Dispõe sobre a alteração do art. 46 da Lei nº 6.015/73, no tocante à declaração de nascimento realizada após o decurso do prazo legal.	Concluído	Provimento n. 8/2010
CGJ-E 0068/2010	Consulta sobre procedimento de habilitação para casamento após a alteração do art. 1526 do Código Civil.	Concluído	Provimento n. 6/2010
s/ processo	Ofício n. 011595/2009. Superior Tribunal de Justiça. Caixa Consórcio S/A.	Concluído	Ofício-Circular n. 5/2010
CGJ-E 0071/2010	Apresenta sugestão em relação aos atos registrares referentes aos contratos de aquisição e financiamento dentro do Sistema Financeiro de Habitação	Em andamento	
s/ processo	Dispõe sobre pedido de baixa de indisponibilidade de bens...	Concluído	Ofício-Circular n. 7/2010
s/ processo	Dispõe sobre os estatutos das fundações e suas eventuais alterações. Artigos 65, 66,67 e 69 do Código Civil Brasileiro. Obrigatoriedade da aprovação do Ministério Público.	Concluído	Circular n. 6/2010
s/ processo	Mandado de Segurança n.28545. Suspensas as solenidades de posse dos candidatos aprovados no último concurso para as serventias extrajudiciais, enquanto perdurar a decisão do Supremo Tribunal Federal. Inalterada a situação dos empossados.	Concluído	Ofício-Circular n. 11/2010
CGJ-E 0783/2008	Dispõe sobre a distribuição de Títulos de Protestos. Artigo 979 do Código de Normas.	Concluído	Ofício-Circular n. 13/2010
CGJ-E 9492/0009	Dispõe sobre o arquivamento de cópias de documentos na lavratura de procuração pública.	Concluído	Provimento n. 15/2010
CGJ-E 0214/2010	Solicita normatização em relação a proibição de registro de formal de partilha expedido com fração ideal na benfeitoria diversa na fração ideal no imóvel.	Em andamento	
CGJ-E 0218/2010	Dispõe sobre a Emissão Geral do Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR.	Concluído	Circular n. 10/2010
CGJ-E 0217/2010	Reanálise da Circular CGJ n. 07/2010. Condicionamento de averbação de Reserva Legal para lavratura de atos de transmissão, desmembramento e retificação de imóveis rurais. Manutenção da decisão.	Concluído	Circular n. 42/2010
CGJ-E 0215/2010	Problemas em relação a baixa de títulos protestados junto as serventias de Blumenau	Concluído	Provimento n. 28/2010

10/2010-DF-SJ	Consulta encaminhada pela Direção do Foro, comarca de São José. Serventias Extrajudiciais sujeitas a incidência de ISS. Exame de acervo <i>in loco</i> , que deverá ser franqueado à Unidade de Fiscalização Municipal.	Concluído	Ofício-Circular n. 37/2010
s/ processo	Ofício n.139080041199-000-002, oriundo da 2ª Vara da Comarca de Porto Belo - SC. Buscas no sentido de localizar o óbito de Eduardo Valdir Agostinho.	Concluído	Ofício-Circular n. 43/2020
s/ processo	Ofício n. 1852/2010, oriundo da 3ª Vara do Trabalho de Florianópolis. Indisponibilidade de bens.	Concluído	Ofício-Circular n. 44/2010
s/ processo	Dispõe sobre o Concurso Público para serventias Notariais. Edital n. 84/07. Posse e transmissão de acervo. Orientações.	Concluído	Ofício-Circular n. 46/2010
s/ processo	Ofício-Controle n.70/1998. Autos n. 495.01.1998.006028-7. Juízo de Direito da 3ª Vara Judicial da Comarca de Registro-SP. Pedido de 2ª via da Certidão de Óbito de Cristovão Soares Pereira, alcunha "Ricardo", portador do RG. 22845803, filho de Corsino Soares Pereira e de Diocelina Pereira Costa.	Concluído	Ofício-Circular n. 52/2010
s/ processo	Ofício n. 065030006478-000-004. Juízo de Direito da Comarca de São José do Cedro. Autos n.: 065.03.000647-8. Indisponibilidades de bens de ...	Concluído	Ofício-Circular n. 63/2010
s/ processo	Ofício n. 065070020838-000-002. Juízo de Direito da Comarca de São José do Cedro. Autos n. 065.07.002083-8. Indisponibilidades de bens de ...	Concluído	Ofício-Circular n. 64/2010
370523-2010.4	Pedido de Providências CNJ n. 0001261-78.2010.2.00.000. Decisão. Notificações extrajudiciais. Princípio da territorialidade. Artigo 728 do Código de Normas.	Concluído	Circular n. 18/2010
s/ processo	Ofício n. 023100182421-000-001. Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Capital. Autos n. 023.10.018242-1. Ação Civil Pública. Indisponibilidade de bens de ...	Concluído	Ofício-Circular n. 71/2010
s/ processo	Ofício Circular n. 015/2010-DICSEN/DECOR/CG. Corregedoria-Geral do Estado de Rondônia. Cartório Extrajudicial de Castanheiras. Arrombado e incendiado parcialmente. Comunicado.	Concluído	Ofício-Circular n. 72/2010
s/ processo	Ofício n. 00704/09DF. Juízo de Direito da Comarca de Anápolis-GO. Comunica possível prática de crime na confecção de traslados e procurações.	Concluído	Ofício-Circular n. 82/2010
CGJ-E 0260/2009	Comunica o fim do prazo para preenchimento do Censo de Informatização, conforme Circular n. 23/2010 de 14 de junho.	Em andamento	Ofício-Circular n. 103/2010
CGJ-E 0507/2010	Registro Civil das Pessoas Naturais. Assento de óbito realizado sem apresentação de atestado médico.	Concluído	Circular n. 32/2010
s/ processo	Serventias Extrajudiciais. Pedido de buscas de 2ª Via de certidão. Resposta no prazo de trinta (30) dias: cgj@tjsc.jus.br. Orientações.	Concluído	Ofício-Circular n. 78/2010
s/ processo	Ofício n. 568/10. Comarca de Maringá(PR). Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal. Autos n. 2004.2749-9. Pesquisas para localização do óbito.	Concluído	Ofício-Circular n. 79/2010
s/ processo	Ofício n. 623/2010. Comarca de Gravataí. Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal. Autos n. 015/2.06.0005210-0. Pesquisas para localização do óbito.	Concluído	Ofício-Circular n. 80/2010
s/ processo	Ofício n. 063080004957-000-001. Juízo de Direito da 2ª Vara de São Joaquim. Remessa da Certidão de Óbito em nome de	Concluído	Ofício-Circular n. 144/2010
s/ processo	Aviso n. 09/2010. Ofício-Circular n. 1462/AHMM-DICOGE/2010. Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de São Paulo-SP. Diversas Serventias.	Concluído	Ofício-Circular n. 90/2010

0587/2010	II Simpósio de Direito Notarial e Registral. Prazo de cinco (05) dias para enviar propostas de temas de interesse da classe.	Concluído	Ofício-Circular n. 89/2010
s/ processo	Ofício n. 167090002526-000-001. Juízo de Direito da Comarca de Garopaba. Autos n. 167.09.000252-6. Solicita cópia da Certidão	Concluído	Ofício-Circular n. 108/2010
s/ processo	Ofício n. 167080000466-000-003. Juízo de Direito da Comarca de Garopaba. Autos n. 167.08.000046-6. Solicita cópia da Certidão d	Concluído	Ofício-Circular n. 109/2010
s/ processo	Ofício nº 502/2010. FAVF, do Foro Distrital de Conchal-SP. Autos n.144.01.2007.002005-7. Localização da Certidão de Nascimento	Concluído	Ofício-Circular n. 110/2010
s/ processo	Comunica o Ofício Circular nº 076/2010-SEC, da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás, nos Autos do processo nº 2961911/2009-SP.	Concluído	Ofício-Circular n. 99/2010
CGJ-E 0260/2009	Selo Digital de Fiscalização. Informações. Testes a partir do dia 01-7-2010 (Web Service - versão 09). Orientações.	Em andamento	Ofício-Circular n. 104/2010
s/ processo	Provimento n.12/2010. Altera o artigo 522 e inclui os artigos 522-A e 522-B no Código de Normas. Complementação do ITBI/TCMD, FRJ e emissão de DOI retificadora. Os artigos não comportam interpretação ampliativa.	Concluído	Ofício-Circular n. 105/2010
s/ processo	Comunica o horário de expedientes nas datas dos jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2010, conforme Resolução n. 22/2010-GP.	Concluído	Ofício-Circular n. 105/2010
CGJ-E 0694/2010	Alteração da redação do § 2º do art. 621 do Código de Normas.	Em andamento	
s/ processo	Ofício-Circular n. 072/2010. Corregedoria-Geral do Estado de Tocantins - TO. Pedidos de Incomunicabilidade de bens, diretamente às serventias, cuja relação de endereços consta...	Concluído	Ofício-Circular n. 126/2010
s/ processo	Utilização do Sistema de Atendimento do Extrajudicial - S@E, disponível no Portal do Extrajudicial. Orientações.	Concluído	Ofício-Circular n. 118/2010
s/ processo	Ofício n. 016/2010-JBS. Terceira Câmara Criminal desta Corte. Indisponibilidade de bens de	Concluído	Ofício-Circular n. 121/2010
s/ processo	Orienta interinos e interventores para o cumprimento da decisão do CNJ, publicada no Diário Eletrônico n. 124, de 12 de julho de 2010.	Concluído	Circular n. 29/2010
s/ processo	Provimento CGJ n. 012/2010. Artigos 522-A e 522-B. Esclarecimentos.	Concluído	Ofício-Circular n. 124/2010
s/ processo	Atividade notarial. Função de Juiz de Paz e Escrevente. Cumulação. Incompatibilidade. Orientações	Concluído	Circular n. 33/2010
CGJ-E 1428/2009	Resolução nº 80/2009-CNJ. Dúvidas e Sugestões. Formulação de consulta ao CNJ.	Em andamento	
CGJ-E 0769/2010	Solicita edição de provimento sobre cumprimento de mandados de averbação de termos de nascimento e casamento e liberação de peticionamento eletrônico para registradores através do SAJ.	Em andamento	
CGJ-E 0834/2010	Dissolubilidade do casamento pelo divórcio. Redação do § 6º do art. 226 da CF, alterada pela EC n. 66/2010.	Concluído	Provimento n. 27/2010
CGJ-E 0839/2010	Autos CGJ-E n.0839/2010. Pedido de Providências do CNJ n. 0002981-80.2010.2.00.0000. Lei n. 5.709/71 (arts. 10, 11, 12 c/c art. 1º § 1º). Artigo 751 do Código de Normas.	Concluído	Ofício-Circular n. 156
s/ processo	Resolução n. 23.217-TSE	Concluído	Circular n. 37/2010

s/ processo	Ofício n. 289/2010-TCU/SECOB-2. Tribunal de Contas da União. Acórdão n. 2766/2009-TCU-Plenário_TC-001.359/2009-2). Decretou cautelarmente, pelo prazo de um (01) ano, a indisponibilidade de bens.	Concluído	Ofício-Circular n. 130/2010
s/ processo	Normas sobre a nomeação de interino e interventor, remuneração, prestação de contas e apuração disciplinar. Denominação oficial das serventias.	Concluído	Provimento n. 19/2010
s/ processo	Resolução CNJ n. 80/2010. Esclarecimentos sobre a atuação de interventores e interinos, para o correto cumprimento dos comandos legais e normativos.	Concluído	Circular n. 38/2010
s/ processo	Estabelece as providências a serem adotadas nos casos de licença de delegatário, para ocupação de cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão.	Concluído	Circular n. 39/2010
CGJ-E 1146/2010	Reajuste das ajudas de custo as serventias extrajudiciais	Em andamento	
CGJ-E 1148/2010	Solicita realização de estudo para permitir aos tabelionatos de protestos o fornecimento de fotocópia de títulos apontados às partes indicadas como devedoras	Em andamento	
2009.900067-3	Estudo sobre padronização do serviço de fotocópias prestado pelas serventias extrajudiciais	Em andamento	
s/ processo	Ofício n. 3241579/2010. Justiça Federal da Circunscrição de Chapecó. Indisponibilidade de bens	Concluído	Ofício-Circular n. 135/2010
CGJ 0885/2010	Provimento CNJ n. 12/02010. Reconhecimento da paternidade pode ser manifestado expressa e diretamente perante o Juiz. (art. 1º, IV, da Lei n. 8.560/1992 e artigo 1609, IV, do Código Civil).	Concluído	Ofício-Circular n. 159/2010
CGJ-E 1033/2010 e CGJ-E 1053/2010	Associação dos Notários e Registradores do Estado de Santa Catarina - ANOREG. Provimento CGJ n. 19/2010. Suspensão do artigo 14.	Concluído	Circular n. 49/2010
s/ processo	Ofício n. 1306/2010. Juízo de Direito da 78ª Vara do Trabalho. Existência de bens imóveis	Concluído	Ofício-Circular n. 147/2010
CGJ-E 1055/2010	Requer realização de estudos visando atender o Provimento n. 13 do CNJ que dispõe sobre a emissão de certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam partos.	Em andamento	
CGJ-E 1055/2010	Provimento CNJ n. 13/10. Registro Civil das pessoas naturais. Censo disponibilizado no site desta Corregedoria-Geral da Justiça. Prazo máximo de quinze (15) dias para responder.	Em andamento	Ofício-Circular n. 157/2010
CGJ-E 1083/2010	Consulta sobre informatização de cartório. Procedimentos com matrícula	Em andamento	
s/ processo	Ofício GP n. 1.865/2010. Pedido de Providências n. 0005648-73.2009.2.00.0000 (200910000056489). Qualificação de Advogado nos atos das Serventias Extrajudiciais, utilizar apenas "advogado", dispensando outras expressões.	Concluído	Ofício-Circular n. 193/2010
s/ processo	Ofício n. 023100408136-000-001. Juízo de Direito da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital. Consulta aos Cartórios de Registro Civil sobre o assento de nascimento	Concluído	Ofício-Circular n. 173/2010
s/ processo	Aviso CGJ n. 020/2010. Ofício DJ n. 31560/2010. CGJ-PR. Avisa aos responsáveis pelas serventias extrajudiciais deste Estado sobre as cautelas necessárias ao praticar atos utilizando-se o nome do Serviço Distrital de São José, Comarca de Jandaia do Sul -PR.	Concluído	Ofício-Circular n. 179/2010
CGJ-E 1162/2010	Requer suspensão provisória do provimento 36/2009 e edição de provimento específico para implantação do Selo Digital de Fiscalização	Em andamento	

s/ processo	Comunica sobre a disponibilidade de acesso a relação de serventias extrajudiciais em atividade no Estado de Ceará, para encaminhamento das comunicações de indisponibilidade de bens diretamente às serventias.	Concluído	Circular n. 55/2010
s/ processo	Ofício n. 1798/2010 - GP. Encaminha pedido da Cruz Vermelha Brasileira, no sentido que os Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou de Títulos e Documentos, se abstenham de registrar Estatutos de criação de filiais, sem a devida e expressa autorização do Órgão Central da Cruz Vermelha Brasileira.	Concluído	Ofício-Circular n. 187/2010
CGJ-E 1197/2010	Solicita a revogação dos arts. 7 e 8 do Prov. 19/2010 que estabelece teto remuneratório para interinos dos serviços notariais e de registro, baseado em suspensão do STF.	Concluído	
CGJ-E 1378/2009	Decisão não clara quanto a concessão da Assistência Judiciária. Insegurança na dispensa da cobrança de emolumentos pelas serventias extrajudiciais. Orientação com base no artigo 546, XI, do CNCGJ.	Concluído	Ofício-Circular n. 136/2010
s/ processo	Altera o § 2º do artigo 615 e o artigo 882, caput, ambos do CNCGJ, referentes à exigência da certidão de nascimento atualizada para o pedido de habilitação para o casamento e para a lavratura de escritura pública, respectivamente.	Concluído	Provimento n. 33/2010
s/ processo	Renumerar o parágrafo único do artigo 3º do Provimento CGJ n. 8/2009, inserir parágrafo ao mesmo dispositivo, que trata da intervenção de advogado de núcleo de prática jurídica dos cursos de direito nas lavraturas de escrituras públicas de inventário, partilha, separação e divórcio, e acrescenta o § 6º ao artigo 8º, que trata da vedação de emitir certidão ao advogado representante do núcleo de prática jurídica.	Concluído	Provimento n. 35/2010
s/ processo	Funcionamento, durante o recesso forense, dos Distribuidores judiciais de títulos para protesto.	Concluído	Circular n. 59/2010
s/ processo	Diversos	Concluído	Ofício-Circular n. 208/2010
s/ processo	Indisponibilidade de bens. Baixa	Concluído	Ofício-Circular n. 210/2010

Fonte: CGJ – Núcleo IV

3.4.3. Projeto do Selo Digital

O Projeto do Selo Digital foi iniciado no ano de 2009 e objetiva realizar a substituição do atual selo físico por um eletrônico, de forma a garantir segurança, publicidade e transparência aos atos praticados nas serventias extrajudiciais.

Além disso, busca a padronização dos atos e das informações oriundas das serventias extrajudiciais, a redução do número de fraudes e de

extravio/furto de selos e a melhoria da atividade fiscalizatória/orientadora do Poder Judiciário via Corregedoria-Geral da Justiça.

O projeto prevê o fornecimento eletrônico de selos pelo Tribunal de Justiça às serventias extrajudiciais, por meio do procedimento de compra informatizada, já existente, comunicando-se com os sistemas de automação contratados pelos cartórios extrajudiciais.

De forma concomitante, na medida em que os atos forem utilizados, as informações serão remetidas eletronicamente ao Poder Judiciário para que, por meio do número do Selo Digital, juntamente com um validador, seja possível verificar via internet a validade do selo e das informações constantes dos atos.

A troca de informações entre as serventias extrajudiciais e o Poder Judiciário se dará por meio de WebServices e arquivos XML, desenvolvidos pela equipe técnica do Tribunal de Justiça e por membros da Corregedoria-Geral da Justiça, reunidos em uma comissão denominada: Comissão de Implantação do Selo Digital de Fiscalização.

Durante o ano de 2010, o Projeto contou com as seguintes modificações/atividades:

1. Mapeamento e desenvolvimento dos modelos de todos os atos dos Ofícios de Protesto, Tabelionatos de Notas, Ofícios do Registro Civil das Pessoas Naturais, Jurídicas e Títulos e Documentos e Ofícios do Registro de Imóveis;

2. Lançamento da versão 0.4 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais;

3. Lançamento da versão 0.5 do Webservice do Selo Digital: teste do procedimento de compra e remessa de selos digitais por meio de acesso autenticado;

4. Lançamento da versão 0.6 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios de Protesto;

5. Lançamento da versão 0.7 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Tabelionatos de Notas;

6. Lançamento da versão 0.8 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro Civil;

7. Lançamento da versão 0.9 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões dos atos dos Ofícios do Registro de Imóveis;

8. Lançamento da versão 0.9.1 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação;

9. Lançamento da versão 0.9.2 do Webservice do Selo Digital: publicação dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação e lançamento da primeira versão do Portal de Consulta Pública do Selo Digital;

10. Lançamento da versão 0.9.3 do Webservice do Selo Digital: publicação da última versão dos padrões de todos os atos do serviço extrajudicial com as alterações sugeridas pelos desenvolvedores dos sistemas informatizados de automação antes do Projeto Piloto;

11. Realização da primeira etapa dos Projetos-Piloto do Selo Digital;

12. Divulgação dos padrões da leitura biométrica nos Tabelionatos de Notas e do Selo Digital;

13. Realização do 2º Censo de Informatização do Extrajudicial;

14. Divulgação e atuação do FAQ do Selo Digital (Perguntas mais frequentes), no *site* www.tjsc.jus.br/selo ;

15. Etapa inicial do Projeto-Piloto do Selo Digital;

16. Nos meses de novembro e dezembro de 2010 deu-se início à realização dos Projetos-Piloto do Selo Digital, etapa que objetiva verificar, no contexto da prática das serventias extrajudiciais, a adaptação dos sistemas de informação nelas utilizados à sistemática do Selo Digital, o que envolve as operações de compra e recebimento de lotes de selos digitais, lavratura de atos e remessa das informações para o servidor informatizado do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para posterior visualização. Ao todo, foram realizados sete testes em serventias escolhidas dentre a carteira de clientes das quatro maiores empresas fornecedoras de sistemas de automação do mercado.

O planejamento do Projeto indica que, a partir do ano de 2011, serão concluídos os demais Projetos-Piloto e iniciar-se-á a implementação do Selo Digital, de forma escalonada, segundo cronograma ainda a ser definido.

3.4.4. Atividades Desenvolvidas no Setor do Selo de Fiscalização, ressarcimento, ajuda de custo e cadastro das serventias

1. Reajuste dos valores do benefício da Ajuda de Custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/08) nos termos da decisão do Conselho da Magistratura nos autos CGJ-E n. 1446/2009, e pagamento realizado a partir de 1º de janeiro de 2010, com a receita obtida por meio dos Selos de Fiscalização (Tabela 2, abaixo);

TABELA 2 – AJUDA DE CUSTO

MÊS	VALOR R\$
Janeiro ⁽¹⁾	307.216,00
Fevereiro	307.216,00
Março	307.216,00
Abril ⁽²⁾	309.400,00
Maio ⁽³⁾	308.464,00
Junho	308.464,00
Julho	308.464,00
Agosto ⁽⁴⁾	308.256,00
Setembro	308.256,00
Outubro	308.256,00
Novembro	308.256,00
Dezembro ⁽⁵⁾	308.256,00
TOTAL	3.697.720,00

Fonte: CGJ – Núcleo IV

(1) A Escrivania de Paz do Distrito de São Sebastião do Sul, município e comarca de Lebon Régis foi extinta por decisão do Conselho da Magistratura no processo n. 2009.9000046-0, deixando-se, com isso, de se fazer o repasse da ajuda de custo.

(2) A Escrivania de Paz do Distrito de Sede Figueira, município e comarca de Chapecó, foi incluída na relação de beneficiárias do inc. III do art. 14 da Lei Complementar Estadual n. 175/98, com efeitos retroativos ao mês de março de 2010 (R\$ 728,00), conforme decisão proferida nos autos CGJ-E nº 0122/2010.

Em razão do término do concurso Edital 84/07 – cartórios extrajudiciais destaca-se que:

a) a Escrivania de Paz do município de Balneário Gaivota, comarca de Sombrio, foi instalada, enquadrando-se no critério definido no inc. I do art. 14 da LCE n. 175/98;

b) a Escrivania de Paz do município e comarca de Correia Pinto foi desativada. O Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos da respectiva comarca foi provido pelo concurso e devidamente instalado, tendo o Registro Civil, Título e Documentos sido desanexado, enquadrando-se este no critério definido no inc. II do art. 14 da LCE n. 175/98;

c) a Escrivania de Paz do município e comarca de Herval do D'Oeste foi desativada. O Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos e o Registro de Imóveis e Registro Civil, Títulos e Documentos da respectiva comarca foram providos pelo concurso e devidamente instalados, enquadrando-se esta última serventia no critério definido no inc. II do art. 14 da LCE n. 175/98.

(3) a Escrivania de Paz do município e comarca de Lauro Müller foi excluída da lista de serventias beneficiárias pela Ajuda de Custo (art. 14, inc. I), tendo sido incluído o Registro Civil, Títulos e Documentos, conforme critério definido no inc. II do art. 14 da LCE n. 175/1998.

(4) a Escrivania de Paz do município e comarca de Ipumirim restou excluída da lista de serventias beneficiárias pela Ajuda de Custo (art. 14, inc. I) em razão da sua desativação, tendo sido incluído o Registro Civil, Títulos e Documentos, conforme critério definido no inc. II do art. 14 da LCE nº 175/1998.

2. Pagamento a título de Ajuda de Custo no exercício de 2010 do correspondente a: R\$ 1.144,00 (mil cento e quarenta e quatro reais) para as

Escrivâneas de Paz localizadas nos municípios considerados Comarcas Não-Instaladas ou em distritos de Comarcas de Entrância Inicial; do valor de R\$ 936,00 (novecentos e trinta e seis reais) para o Registro Civil localizado na sede de Comarcas de Entrância Inicial; e do valor de R\$ 728,00 (setecentos e vinte e oito reais) para as Escrivâneas de Paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de Comarca de Entrância Final e Especial, e que adquiriram, no ano anterior, número de Selos de Fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) do adquirido pelo Registro Civil da respectiva sede;

3. Controle e pagamento do ressarcimento dos atos isentos e gratuitos no exercício de 2010 (Tabela 3);

TABELA 3 – RESSARCIMENTO DOS ATOS GRATUITOS

MÊS	VALOR R\$
Janeiro ⁽¹⁾	528.544,35
Fevereiro ⁽²⁾	427.330,18
Março ⁽³⁾	437.031,45
Abril ⁽⁴⁾	505.013,93
Maiio ⁽⁵⁾	518.147,11
Junho ⁽⁶⁾	701.188,79
Julho ⁽⁷⁾	552.643,87
Agosto ⁽⁸⁾	636.566,87
Setembro ⁽⁹⁾	624.365,94
Outubro ⁽¹⁰⁾	561.330,42
Novembro ⁽¹¹⁾	552.984,32
Dezembro ⁽¹²⁾	607.107,28
TOTAL	6.652.254,51

Fonte: CGJ – Núcleo IV

(1) Atos referentes ao período de 11/12/2009 até 10/01/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 12.545,90, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(2) Atos referentes ao período de 11/01/2010 até 10/02/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 4.977,09, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(3) Atos referentes ao período de 11/02/2010 até 10/03/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 4.766,38, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(4) Atos referentes ao período de 11/03/2010 até 10/04/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 9.470,74, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(5) Atos referentes ao período de 11/04/2010 até 10/05/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 10.014,70, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(6) Atos referentes ao período de 11/05/2010 até 10/06/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 14.512,26, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(7) Atos referentes ao período de 11/06/2010 até 10/07/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 15.891,21, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(8) Atos referentes ao período de 11/07/2010 até 10/08/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 13.428,20, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(9) Atos referentes ao período de 11/08/2010 até 10/09/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 14.437,65, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(10) Atos referentes ao período de 11/09/2010 até 10/10/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 22.874,91, em razão da dúvida quanto à aplicabilidade da Lei nº 10.977/98, devendo o pagamento aguardar resultado da consulta formulada ao Conselho da Magistratura (nº 2010.900005-0).

(11) Atos referentes ao período de 11/10/2010 até 10/11/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 13.266,11, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea.

(12) Atos solicitados entre o período de 11/11/2010 e 10/12/2010. Foi bloqueada a quantia de R\$ 11.655,98, devido a atos que foram cadastrados de forma errônea.

4. Estabelecimento pelo Provimento n. 32/2009 do dia 10 de janeiro de 2010 como data limite para solicitação de ressarcimento de atos gratuitos praticados no exercício financeiro de 2009, e suspensão definitiva do ressarcimento de atos notariais tomados no mesmo exercício e não solicitados no prazo estabelecido (Tabela 3);

5. Estabelecimento pelo Provimento n. 30/2010 do dia 10 de janeiro de 2011 como termo final do prazo para que os interessados possam solicitar o ressarcimento dos atos gratuitos praticados no exercício financeiro de 2010. Após mencionada data não será efetuado o ressarcimento dos atos gratuitos referentes ao exercício financeiro de 2010. Ademais, a partir de janeiro de 2011, a solicitação de ressarcimento dos atos gratuitos deverá ser obrigatoriamente procedida, mês a mês, pelos serventuários até o dia 10 (dez) do mês seguinte ao ato praticado;

6. Considerando as decisões prolatadas pelo egrégio Conselho da Magistratura nos autos administrativos ns. 2008.900058-1 e 2010.900005-0, procedeu-se à atualização do sistema eletrônico de ressarcimento dos atos gratuitos. Os atos bloqueados entre os meses de janeiro e outubro de 2010 serão devidamente analisados pelo setor no decorrer do ano de 2011 em consonância com as respectivas decisões;

7. O objeto inicial do contrato para fornecimento do selo de fiscalização no Estado no exercício de 2010 era de, aproximadamente, 22.000.000. Contudo, diante do aumento na demanda no decorrer ano, procedeu-se o acréscimo de 25% na respectiva quantidade, o que correspondeu à 5.500.000 de selos.

8. Aquisição e controle de 25.216.488 selos de fiscalização para uso nas Serventias Extrajudiciais até a data de 31/12/2010 (Tabela 1);

TABELA 1 – SELOS ADQUIRIDOS PELAS SERVENTIAS ATÉ

31-12-2010

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Selos Isentos 01 ato	1.043.328
Selos Isentos 02 atos	0
Selos Pagos 01 ato (Normal)	15.338.136
Selos Pagos 01 ato (Emergencial)	6.831.484
Selos Pagos 02 atos (Normal)	486.552
Selos Pagos 02 atos (Emergencial)	102.124
Selos Pagos 04 atos (Normal)	109.296
Selos Pagos 04 atos (Emergencial)	30.052
D.U.T. (Normal)	798.380
D.U.T. (Emergencial)	309.892
Selos Escritura com Valor (Normal)	122.936
Selos Escritura com Valor (Emergencial)	44.308
TOTAL	25.216.488

Fonte: CGJ – Núcleo IV

9. Estabelecimento pelo Provimento n. 31/2010 da implantação do Selo de Fiscalização Especial D.U.T. – 2 atos junto aos serviços extrajudiciais;

10. Acompanhamento do processo licitatório para contrato de fornecimento de selos de fiscalização, sendo vencedora a proposta apresentada pela empresa American Banknote S.A., a qual passará a confeccionar e distribuir os selos de fiscalização no Estado a partir de janeiro de 2011;

11. Com o término do contrato com a Casa da Moeda do Brasil em 31/12/2010, a quantidade de 1.305.000 de selos em estoque na empresa será enviada à Corregedoria-Geral da Justiça no mês de janeiro de 2011;

12. Alteração e atualização cadastral das Serventias Extrajudiciais, para controle e gestão do Selo de Fiscalização;

13. Elaboração de cadastro das serventias do Estado - aproximadamente 590 – com a manutenção de dados relativos a endereço, e-mail, telefone, conta bancária, dados pessoais do titular, do substituto e dos funcionários;

14. Levantamento e organização da documentação dos responsáveis pelas serventias com a sua posterior digitalização;

15. Manutenção atualizada dos sinais públicos das serventias no sistema do selo;

16. Manutenção do cadastro de serventias existentes no Estado atualizado no site do Conselho Nacional de Justiça;

17. Atualização das vacâncias das serventias e elaboração dos relatórios das serventias vagas e providas para eventuais informações ao Conselho Nacional de Justiça e à Comissão de Concurso de ingresso e remoção na atividade notarial e registral;

18. Atualização das posses e das transmissões de acervo em razão do término do concurso Edital nº 84/07 e das novas designações;

19. Fornecimento de certidões de serventias existentes no Estado;

20. Prestação de informações cadastrais aos demais setores do Núcleo IV – Extrajudicial – da Corregedoria;

21. Participação da Comissão de Estudos e Implantação do Selo Digital;

22. Conferência dos relatórios mensais das faturas para pagamento da empresa Casa da Moeda do Brasil - CMB, bem como acompanhamento e fiscalização, relativamente aos contratos celebrados para confecção e distribuição dos Selos de Fiscalização, e vistoria realizada na empresa em 22/03/2010 pelo Corregedor-Geral e pelo Juiz-Corregedor;

23. Atualização dos cartazes dispendo sobre as características de segurança dos selos de fiscalização de atos notariais e registrais;

24. Destruição de aproximadamente 60.000 selos apreendidos pela Corregedoria;

25. Elaboração de minutas de provimentos e circulares referentes às atribuições desse setor;

26. Atualização do banco de dados dos selos extraviados, inutilizados, furtados e danificados, disponível para consulta na página do Extrajudicial;

27. Recebimento de 164 (cento e sessenta e quatro) processos para análise;

28. Atendimento de consultas encaminhadas por cartorários e pela população em geral por meio de 7.000 (sete mil) ligações recebidas.

3.5. Atividades da Escrivania Correicional

Na Escrivania Correicional atuaram, em 2010, os escrivães correicionais Marco Túlio de Camargo Dolberth e Perla Maria Fusinato Schappo e o assessor correicional Geraldo Della Giustina.

As atividades da Escrivania Correicional ocorreram nos quatro núcleos da Corregedoria.

3.5.1. De orientação

Conforme quadro detalhado, a Escrivania Correicional prestou esclarecimentos e orientações em variados temas relacionados ao foro judicial. Também ouviu queixas de usuários, dando encaminhamento necessário a cada caso.

2010													
Resposta Consultas	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Soma
E-mail	37	41	36	50	49	76	78	59	51	33	64	46	620
Instant Messenger	9	6	5	6	7	5	9	14	5	16	6	7	95
Presencial	2	3	2	4	5	2	1	2	2	5	2	2	32
Telefone	29	104	69	97	119	86	66	73	66	46	104	64	923
Subtotal	77	154	112	157	180	169	154	148	124	100	176	119	1.670
Reclamações	6	9	5	6	7	7	6	5	7	6	7	5	76
Total	83	163	117	163	187	176	160	153	131	106	183	124	1.746

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

3.5.2. De planejamento e de projetos

Em conjunto com a área técnica, a Escrivania Correicional atuou no acompanhamento dos projetos existentes e na implementação de novos, com a especificação e criação de serviços e/ou sistemas informatizados. Dentre as atividades desenvolvidas durante o ano, destacam-se:

- Proposição e análise de minuta de atos normativos;
- Sugestão de ordem e cronograma de inspeções correicionais nos foros judiciais;
- Participação em eventos atinentes ao cumprimento das metas prioritárias do Conselho Nacional da Justiça (CNJ) e aos Mutirões de Sentenças e das Turmas de Recursos;
- Proposição e análise de alterações de funcionalidades e de

modelos de documentos da instituição no Sistema de Automação do Judiciário de Primeiro Grau (SAJ/PG), com participação em reuniões de validação.

3.5.3. De inspeção

As inspeções correicionais fazem parte das ações de controle e fiscalização disciplinar dos serviços judiciários.

Sua realização não significa a existência de irregularidades. Durante os trabalhos a Escrivania Correicional capta informações sobre a realidade do foro judicial e do andamento processual nas unidades judiciárias da comarca. Além dos cartórios judiciais, também setores administrativos foram objeto de inspeção: Central de Portaria e Comunicação, Central de Mandados, Contadoria, Distribuição, Oficialato da Infância e da Juventude, Oficialato de Justiça, Secretaria do Foro e Serviço Social.

Erros, inconsistências ou eventuais irregularidades são registradas em relatório e servem como paradigma para outras unidades. Os servidores recebem orientações de como proceder corretamente. O trabalho é feito por amostragem nos processos em andamento, conforme a competência da unidade (cível, criminal, família, fazenda, juizado especial, etc.).

Além do andamento processual, são verificados problemas de infraestrutura que podem atrapalhar o desenvolvimento das atividades. As questões analisadas nas correições são repassadas às respectivas áreas envolvidas do Judiciário Estadual, requisitando a solução dos problemas encontrados.

Resumidamente, a Escrivania Correicional desenvolve suas atividades com base nos seguintes vetores:

- análise preliminar do perfil da unidade a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorária;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos processuais;
- orientação e capacitação dos servidores nas suas atividades;
- consultoria à unidade inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados das atividades de inspeção

nas unidades;

- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

A Escrivania Correicional acompanhou os Juizes-Corregedores do Núcleo III nas atividades de inspeção correicional nas seguintes unidades:

INSPEÇÃO PRESENCIAL		
Ordem	Comarca/Vara	Período
1	Lages – 1ª, 2ª e 3ª Varas Criminais	22 a 26 de março
2	Tubarão – 1ª e 2ª Varas Criminais	12 a 16 de abril
3	Criciúma – 1ª e 2ª Varas Criminais	26 a 30 de abril
4	Araranguá – Vara Criminal	26 a 30 de abril
5	Joinville – 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Criminais	10 a 21 de maio
6	Caçador – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	7 a 11 de junho
7	Itajaí – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara da Fazenda	21 a 25 de junho
8	São Francisco do Sul – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	12 a 16 de julho
9	São Miguel do Oeste – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	26 a 30 de julho
10	Xanxerê – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	2 a 6 agosto
11	Araranguá – 2ª e 3ª Varas Cíveis	23 a 27 agosto
12	Jaraguá do Sul – 1ª e 2ª Varas Cíveis, Vara Criminal, Vara da Fazenda, Vara da Família e Unidade Judiciária Avançada de Cooperação da UNERJ	13 a 24 de setembro
13	Timbó – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	4 a 8 de outubro
14	Campos Novos – 1ª e 2ª Varas Cíveis e Vara Criminal	18 a 22 de outubro
15	Joaçaba – Vara Criminal	18 a 22 de outubro
16	Gaspar – 1ª, 2ª e 3ª Varas	8 a 12 de novembro

INSPEÇÃO VIRTUAL		
Ordem	Comarca/Vara	Período
1	Capital – 3ª Vara Cível	27 de maio
2	Mafra – 2ª Vara	2 a 11 de junho
3	Barra Velha – Vara Única	10 de agosto
4	Itajaí – Vara da Fazenda	29 de outubro
5	Capital – 3ª Vara Cível	29 de novembro
6	Joaçaba – 2ª Vara Cível	6 a 9 de dezembro

Fonte: CGJ – Escrivania Correicional

3.5.4. De revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

Em virtude de diversas modificações da legislação processual, a Escrivania Correicional atuou na alteração e modernização do Código de Normas, com a proposição e análise de minuta de atos normativos e na difusão de orientações sobre padronização de procedimentos.

3.5.5. Apresentações e palestras

A Escrivania Correicional também teve a oportunidade de participar, em 2010, de eventos instrucionais como palestrante com ênfase na gestão de pessoas e de processos. Exemplo disto, foram os cursos de formação para ingresso na carreira da magistratura e de preparação de instrutores para implementação da meta 5 do CNJ.

Quanto às atividades específicas, a Escrivania Correicional apresentou-se no Encontro de Técnicos Judiciários Auxiliares.

3.5.6. Do Mutirão de Sentenças

A atividade da Escrivania Correicional no Mutirão de Sentenças de 2010 foi de secretariar o Corregedor-Geral da Justiça e a Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins, especificamente no controle das unidades e juízes participantes do Mutirão de Sentenças e do deslocamento do acervo de processos, com a anotação no número dos lotes de cargas do SAJ/PG.

Coube a Escrivania Correicional ainda, a verificação e análise da situação das unidades referentes aos processos conclusos há mais de 90 dias, estabelecendo contato com juízes e assessores, quando necessário e a organização de documentos referentes ao pagamento de gratificação.

3.5.7. Do Mutirão das Turmas de Recursos

No Mutirão das Turmas de Recursos de 2010 a atividade da Escrivania Correicional também foi de secretariar o Corregedor-Geral da Justiça e a Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins, especificamente no controle dos juízes participantes do Mutirão, dos processos encaminhados para julgamento, da realização das sessões, da quantidade de julgamentos e do pagamento de gratificação.

4. COORDENADORIA DE EXECUÇÃO PENAL E DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – CEPIJ¹

4.1. Mutirões Carcerários

COMARCA	MÊS	DIAS	PRESOS OUVIDOS
Joinville	Abril	12 a 16	1.195
Joinville	Maio	03 a 05	
Itajaí	Junho	07 a 11	494
Lages	Junho	10 a 14	391
Curitibanos	Julho	05 a 09	612
Tubarão	Agosto	02 a 06	312
Araranguá	Agosto	02 a 06	244
Balneário Camboriú	Agosto	16 a 20	343
Capital (Presídio de São Pedro de Alcântara). Realizado pela Força Nacional de Defensores Públicos da União com o apoio do Tribunal de Justiça	Agosto	16 a 20 e de 23 a 27	1.262
Blumenau	Setembro	13 a 17	784
Chapecó	Novembro	22 a 26	1.200, aproximadamente

4.2. Inspeções nos Centros de Internações Provisórias (CIPs) e Centros Educacionais Regionais (CERs)

COMARCA	MÊS	DIAS
Blumenau e Joinville	Março	10 a 12
Grande Fpolis	Abril	27 a 29
Araranguá, Criciúma e Tubarão	Maio	25 a 27
São José do Cedro	Junho	29
Chapecó	Junho	30
Xanxerê	Julho	1
Caçador	Setembro	21
Curitibanos	Setembro	22
Lages	Setembro	23
Rio do Sul	Setembro	24
Concórdia	Outubro	05
Joaçaba	Outubro	06

4.3. Compromissos do coordenador pela CEPIJ e Corregedoria-Geral da Justiça

MÊS DE FEVEREIRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
26 a 27	São Paulo	III Encontro Nacional CNJ
28	Brasília	Reunião Ministro Gilson Dipp

¹ Relatório original com fotos:

<http://www.tj.sc.gov.br/institucional/diretorias/cepij/relatorioatividadesCEPIJ%202010.pdf>

MÊS DE MARÇO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Brasília	Reunião Ministro Gilson Dipp
14	Brasília	CNJ
15	Brasília	Reunião Conselho Nacional de Justiça Maria da Penha
16 e 17	Brasília	Reunião Corregedoria CNJ
29	Joinville	Reunião com juízes do crime e execução penal

MÊS DE ABRIL

DATA	LOCAL	MOTIVO
06 a 09	Salvador	Participação do Congresso Nacional de Execução Penal e internacional (OEA) sobre o sistema penitenciário de Salvador
15 a 18	Natal	ENCOGE
20	Lages	Reunião com juízes do crime e execução penal
26 a 30	Oeste de Santa Catarina	Viagem com o Des. Corregedor-Geral da Justiça

MÊS DE MAIO

DATA	LOCAL	MOTIVO
3	Itajaí	Reunião com juízes do crime
4	Balneário Camboriú	Reunião com juízes do crime
19	Joinville	Composição mesa
21	Capital	Reunião com dirigentes da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais visando participação nos mutirões carcerários realizados no estado
24 a 26	Araranguá	Reunião preparatória para o mutirão carcerário
27	Tubarão	Reunião preparatória para o mutirão carcerário
31	Brasília	Conselho Nacional de Justiça, MJ e CNMP

MÊS DE JUNHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Brasília	Conselho Nacional de Justiça, MJ e CNMP
16 a 19	João Pessoa – Paraíba	CONAPA
21	Florianópolis	Reunião para tratar sobre o monitoramento eletrônico de sentenciados do estado
24	Florianópolis	Reunião com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Ministério Público Estadual acerca da possibilidade de implantação de monitoramento eletrônico no sistema prisional
25	Capital	Reunião com o Coordenador Nacional da Pastoral Carcerária, Padre Valdir João Silveira, para conhecer o trabalho

MÊS DE JULHO

DATA	LOCAL	MOTIVO
05	Curitibanos	Reunião para tratar do monitoramento eletrônico de alguns sentenciados das comarcas da Capital, Chapecó, Curitibanos, Criciúma, Joinville, Lages e Rio do Sul
12	Capital	Reunião do PROVITA na Secretaria de Estado da Segurança Pública
16	Capital	Reunião na ACADEPOL sobre monitoramento de presos
26	Capital	Reunião com o delegado da DEIC, Renato Hendges, acerca do contido nos autos do processo n. 380613-2010.8
28	Capital	Audiência na 4ª Vara Criminal para oitiva de sentenciado objeto dos autos do processo n. 380613-2010.8, presentes o Juiz Alexandre Moraes da Rosa, Promotor de Justiça Rafael de Moraes Lima, advogado Lídio Moisés da Cruz, Delegado de Polícia Rubens João Leite Farias e Major PM Francisco Luiz Gonzaga da Silveira.

MÊS DE AGOSTO

DATA	LOCAL	MOTIVO
02	Goiânia-GO	Ida ao estado para assinatura do termo de cooperação técnica para cálculo de execução penal, acompanhando os Desembargadores Presidente e Jorge Henrique Schaefer Martins
03	Goiânia-GO	Assinatura do termo de cooperação técnica para cálculo de execução penal, acompanhando os Desembargadores Presidente e Jorge Henrique Schaefer Martins
03 a 06	Tubarão e Araranguá	Mutirões carcerários
09	Balneário Camboriú	Reunião preparatória do mutirão carcerário
12	Capital	Reunião Governador do Estado e Secretário de Justiça e Segurança Pública
16 a 20	Balneário Camboriú e Capital	Mutirão carcerário em Balneário Camboriú e Mutirão na Penitenciária de São Pedro de Alcântara pela Força Nacional de Defensores Públicos da União
23 a 27	Capital	Mutirão na Penitenciária de São Pedro de Alcântara pela Força Nacional de Defensores Públicos da União
23	Capital	Reunião com o Secretário de Justiça e Cidadania e Juiz-Auxiliar da Presidência do CNJ
25	Capital	Plenarinho da Assembléia Legislativa,

		lançamento da Central de Penas Alternativas da Capital e São José
--	--	-------------------------------------------------------------------

MÊS DE SETEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01	Capital	Reunião na Secretaria de Segurança Pública. Comissão de gestão da crise no sistema prisional catarinense
10	Capital	Reunião na CGJ sobre os oficiais de justiça da infância e juventude
13 a 17	Blumenau	Mutirão carcerário
14	Capital	Reunião na Secretaria de Segurança Pública sobre o "PGC" (Primeiro Grupo da Capital)
20 a 24	Caçador, Curitiba, lages e Rio do Sul	Inspeções CIPs e CERs
24	Capital	Homenageado, em nome do Presidente, pela associação beneficente Iluminar em razão dos trabalhos realizados pelos mutirões carcerários e inspeções nos CIPs e CERs
29	Fraiburgo	Reunião com a DEAP e juizes da região
30	São José	Inspeção no Centro Educacional Regional São Lucas

MÊS DE OUTUBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
04 e 05	Concórdia e Joaçaba	Inspeções nos CIPs e CERs de Concórdia e Joaçaba
06 a 08	São Paulo	II Seminário da Justiça Criminal
14	Capital	Reunião na sede da OAB/SC com o Comitê Catarinense de Combate à Tortura (14h) e Reunião na ACADEPOL sobre monitoração eletrônica de presos (15h)
15	Capital	Reunião no pleno do TJ com juizes da infância e juventude sobre o relatório preliminar emitido pelo projeto Medida Justa do CNJ quando em visita ao estado
19	Capital	Reunião com a juíza Ana Cristina Borba Alves, secretários da Segurança Pública e da Cidadania e Defesa do Cidadão sobre o Centro Educacional Regional São Lucas
25 a 27	Capital	Reunião de planejamento estratégico com juizes do grupo operacional da infância e juventude

MÊS DE NOVEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
04	Joinville	Inspeção na penitenciária com juiz-auxiliar da Presidência do CNJ
05	Blumenau	Inspeção no presídio com juiz-auxiliar da Presidência do CNJ
05	Capital	Reunião com o grupo operacional de execução penal na CGInfo sobre o cartório

		remoto de execução penal
08	Capital	Reunião com juiz Odson Cardoso F ^o
09	Capital	Reunião na CGJ com representantes do MP e Secretaria de Segurança sobre o PGC
16	Capital	Reuniões na assessoria especial da Presidência: 14h: Tramitação direta de IPs (processo 374672-2010.0); 15h30min: Implantação do plano de gestão das varas criminais e de execuções penais (processo n. 371359-2010.8; e às 17h: Desenvolvimento de ações para observância da duração razoável do processo criminal (processo n. 374673-2010.8).
22 a 26	Chapecó	Mutirão carcerário
24	Modelo	Reunião com magistrado da comarca, Comandante da Casa Militar do TJ e comando da PM da comarca
29	Capital	Reunião com o Chefe do Ministério Público do Trabalho
30	Brasília-DF	Acompanhar Desembargador Corregedor-Geral da Justiça

MÊS DE DEZEMBRO

DATA	LOCAL	MOTIVO
01 a 03	Brasília-DF	Acompanhar Desembargador Corregedor-Geral da Justiça
06 a 07	Rio de Janeiro	4º Encontro Nacional do Judiciário
09	Capital	14h: Reunião na CGJ com advogados. 16h30min: Reunião recebimento relatório mutirão carcerário realizado no presídio feminino da Capital (adv ^a Juliana Botomé)
13	Capital	Reunião com grupo operacional da infância e juventude com a assessoria de planejamento
15	Balneário Camboriú	Palestra no Fórum sobre Adoção

4.4. Processos Administrativos Relacionados à CEPIJ: 131 processos

NÚMERO	ASSUNTO
<u>399128-2010.8</u>	FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - MATERIAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL
<u>397891-2010.5</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE CAPINZAL: DIAS 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011
<u>397890-2010.7</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE JOAÇABA: DIAS 21 A 25 DE NOVEMBRO DE 2011
<u>397889-2010.3</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE TIJUCAS: DIAS 03 A 07 DE OUTUBRO DE 2011
<u>397888-2010.5</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PREISIONAL AVANÇADA DE BRUSQUE: DIAS 03 A 07 DE OUTUBRO DE 2011

<u>397887-2010.7</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA COLÔNIA AGRÍCOLA PENAL DA PALHOÇA: DIAS 22 A 26 DE AGOSTO DE 2011
<u>397886-2010.9</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA DE CANOINHAS: DIAS 11 A 16 DE ABRIL DE 2011
<u>397885-2010.0</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE RIO DO SUL: DIAS 13 A 17 DE JUNHO DE 2011
<u>397884-2010.2</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE MAFRA: DIAS 11 A 16 DE ABRIL DE 2011
<u>397875-2010.3</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NA UNIDADE PRISIONAL AVANÇADA (UPA) DE SÃO FRANCISCO DO SUL: DIAS 21 A 25 DE FEVEREIRO DE 2011
<u>397874-2010.5</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE JARAGUÁ DO SUL: DIAS 21 A 25 DE FEVEREIRO DE 2011
<u>397777-2010.3</u>	REUNIÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CEPIJ E A ASPLAN
<u>397776-2010.5</u>	SOLICITAÇÃO DE FORÇA TAREFA DE MAGISTRADOS PARA ATUAR NA VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE SÃO JOSÉ - REQUERENTE JUÍZA ANA CRISTINA BORBA
<u>397003-2010.5</u>	REUNIÃO DO GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE COM O GOVERNADOR ELEITO RAIMUNDO COLOMBO
<u>396423-2010.0</u>	SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO PARA INSTALAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR NA COMARCA DE MELEIRO
<u>395106-2010.5</u>	TRANSFERÊNCIA DE PRESO PARA OUTRA COMARCA, ENCAMINHAMENTO DO PEC PESSOALMENTE PELO SEU ADVOGADO PARA A COMARCA ONDE PASSARÁ A CUMPRIR A PENA POSSIBILIDADE.
<u>395105-2010.7</u>	PROJETO "EDUCAÇÃO: UMA POSSIBILIDADE DE REINserÇÃO SOCIAL", COMARCA DE ANITA GARIBALDI
<u>392649-2010.4</u>	DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FRJ, REPASSADOS AO FUPESC-FUNDO PENITENCIÁRIA ESTADUAL, CONFORME LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 188/99
<u>392546-2010.3</u>	PLANO INTEGRADO DE ENFRENTAMENTO AO CRACK E OUTRAS DROGAS - EDITAL Nº 003/2010/ GSIPR/SENAD/MS
<u>391006-2010.7</u>	LEVANTAMENTO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO
<u>391002-2010.4</u>	MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE PRESOS
<u>390595-2010.0</u>	LAR SÃO LUCAS - IRREGULARIDADES E DESCUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS
<u>390164-2010.5</u>	CARTÓRIO REMOTO DE EXECUÇÃO PENAL
<u>389813-2010.0</u>	ADVOGADA ROSEMEIRE DE SOUZA RIBEIRO - INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSO
<u>389811-2010.3</u>	JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE TUBARÃO - INTERVENÇÃO JUNTO À DEAP PARA INTERNAÇÃO DO APENADO JUNTO AO HCTP
<u>389505-2010.0</u>	ATA DA REUNIÃO REALIZADA NA COMARCA DE FRIABURGO, REFERENTE A INTERDIÇÃO PARCIAL DO PRESIDIO REGIONAL DAQUELA COMARCA
<u>389503-2010.3</u>	REQUERENTE - VARA DE EXECUÇÕES PENAS/ REQUERIDO -2ª VARA DE ESPIGÃO DO OESTE -RONDÔNIA
<u>388683-2010.2</u>	ESTRATÉGIA NACIONAL DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - ENASP - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DOS GRUPOS TEMÁTICOS
<u>387444-2010.3</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE JARAGUÁ DO SUL - REQUERENTE JUÍZA KARINA MULLER
<u>387443-2010.5</u>	ADVOGADA ROSEMEIRE DE SOUZA RIBEIRO - INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DO PRESO MAICON NOBRE ARAÚJO (AUTOS

	282.10.010753-2)
<u>387440-2010.0</u>	CONSULTA SOBRE POSSIBILIDADE DE ENCONTRO ÍNTIMO ENTRE DOIS PRESOS DO MESMO SEXO
<u>385936-2010.3</u>	JUIZ GUSTAVO MARCOS DE FARIAS - CONVOCAÇÃO PROGRAMA MEDIDA JUSTA - CNJ
<u>385467-2010.1</u>	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS SOBRE PROGRESSÃO DE REGIME DO APENADO VALDERI DE ALMEIDA - REQUERENTE ADVOGADA PATRÍCIA R LOURENÇO
<u>385440-2010.0</u>	REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO POR PSICÓLOGO - NEGATIVA DE REALIZAÇÃO PELA HCTP - RESOLUÇÃO Nº 09/2010 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - COMARCA DE INDAIAL
<u>385346-2010.2</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - PROCESSO CGJ 0354 (016202) - ATUAÇÃO DO PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS JUDICIÁRIOS
<u>385285-2010.7</u>	FORÇA NACIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA EM EXECUÇÃO PENAL - PROCEDIMENTO JUDICIAL ESPECIAL
<u>385284-2010.9</u>	I MUTIRÃO DE ORIENTAÇÃO SÓCIO-JURÍDICO NO PRESÍDIO FEMININO DE FLORIANÓPOLIS - OAB/SC, PASTORAL CARCERÁRIA DE FLORIANÓPOLIS E O CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA (CVV)
<u>385283-2010.0</u>	DEFENSORIA PÚBLICA EM ATUAÇÃO NA FORÇA NACIONAL EM EXECUÇÃO PENAL - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO JUDICIAL ESPECIAL - PENITENCIÁRIA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA - SEGREDO DE JUSTIÇA
<u>385282-2010.2</u>	EXECUÇÃO PENAL - REALIZAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO POR PSICÓLOGOS - RESOLUÇÃO Nº 009/2010 DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
<u>385281-2010.4</u>	AMEAÇA DE MORTE CONTRA O SENTENCIADO JOÃO CAVIQUIOLI FILHO - PRESÍDIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
<u>385280-2010.6</u>	PARTICIPAÇÃO DE PSICÓLOGOS JUDICIÁRIOS EM AUDIÊNCIA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL
<u>385279-2010.2</u>	ANÁLISE DA PORTARIA Nº 22/2010 DA DIREÇÃO DO FÓRUM DE TURVO
<u>384340-2010.8</u>	CONSULTA SOBRE UTILIZAÇÃO DO VEÍCULO OFICIAL DA COMARCA PELO OFICIAL DE JUSTIÇA
<u>383596-2010.0</u>	PLANO OPERATIVO ESTADUAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DE SANTA CATARINA
<u>383595-2010.2</u>	CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO A ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL - MODELOS DE BELO HORIZONTE/MG E PORTO ALEGRE/RS
<u>383594-2010.4</u>	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E PRIORIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE
<u>383593-2010.6</u>	PROJETO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA INCLUSÃO SOCIAL DE ADOLESCENTES QUE COMPLETARÃO 18 ANOS - COMARCA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
<u>383269-2010.4</u>	PRISÃO DE MULHER EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL DESTINADO PARA HOMENS - COMARCA DE SÃO MIGUEL DO OESTE
<u>382970-2010.7</u>	PROCESSO N. 001/2010 GABINETE DA PRESIDÊNCIA - OFÍCIO N. 857/2010 GP - PROVIDÊNCIAS
<u>382946-2010.4</u>	CURSO EDUCAÇÃO EM PRISÕES, A SER REALIZADO DE 23 A 27 DE AGOSTO DE 2010 EM FLORIANÓPOLIS
<u>382675-2010.9</u>	I FÓRUM ESTADUAL DE JUÍZES E TÉCNICOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE - REALIZAÇÃO DIAS 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2010
<u>382473-2010.0</u>	MUTIRÃO CARCERÁRIO EM TOCANTINS - CNJ - COMUNICAÇÃO DA SERVIDORA BERNADETE MUNTOWSKI DA COMARCA DE SÃO BENTO DO SUL
<u>382472-2010.1</u>	INFORMAÇÃO SOBRE AMEAÇA AO MAGISTRADO UBALDO RICARDO DA SILVA NETO DA COMARCA DE TIMBÓ

<u>382436-2010.5</u>	PROJETO MEDIDA JUSTA DO CNJ EM SANTA CATARINA DIAS 22 A 31 DE AGOSTO DE 2010
<u>382232-2010.0</u>	LEVANTAMENTO ESTATÍSTICO DA CENTRAL DE PLANTÃO POLICIAL DA CAPITAL REFERENTE AOS DOIS PRIMEIROS TRIMESTRES DO ANO DE 2010
<u>382231-2010.1</u>	AJUDA DE CUSTO SOLICITADO PELO JUIZ GIANCARLO BREMER NEVES PARA PARTICIPAÇÃO NO I ENCONTRO NACIONAL DE APRIMORAMENTO DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DE JUSTIÇA NA DEFESA DOS DIREITOS INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, QUE SERÁ REALIZADO DIAS 21 E 22 DE AGOSTO DE 2010 NA CIDADE DE SÃO PAULO/SP
<u>381560-2010.9</u>	ORIENTAÇÃO CGJ Nº 33 - (EXECUÇÃO PENAL) - ANÁLISE COM BASE NA RESOLUÇÃO Nº 113/2010 DO CNJ
<u>381559-2010.5</u>	ENCONTRO DE ARTICULAÇÃO DOS JUÍZES DA ÁREA DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 19 E 20 DE AGOSTO DE 2010 EM BRASÍLIA/DF
<u>381387-2010.8</u>	CRIAÇÃO DE BANCO DE DADOS CADASTRAIS DE ADOLESCENTES INSERIDOS NO SISTEMA SÓCIOEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO - REQUERENTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO
<u>381121-2010.2</u>	SITUAÇÃO DO CIP DE ITAJAÍ - JUIZ CARLOS ROBERTO DA SILVA
<u>380783-2010.5</u>	CUSTEIO PARA PARTICIPAÇÃO DA JUÍZA ANA CRISTINA BORBA ALVES, NO ENCONTRO REGIONAL DO SUDESTE - FONAJUV, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 29 E 30 DE JULHO DE 2010 NA CIDADE BELO HORIZONTE/MG
<u>380613-2010.8</u>	PEDIDO DE ESCOLTA POLICIAL - JUIZ SOLON BITTENCOURT DEPAOLI - COMARCA DE MARAVILHA
<u>380474-2010.7</u>	SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA O ADOLESCENTE AUTOR DE ATO INFRACIONAL - SIPIA/SINASE
<u>380420-2010.8</u>	JUIZ RENATO MASTELLA SOLICITA PROVIMENTO DO CARGO DE COMISSÁRIO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE NA COMARCA DE CORREIA PINTO
<u>380155-2010.1</u>	RECLAMAÇÃO DO SR JOELSON TIBÚRCIO DOS PASSOS SOBRE PRORROGAÇÃO DE MANDATOS DE CONSELHEIROS TUTELARES EM JARAGUÁ DO SUL
<u>379944-2010.1</u>	SITUAÇÃO DA JUSTIÇA INFANTO-JUVENIL, OFÍCIO 014/COMAJC, DO CNJ
<u>379839-2010.9</u>	INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 DE 30 DE JUNHO DE 2010 (DISCIPLINA A ADOÇÃO DE MEDIDAS DESTINADAS À REGULARIZAÇÃO DO CONTROLE DE EQUIPAMENTOS DE EXECUÇÃO DA MEDIDA PROTETIVA DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL OU FAMILIAR, E DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SOB ESSA MEDIDA)
<u>379130-2010.0</u>	MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE SENTENCIADOS
<u>377454-2010.6</u>	SOLICITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS COM BASE NA LEI Nº 11.343/06 - 4º PELOTÃO DA CIA DE POLICIAMENTO DE GUARDA DA POLÍCIA MILITAR DE SC
<u>377453-2010.8</u>	PROJETO MEDIAÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS ESCOLARES - POLÍCIA MILITAR DE SC
<u>377148-2010.2</u>	INEXISTÊNCIA DE CELA ESPECIAL NO ESTADO
<u>377057-2010.5</u>	FÓRUM ESTADUAL DE MAGISTRADOS DE EXECUÇÃO PENAL (FEMEPE), REALIZADO NOS DIAS 03 E 04 DE SETEMBRO DE 2009
<u>377056-2010.7</u>	PROJETO REVITALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA
<u>377055-2010.9</u>	COMISSÃO NACIONAL DE APOIO ÀS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS-CONAPA. PARTICIPAÇÃO DO MAGISTRADO JÚLIO CESAR FERREIRA DE MELO, COORDENADOR DA CEPIJ
<u>377054-2010.0</u>	RELATÓRIO DA VISITA REALIZADA POR REPRESENTANTES DA 28ª

	SUBSEÇÃO DA OAB/SC À CENTRAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ/SC
376972-2010.0	COMARCA DE CATANDUVAS - PEDIDO PARA LIBERAÇÃO DE INSPEÇÃO MENSAL ÀS CELAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA
376854-2010.6	RECAMBIAMENTO DE PRESOS
376853-2010.8	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO AO PRESO RAFAEL PINHEIRO GEBELUK (PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS)
376852-2010.0	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS CORRELATOS NAS COMARCAS
376851-2010.1	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS DE COMUNIDADE
376850-2010.3	CONSELHO DA COMUNIDADE DE ITUPORANGA - PEDIDO DE DOAÇÃO DE COMPUTADORES VISANDO IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO DE INFORMÁTICA PARA PRESOS
376650-2010.0	FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FNDCA) - RELATÓRIO ANUAL SOBRE ESTATÍSTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
376382-2010.0	INDULTO NATALINO 2010 - SUGESTÕES PARA REDAÇÃO
376381-2010.1	PROJETO ÂNCORA - TRABALHO PRISIONAL NA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL
376248-2010.3	TRANSFERÊNCIA DO ADOLESCENTE DANIEL GUERREIRO NAPOLEÃO, DE CRICIÚMA PARA OUTRA COMARCA
375309-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO REGIONAL NO PRESÍDIO DE TUBARÃO
375308-2010.5	MUTIRÃO REGIONAL CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE ARARANGUÁ
375307-2010.7	VARAS COM COMPETÊNCIA PARA AS AÇÕES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
375210-2010.0	PROPOSTA DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E TERAPÊUTICA (ACUSTRA) DA REGIÃO DA AMUREL PARA ATUAR NO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO EM BENEFÍCIO DOS SENTENCIADOS
374800-2010.6	REUNIÃO DOS GRUPOS DE "SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENAIS" E "SISTEMA PRISIONAL E EXECUÇÃO PENAL" DA ENASP (DIAS 28 E 31 DE MAIO DE 2010)
374786-2010.7	MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O TJSC, SECRETARIA EXECUTIVA DA JUSTIÇA E CIDADANIA E O SENAI/SC PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE PRESOS, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL, CUMPRIDORES DE PENAS E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
374676-2010.3	SOLICITAÇÃO DA MAGISTRADA ANA PAULA AMARO DA SILVEIRA PARA INTEGRAR O GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CEPIJ
374675-2010.5	DOTAR AS VARAS CRIMINAIS DO RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO FUNCIONAMENTO, ESPECIALMENTE PARA A DOCUMENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PELO SISTEMA AUDIOVISUAL E A VIABILIZAÇÃO, QUANDO FOR O CASO, DA REALIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA PARA O INTERROGATÓRIO E A INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS
374674-2010.7	IMPLANTAR SISTEMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL COM CONTROLE DE ENTRADA, SAÍDA E TRÂNSITO DE PESSOAS, ASSIM COMO DE COMISSÃO PERMANENTE, INTEGRADA POR PELO MENOS UM MAGISTRADO DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA INSTÂNCIA, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA DOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO E APRECIÇÃO DE MATÉRIAS RELACIONADAS A ESSE TEMA
374673-2010.9	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OBSERVÂNCIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO CRIMINAL QUE, ESTANDO O ACUSADO PRESO, É DE 105 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 148 DIAS NO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, 75 DIAS NO PROCEDIMENTO

	SUMÁRIO E 135 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 178 DIAS, NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JÚRI
374672-2010.0	ADOTAR A TRAMITAÇÃO DIRETA DOS INQUÉRITOS POLICIAIS, NOS TERMOS DA RES 66/2009 DO CNJ; E A COMUNICAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE E ENVIO DO RESPECT AUTO, NO REGIME DE PLANTÃO, E DEMAIS COMUNIC ENTRE O JUD, A POLÍCIA, O MP E A DEFENS PUB, POR SIST ELETR, DEVENDO O TJ DESENVOLVER GESTÕES PARA CELEBRAR CONVÊNIOS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
374382-2010.9	RECLAMAÇÃO - PRESÍDIO DE CAMPOS NOVOS – UPA
374381-2010.0	REQUER EXCLUSÃO DA CADEIA PÚBLICA DO CADASTRO DO CNJ
377454-2010.6	SOLICITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS COM BASE NA LEI Nº 11.343/06 - 4º PELOTÃO DA CIA DE POLICIAMENTO DE GUARDA DA POLÍCIA MILITAR DE SC
377453-2010.8	PROJETO MEDIAÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS ESCOLARES - POLÍCIA MILITAR DE SC
377148-2010.2	INEXISTÊNCIA DE CELA ESPECIAL NO ESTADO
377057-2010.5	FÓRUM ESTADUAL DE MAGISTRADOS DE EXECUÇÃO PENAL – FEMEPE
377056-2010.7	PROJETO REVITALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA PENAL NO ESTADO DE SANTA CATARINA
377055-2010.9	COMISSÃO NACIONAL DE APOIO ÀS PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS-CONAPA. PARTICPAÇÃO DO MAGISTRADO JÚLIO CESAR FERREIRA DE MELO,COORDENADOR DA CEPIJ
377054-2010.0	RELATÓRIO DA VISITA REALIZADA POR REPRESENTANTES DA 28ª SUBSEÇÃO DA OAB/SC À CENTRAL DE POLÍCIA DE SÃO JOSÉ/SC
376972-2010.0	COMARÇA DE CATANDUVAS - PEDIDO PARA LIBERAÇÃO DE INSPEÇÃO MENSAL ÀS CELAS DA DELEGACIA DE POLÍCIA
376854-2010.6	RECAMBIAMENTO DE PRESOS
376853-2010.8	PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO AO PRESO RAFAEL PINHEIRO GEBELUK (PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS)
376852-2010.0	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS CORRELATOS NAS COMARCAS
376851-2010.1	PROJETO COMEÇAR DE NOVO (RES. 96/2009 DO CNJ) - INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS DE COMUNIDADE
376850-2010.3	CONSELHO DA COMUNIDADE DE ITUPORANGA - PEDIDO DE DOAÇÃO DE COMPUTADORES VISANDO IMPLEMENTAÇÃO DE CURSO DE INFORMÁTICA PARA PRESOS
376650-2010.0	FÓRUM NACIONAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (FNDCA) - RELATÓRIO ANUAL SOBRE ESTATÍSTICA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
376382-2010.0	INDULTO NATALINO 2010 - SUGESTÕES PARA REDAÇÃO
376381-2010.1	PROJETO ÂNCORA - TRABALHO PRISIONAL NA COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL
376248-2010.3	TRANSFERÊNCIA DO ADOLESCENTE DANIEL GUERREIRO NAPOLEÃO, DE CRICIÚMA PARA OUTRA COMARCA
375309-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO REGIONAL NO PRESÍDIO DE TUBARÃO
375308-2010.5	MUTIRÃO REGIONAL CARCERÁRIO NO PRESÍDIO DE ARARANGUÁ
375307-2010.7	VARAS COM COMPETÊNCIA PARA AS AÇÕES DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - APURAÇÃO DE ATO INFRACIONAL
375210-2010.0	PROPOSTA DE CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E TERAPÊUTICA (ACUSTRA) DA REGIÃO DA AMUREL PARA ATUAR NO PROGRAMA COMEÇAR DE NOVO EM BENEFÍCIO DOS SENTENCIADOS
374800-2010.6	REUNIÃO DOS GRUPOS DE "SISTEMA DE INFORMAÇÕES PENAIIS" E "SISTEMA PRISIONAL E EXECUÇÃO PENAL" DA ENASP (DIAS 28 E 31 DE MAIO DE 2010)
374786-2010.7	MINUTA DE TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O TJSC, SECRETARIA

	EXECUTIVA DA JUSTIÇA E CIDADANIA E O SENAI/SC PARA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE PRESOS, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL, CUMPRIDORES DE PENAS E DE MEDIDAS ALTERNATIVAS E ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI
374676-2010.3	SOLICITAÇÃO DA MAGISTRADA ANA PAULA AMARO DA SILVEIRA PARA INTEGRAR O GRUPO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CEPIJ
374675-2010.5	DOTAR AS VARAS CRIMINAIS DO RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E TECNOLÓGICOS INDISPENSÁVEIS AO FUNCIONAMENTO, ESPECIALMENTE PARA A DOCUMENTAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PELO SISTEMA AUDIOVISUAL E A VIABILIZAÇÃO, QUANDO FOR O CASO, DA REALIZAÇÃO DE VIDEOCONFERÊNCIA PARA O INTERROGATÓRIO E A INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHAS
374674-2010.7	IMPLANTAR SISTEMA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL COM CONTROLE DE ENTRADA, SAÍDA E TRÂNSITO DE PESSOAS, ASSIM COMO DE COMISSÃO PERMANENTE, INTEGRADA POR PELO MENOS UM MAGISTRADO DE PRIMEIRA E DE SEGUNDA INSTÂNCIA, PARA FINS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E ASSISTÊNCIA DOS JUÍZES COLOCADOS EM SITUAÇÃO DE RISCO E APRECIÇÃO DE MATÉRIAS RELACIONADAS A ESSE TEMA
374673-2010.9	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA OBSERVÂNCIA DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO CRIMINAL QUE, ESTANDO O ACUSADO PRESO, É DE 105 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 148 DIAS NO PROCEDIMENTO ORDINÁRIO, 75 DIAS NO PROCEDIMENTO SUMÁRIO E 135 DIAS, NÃO PODENDO ULTRAPASSAR 178 DIAS, NA PRIMEIRA FASE DO PROCEDIMENTO DO TRIBUNAL DO JURI
374672-2010.0	ADOTAR A TRAMITAÇÃO DIRETA DOS INQUÉRITOS POLICIAIS, NOS TERMOS DA RES 66/2009 DO CNJ; E A COMUNIC DA PRISÃO EM FLAGRANTE E ENVIO DO RESPECT AUTO, NO REGIME DE PLANTÃO, E DEMAIS COMUNIC ENTRE O JUD, A POLÍCIA, O MP E A DEFENS PUB, POR SIST ELETR, DEVENDO O TJ DESENVOLVER GESTÕES PARA CELEBRAR CONVÊNIOS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS
374382-2010.9	RECLAMAÇÃO - PRESÍDIO DE CAMPOS NOVOS – UPA
374381-2010.0	REQUER EXCLUSÃO DA CADEIA PÚBLICA DO CADASTRO DO CNJ
374170-2010.2	FLUXOGRAMA DE ATENDIMENTO PREVIDÊNCIA PARA DETENTOS
374169-2010.9	DIA NACIONAL DA ADOÇÃO (DIA 25/05/2010 NO AUDITÓRIA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM BRASÍLIA/DF - SOLICITAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO: JUÍZA SÔNIA MARIA MAZZETTO MOROSO)
374104-2010.4	REUNIÃO DO GRUPO DE PERSECUÇÃO PENAL DA ENASP (21 DE MAIO DE 2010)
373979-2010.1	APRESENTAÇÃO DO INSTITUTO DA TERRA
373826-2010.4	COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O TJGO E O TJSC PARA CESSÃO DO PROGRAMA DE CÁLCULO PARA EXECUÇÃO PENAL
373825-2010.6	JUIZ GIANCARLO BREMER NONES SOLICITA CRIAÇÃO DE E-MAIL INSTITUCIONAL PARA O NÚCLEO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
372941-2010.9	RES. Nº 113, DE 20 DE ABRIL DE 2010 (CNJ) QUE "DISPÕE SOBRE O PROCEDIMENTO RELATIVO À EXECUÇÃO DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E DE MEDIDA DE SEGURANÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"
372939-2010.7	CNJ - CRIAÇÃO DO CADASTRO NACIONAL DE PRISÕES PROVISÓRIAS
372938-2010.9	RES. Nº 108, DE 6 DE ABRIL DE 2010 (CNJ) QUE "DISPÕE SOBRE O CUMPRIMENTO DE ALVARÁ E SOLTURA E SOBRE A MOVIMENTAÇÃO DE PRESOS DO SISTEMA CARCERÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

372935-2010.4	CONVÊNIO PARA INSTALAÇÃO DE CENTRAIS DE PENAS ALTERNATIVAS NAS COMARCAS DA CAPITAL E SÃO JOSÉ (SECRETARIA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA)
372934-2010.6	CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS ACERCA DA SOMA DE PENAS (JULIANA MITSUE BOTOMÉ)
372933-2010.8	TRANSFERÊNCIA DE ADOLESCENTES QUE PRATICAM ATOS INFRACIONAIS POR PARTE DO PODER EXECUTIVO
372932-2010.0	MUTIRÃO CARCERÁRIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
372877-2010.3	MUTIRÃO CARCERÁRIO DE ITAJAÍ
371803-2010.4	CARTILHA DOS DIREITOS E DOS DEVERES DO PRESO
371741-2010.0	PROGRAMA EXECUÇÃO PENAL DE OFÍCIO
371359-2010.8	PLANO DE GESTÃO DO CNJ PARA O FUNCIONAMENTO DE VARAS CRIMINAIS E DE EXECUÇÃO PENAL
371358-2010.0	PROJETO DE SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE MEDIADORES DAS VARAS DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - JUSTIÇA RESTAURATIVA E MEDIAÇÃO
370923-2010.0	CGJ 1350/2009 - MUTIRÃO/EXECUÇÕES PENAIS - OAB/SC SUBSEÇÃO DE CRICIÚMA - ADVOGADOS A DISPOSIÇÃO
370002-2010.0	TRABALHO PRISIONAL E IMPLICAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS - COMARCA DE VIDEIRA
369428-2010.3	ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE INFÂNCIA E JUVENTUDE - CNJ, DIA 16 DE ABRIL DE 2010
368359-2010.1	INSTALAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DO SISTEMA DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS – DMF
368282-2010.0	PROCESSO Nº CGJ 0189/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIOS EM BLUMENAU
368281-2010.1	PROCESSO Nº CGJ 0188/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIO EM CURITIBANOS
368279-2010.0	PROCESSO Nº CGJ 0186/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIO EM CHAPECÓ
368278-2010.1	PROCESSO Nº CGJ 0249/2010 - ATA DA 1ª REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÕES PENAIS - MUTIRÃO CARCERÁRIO EM PALHOÇA
368275-2010.7	PROCESSO Nº CGJ 0271/2010 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - PROJETO COMEÇAR DE NOVO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
368274-2010.9	PROCESSO Nº CGJ 1203/2009 - CONSULTA - PROJETO COMEÇAR DE NOVO DO CNJ
368029-2010.0	ATA DA I REUNIÃO DO NÚCLEO DE EXECUÇÃO PENAL - MUTIRÕES CARCERÁRIOS
367818-2010.0	DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE TRANSAÇÃO PENAL PARA MELHORIA DOS ESTABELECIMENTOS PRISIONAIS
367813-2010.0	PROPOSTA DE CONVÊNIO E PLANO DE TRABALHO PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADE DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA VOLUNTÁRIA NO ÂMBITO DO SISTEMA CARCERÁRIO E DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E FORMAÇÃO DE EQUIPES MULTIDISCIPLINARES JUNTO ÀS VARAS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Fonte: CEPIJ

4.5. Ofícios-Circulares relacionados à CEPIJ

Nº	ASSUNTO	DESTINATÁRIOS
01/2010	Mutirão carcerário da Comarca de Lages. Processo n. 368280-2010.3.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios

02/2010	Interdição de estabelecimentos prisionais . Processo n. 367814-2010.8.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
03/2010	Considerações práticas sobre soma de penas. Processo n. 372934-2010.6.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
04/2010	Ofício-Circular n. 018/CNJ/COR/2010 e Provimento n. 04 da Corregedoria Nacional de Justiça. Processo n. 371982-2010.0 e apenso n. 377145-2010.8.	Magistrados com competência na área da infância e juventude e juizados especiais criminais
05/2010	Ato normativo n. 02273-30.2010.2.00.0000. Emenda n. 01 à Resolução n. 66/2009 do CNJ. Processo n. 373117-2010.0.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
06/2010	Resolução n. 108/2010 do CNJ que "Dispõe sobre o cumprimento de alvarás de soltura e sobre a movimentação de presos do sistema carcerário, e dá outras providências.". Processo n. 372938-2010.9.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
07/2010	Resolução n. 113/2010 do CNJ que "Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança, e dá outras providências.". Processo n. 372941-2010.9.	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
08/2010	Provimento n. 08 da Corregedoria Nacional de Justiça que "Define medidas de aprimoramento relacionadas ao comparecimento em juízo dos beneficiados pela suspensão condicional do processo, suspensão condicional da pena ou livramento condicional. Processo n. 374348-2010.9	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
09/2010	Projeto Começar de Novo (Res. n. 96/2009, do CNJ). Identificação de projetos correlatos nas comarcas. Processo n. 376852-2010.0	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios
10/2010	Transferência de adolescentes autores de atos infracionais por parte do Poder Executivo. Process n. 372933-2010.8	Magistrados com competência em infância e juventude
11/2010	Instalação dos Conselhos da Comunidade. Processo n. 376851-2010.0	Magistrados com competência em execução penal/corregedoria de presídios

12/2010	Instrução Normativa n. 02/2010 da Corregedoria Nacional de Justiça. Disciplina a adoção de medidas destinadas à regularização do controle de equipamentos de execução da medida protetiva de acolhimento (institucional ou familiar), e de crianças e adolescentes sob essa medida. Realização de audiências concentradas	Magistrados com competência em infância e juventude
13/2010	Situação da Justiça Infanto-Juvenil. Ofício n. 014/COMAJC, do CNJ. Processo n. 379944-2010.1	Magistrados com competência em infância e juventude
14/2010	Realização de Exame Criminológico por psicólogos. Res. n. 009/2010 do Conselho Federal de Psicologia. Processo n. 385282-2010.2	Magistrados com competência criminal/corregedoria de presídios
15/2010	Criação de banco de dados cadastrais de adolescentes inseridos no sistema sócioeducativo de internação. Requerente: Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa do Cidadão. Processo n. 381387-2010.8	Magistrados com competência em infância e juventude
16/2010	Consulta sobre a possibilidade de encontro íntimo entre presos do mesmo sexo. Processo n. 387440-2010.0	Magistrados com competência criminal/corregedoria de presídios
17/2010	Plano operativo de enfrentamento ao crack e outras drogas. Edital n. 003/2010/GSIPR/SENAD/DM. Processo n. 392546-2010.3	Magistrados com competência criminal, juizados especiais criminais e infância e juventude
18/2010	Transferência de preso para outra comarca. Encaminhamento do PEC pessoalmente pelo seu advogado para a comarca onde passará a cumprir sua pena. Possibilidade. Processo n. 395106-2010.5	Magistrados com competência em execução penal

Fonte: CEPIJ

4.6. Processos da Corregedoria-Geral da Justiça relacionados à CEPIJ: 290 processos

0004, 0016, 0019, 0020, 0045, 0046, 0078, 0079, 0080, 0086, 0087, 0088, 0089, 0090, 0091, 0096, 0109, 0110, 0112, 0114, 0130, 0131, 0139, 0142, 0143, 0144, 0152, 0161, 0162, 0163, 0179, 0180, 0181, 0182, 0183, 0184, 0185, 0186, 0187, 0188, 0189, 0195, 0196, 0197, 0198, 0202, 0204, 0213, 0222, 0223, 0224, 0225, 0239, 0240, 0243, 0248, 0249, 0250, 0251, 0254, 0255, 0256, 0257, 0258, 0259, 0260, 0262, 0271, 0272, 0273, 0277, 0304, 0306, 0307, 0308, 0312, 0314, 0325, 0326, 0328,

0329, 0341, 0342, 0343, 0344, 0345, 0346, 0353, 0354, 0355, 0359, 0367, 0368, 0369, 0370, 0376, 0377, 0399, 0410, 0427, 0429, 0430, 0431, 0434, 0435, 0436, 0437, 0438, 0439, 0447, 0450, 0451, 0452, 0464, 0514, 0516, 0517, 0518, 0523, 0528, 0529, 0530, 0532, 0533, 0534, 0535, 0540, 0541, 0544, 0547, 0548, 0549, 0568, 0570, 0574, 0585, 0586, 0607, 0626, 0627, 0632, 0641, 0659, 0662, 0684, 0689, 0690, 0691, 0692, 0700, 0701, 0706, 0724, 0725, 0727, 0728, 0730, 0731, 0732, 0736, 0738, 0737, 0738, 0742, 0743, 0778, 0781, 0782, 0783, 0786, 0789, 0790, 0791, 0793, 0794, 0795, 0810, 0811, 0816, 0822, 0829, 0847, 0866, 0867, 0868, 0869, 0871, 0872, 0873, 0874, 0882, 0883, 0884, 0885, 0935, 0936, 0937, 0938, 0940, 0941, 0943, 0944, 0955, 0958, 0973, 0978, 0979, 0980, 0981, 0984, 0986, 1016, 1017, 1018, 1019, 1020,1021, 1022, 1023, 1024, 1025, 1026, 1028, 1036, 1037, 1038, 1039,1040, 1041, 1044, 1045, 1046, 1070, 1074,1087, 1097, 1118, 1120, 1121, 1123, 1124, 1125, 1126, 1127, 1130, 1131, 1138, 1139, 1140, 1150, 1152, 1153, 1191, 1192, 1195, 1196, 1205, 1217, 1232, 1243, 1245, 1246, 1248,1251, 1252, 1253, 1271, 1273, 1274, 1275, 1276, 1278,1279, 1280, 1282, 1283, 1285,1264, 1293, 1347, 1356, 1359, 1360, 1361, 1362, 1399, 1503, 1532, 1555, 1596, 1633 e 1637.

4.7. Despachos

- 290

4.8. Pareceres

- 413

5. ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA²

Dentre as atividades da Divisão Administrativa, contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais e da Seção de Arquivo, Documentação e Publicações, foram praticados os seguintes atos e funções:

- controle da movimentação e reposição de bens materiais da Corregedoria;
- requisições de serviços;
- controle dos provimentos, circulares e ofícios-circulares;
- digitalização de processos;
- elaboração de ofícios;
- controle dos assentos funcionais;
- controle da movimentação de processos e outros papéis registrados;
- providenciar e controlar a extração de fotocópias para a Corregedoria;
- prestação de informações sobre a tramitação de processos, excetuando os de caráter sigiloso;
- abrir vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, fazendo a estes carga dos autos quando deferida pelo Corregedor ou Vice-Corregedor;
- registros e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- requisições de material de consumo destinado à Corregedoria;
- requisições e controle do material de expediente da Corregedoria;
- fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, registrando sua distribuição;
- encaminhamento de ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do Tribunal de Justiça;

² Vide ANEXO 1 – Relatório de acompanhamento de processos

- providenciar as requisições de móveis, máquinas, equipamentos e papéis para os serviços da Corregedoria;
- controle da entrada e a saída dos processos que lhe são encaminhados, fazendo lavrar os termos competentes;
- atualização do inventário dos bens patrimoniais da Corregedoria;
- e
- revisão e reparos que se fizerem necessários dos móveis, máquinas e material permanente da Corregedoria.

6. ATIVIDADES DA DIVISÃO JUDICIÁRIA³

Destacamos, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária:

- Produtividade dos magistrados do primeiro grau - revisão dos cálculos utilizados nos grupos de equivalência das comarcas/varas, de modo a adequá-los ao determinado no parágrafo único do artigo 6º, da Resolução CNJ n.106. Com a nova determinação, passou-se a utilizar o instituto estatístico da “mediana”, ao invés da “média aritmética”, nos casos onde aquela se mostrou mais favorável (for menor);

- Reformulação das informações estatísticas fornecidas ao sistema “Justiça Aberta”, da Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça. Em virtude da modificação dos dados estatísticos solicitados pelo CNJ, em outubro/2010 foi efetuada a reformulação do sistema que capta os dados estatísticos das serventias judiciais e da produtividade dos magistrados;

- Participação do Conselho Gestor das Metas de 2010 do CNJ. Os trabalhos iniciaram com a definição, montagem e publicação dos relatórios com os quantitativos dos processos que integraram as metas 1, 2 e 3 do CNJ. Posteriormente, efetuou-se a liberação, para consulta interna, de sistema que permite o acompanhamento dos resultados alcançados pelas comarcas/varas. De se ressaltar, ainda, a atualização mensal das informações junto à página do Conselho Nacional de Justiça;

- Definição, conferência, implantação e acompanhamento do relatório para atendimento da meta 7 do CNJ – Divulgação na internet das informações relativas à produtividade dos magistrados do primeiro grau de jurisdição;

- Participação do grupo de trabalho que apresentou para apreciação do e. Tribunal Pleno a proposta de competência e instalação das novas unidades judiciárias criadas no Estado;

- Participação do III Seminário “Justiça em Números”, realizado pelo CNJ no período 23 a 24/09/2010, na qualidade de representante da Corregedoria de Santa Catarina. Referido evento abordou temas de fundamental importância para o Judiciário Nacional, destacando-se: estatísticas judiciais como instrumentos de planejamento, gestão e avaliação de desempenho; principais indicadores estatísticos criados pela Res. n.76 do CNJ; importância das tabelas processuais unificadas para coleta dos dados estatísticos; metas prioritárias de 2010 e instrumentos de coleta das informações;

- Finalização do sistema de integração entre o Poder Judiciário e a Secretaria de Segurança Pública (SSP/CIASC) para a troca de informações dos mandados de prisão. A nova sistemática permitirá a dispensa da remessa física dos mandados para as delegacias, bem como alimentará automaticamente o banco da rede Infoseg, melhorando a qualidade das informações que irão compor a base nacional de mandados de prisão;

- Adaptação do saj/estatística ao novo padrão de tabelas processuais do CNJ. Devido a implantação das tabelas de classe, assunto e movimentações, do CNJ, tornou-se necessário a alteração do saj/estatística, com a inclusão de novas formas de pesquisas;

- Cadastro de usuários e controle de acessos autorizados aos sistemas SISP, Renajud, Infoseg, Rol de Antecedentes Criminais dos Estados de Santa Catarina e Paraná, bem como dos demais aplicativos do Conselho Nacional de Justiça (Inspeção em estabelecimentos penais, justiça aberta, interceptação telefônica, rol de condenados por improbidade administrativa e etc);

Apresenta-se, a seguir, alguns números indicativos das atividades desenvolvidas na Divisão:

³ Vide ANEXOS 2 e 3 – Relatório das Casas da Cidadania e Relatório do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição.

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 75;
- Relatórios de promoção/remoção/opção - juízes inscritos: 532;
- Registros de antecedentes criminais importados do SAJ/PG: 12.350 (*)
- Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ/PG: 5.450 (*)
- Registros de processos suspensos captados via SAJ: 7.920 (*)
- Registros de mandados de prisão importados do SAJ/PG: 22.410 (*)
- Fornecimento de Certidões de antecedentes criminais: 595;
- Informações prestadas em processos administrativos (criação de varas, alteração de competências das unidades, acompanhamento do movimento forense e etc): 428.

Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão, etc.

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem em anexo.

7. ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE CUSTAS

7.1. Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, às Turmas de Recursos, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; atualização de cálculos judiciais, utilização do Saj/CTS/CCP, incidência e retenção de imposto de renda, auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;

- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Documentos. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

- Uso da tabela de atualização monetária disponível no site da Corregedoria Geral da Justiça.

7.2. Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 64 (sessenta e quatro) pareceres em processos;
- 49 (quarenta e nove) pareceres envolvendo cálculos.

7.3. Atendimento a consultas por e-mail, fac-símile e telefone

- 2.694 (dois mil seiscentos e noventa e quatro) e-mails;
- 2.880 (dois mil oitocentos e oitenta) telefonemas.

7.4. Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 120 (cento e vinte) pessoas atendidas.

7.5. Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Parceria da Assessoria com a Auditoria nas inspeções judiciais realizadas nas comarcas: Joinville, Ituporanga, Rio do Sul, Rio do Oeste, Barra Velha, São Francisco do Sul, Araquari, Itapoá, Porto União, Mafra, Papanduva, Canoinhas, Urussanga, Lauro Müller, Orleans e Braço do Norte, para verificação do correto recolhimento do Fundo de Reaparelhamento de Justiça na esfera Judicial e apuração de irregularidades no recolhimento de custas processuais;

- Participação nas reuniões acerca da elaboração do projeto de reestruturação da Corregedoria;

- Participação nas reuniões para implantação do sistema de distribuição de títulos;

- Participação na correição realizada na comarca de São José (2ª Vara Cível e Distribuição);
- Participação nas reuniões das Tabelas Unificadas do CNJ;
- Participação nas reuniões para criação de fundo de ressarcimento das conduções dos oficiais de justiça;
- Participação nas reuniões para a operacionalização da cobrança de custas iniciais em processos de execução fiscal do Município de Florianópolis;
- Participação na definição de funcionamento da GECOF no processo virtual – SAJ 5;
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para implementação de custas judiciais na internet;

7.6. Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Atualização das perguntas e respostas com a disponibilização na internet;
- Atualização do Manual do Contador;
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura quanto à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

8. ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS DE INFORMÁTICA E INFORMÁTICA JURÍDICA

Durante o ano de 2010 as Assessorias de Informática realizaram atividade de desenvolvimento, manutenção das bases de dados, suporte técnico e atendimento a usuários, visando garantir a disponibilidade dos serviços e sistemas da Corregedoria-Geral da Justiça.

Abaixo foram relacionadas as atividades e projetos gerenciados com a participação direta ou indireta das Assessorias:

8.1. Site da Corregedoria-Geral da Justiça

Há novo projeto em estudo para o site da Corregedoria-Geral da Justiça, com adoção de barras de menus laterais e centralização dos serviços na forma de ícones. A modelagem do site para *intranet* será intuitivo, com a disponibilização de ferramentas de integração com as comarcas. As atualizações no site da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) foram constantes, visando a publicidade dos atos e orientações aos sistemas e divulgação dos projetos. Dentro de algumas atividades no site, destacamos algumas:

- Produtividade dos magistrados de 1º Grau;
- Base de conhecimento;
- Portal Extrajudicial;
- Metas do CNJ;
- S@E – Sistema de Atendimento Extrajudicial;
- Projeto Intimafone;
- Procedimentos Administrativos – SAJ;
- Mutirão de Sentenças 2010;
- Plantão Judiciário;
- CEPIJ;
- Intranet da CGJ.
- Projeto SAJ5 - CGJ

8.2. Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA

Neste ano foi incluído no Módulo de Abrigos a opção para inclusão de

ocorrências. Desta forma, os responsáveis pelos abrigos podem incluir no cadastro das crianças acolhidas informações diversas a respeito do que ocorre na instituição.

Outra novidade no projeto foi a incorporação de mais informações ao Módulo para o Ministério Público, permitindo maior acesso aos usuários com perfil de Promotor.

As atualizações continuaram nos dois módulos existentes: no Módulo *Web*, em linguagem *Java*, e no Módulo Administrativo, em linguagem *Delphi*, bem como a continuidade no suporte às instituições de abrigo, assistentes sociais e aos juízes que operam o sistema.

8.3. Sistema Bacen Jud

A manutenção de senhas, informações e contatos com as instituições conveniadas com o Tribunal de Justiça, foram algumas atividades diárias das Assessorias, junto ao Sistema Bacenjud 2.0. A atualização do cadastro das unidades judiciárias foi realizado, com a inclusão no novo número de telefone e *e-mails* das varas, outra atividade realizada foi a inclusão da CEF – Ag. 0879 como instituição financeira/agência padrão.

Cerca de 7.380 *e-mails* foram enviados/recebidos durante o ano de 2010. Além do atendimento por *e-mail*, a equipe atendeu inúmeras chamadas telefônicas internas e externas para suporte e informação referente ao Sistema Bacenjud 2.0.

8.4. Sistema de Jurados Voluntários

O sistema foi adequado para o novo banco de dados. Como de praxe, a lista de jurados foi gerada e encaminhada às unidades judiciárias.

8.5. Provimentos e Circulares

A novidade no sistema de Provimentos e Circulares foi a inclusão de novos tipos de documentos na consulta, destacam-se os Ofícios-Circulares, as Atas do Pleno, as Atas do Órgão Especial e as Portarias da CGJ.

A publicação dos documentos administrativo no “Índice de Provimentos, Circulares e Of. Circulares” foi redesenhado, para contemplar uma “síntese” do teor do documento, com o link do arquivo em formato pdf.

A base de dados no “Oracle”, de Provimentos e Circulares, foi

atualizada com documentos relacionados, conforme abaixo:

- Provimentos de 2000 a 2010;
- Circulares de 2000 a 2010;
- Ofício Circular de 2005 a 2010;
- Portarias da CGJ de 2005 a 2010;
- Atas do Pleno de 2010;
- Atas do Órgão Especial de 2010.

Foi incorporada à consulta de Provimentos e Circulares, a consulta à Base de Conhecimento da CGJ.

8.6. SAJ Estatística

Novos relatórios e informações foram incorporados ao sistema e analisadas pela CGJ. O projeto continua em fase de adequação, com a troca de informações entre a CGJ e a empresa responsável pelo desenvolvimento do sistema, de modo a atender aos pedidos de informações encaminhados pelo CNJ.

O sistema e os relatórios provenientes de seu banco de dados tiveram adequações para que os relatórios e consultas possam ser realizados com as novas classes e assuntos do CNJ, bem como as novas movimentações.

8.7. Sistema de Inspeção Virtual

Algumas adaptações foram realizadas nas versões do Sistema de Inspeção Virtual, Corregedoria e Comarca.

Continua sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais, com inclusão e exclusão de usuários.

8.8. Sistema de Selo

Alterações no Sistema de Selo utilizados pelo setor administrativo da Corregedoria.

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pelo setor administrativo da corregedoria, teve várias modificações desde janeiro de 2008, a fim de atender a adequação de Lei ou reivindicação dos usuários. Em 2010, não foi diferente. O Sistema de Selo sofreu correções, adequações, novos relatórios, novas funcionalidades, mudança da fornecedora de selos, melhoria na interface

com o usuário, alteração no sistema de identificação do usuário do sistema etc.

Diariamente, a Assessoria Extrajudicial recebe suporte para uso e operação do sistema.

8.9. Ressarcimento de Selos

O sistema de ressarcimento esteve em constante desenvolvimento, com adequações por força de leis, provimentos ou normas, inclusão de novas regras para validação, auditorias, melhorias na interface com o usuário e contemplação de novos atos a serem ressarcidos.

Este sistema permite que os serventuários dos cartórios extrajudiciais, após efetuarem o formulário de cadastro anexo a circular 12/2006, solicitem, até o dia 10 (dez) de cada mês, o ressarcimento dos atos isentos praticados. O sistema requer que o usuário se autentique para autorização do acesso.

Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

8.10. Mutirão carcerário

Desenvolvimento de formulário web para cadastro das informações do mutirão carcerário pela CEPIJ;

Emissão de relatórios estatísticos e analíticos com as informações cadastradas no formulário.

8.11. Plantão judicial de primeiro grau

Desenvolvimento de aplicativo web para cadastro do plantão judicial pelas unidades judiciárias.

8.12. Levantamento de dados dos CERs e CIPs

Desenvolvimento de formulário web para cadastro das informações relativas aos levantamentos de dados em CERs e CIPs;

Emissão de relatórios estatísticos e analíticos com as informações cadastradas no formulário.

8.13. 54º ENCOGE

Desenvolvimento de formulário web para cadastro dos dados dos participantes e geração de planilhas e impressão das inscrições.

8.14. Projeto Banco de Peritos

O sistema foi adequado, de modo a satisfazer os pedidos das unidades judiciárias, quanto à localização dos inscritos. Houve um contato com todos os peritos do Estado para atualização cadastral.

A assessoria continua prestando suporte aos inscritos e aos usuários do Poder Judiciário e atualizando a base de áreas e profissões.

8.15. Emissão de relatórios estatísticos

A extração de informações provenientes de diversos sistemas para atenção às necessidades da própria CGJ, da Assessoria de Planejamento do Tribunal de Justiça e aos pleitos do CNJ continua sendo realizada de forma diária. As informações são utilizadas para a correições, tomada de decisão, instrução de processos ou respostas aos ofício de outras instituições, como PGE e CNJ.

8.16. Atendimento

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática

- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escritanias
- Sala dos TSIs

8.17. Sistema de Intimação por Telefone

Com o cronograma da instalação das centrais digitais (voIP), encaminhado para Divisão de Redes da Diretoria de Informática, foi elaborado planejamento para discriminação do Sistema no Estado.

Atualmente o Sistema Intimafone está em pleno uso e funcionamento na Comarca da Capital, Norte da Ilha, Fórum Eduardo Luz, São José, Fórum do Continente e Palhoça.

8.18. Sistema de Controle do Mutirão de Sentenças 2010

O Sistema de Controle do Mutirão de Sentença foi utilizado para o controle e auxílio das atividades relacionadas à Meta 2 do CNJ.

Consultas específicas nas base de dados das Comarcas foram realizadas para instrução de procedimentos administrativos e acompanhamento do projeto.

A ferramenta de controle da remessa e sentença dos processos incluídos no mutirão foi mantida, de modo a permitir a extração de informações por juiz, vara, comarca e período, bem como a emitir relatório de inconsistências no banco.

8.19. Portal do Extrajudicial

O *layout* do Portal do Extrajudicial foi alterado para permitir visual mais limpo, um coluna grande à esquerda com os comunicados, por data, em forma de “manchetes” que estão vinculadas ao seu completo teor, e uma coluna menor à direita com os destaques na parte de cima e os sistemas logo abaixo.

No Portal do Extrajudicial pode-se encontrar informações, sistemas

informatizados, área restrita destinada aos cartórios extrajudiciais, legislações pertinentes, dúvidas freqüentes, provimentos e circulares, documentos de interesse dos cartórios extrajudiciais e da Vice-Corregedoria-Geral da Justiça de Santa Catarina. Desta forma, a Vice-Corregedoria mantém um canal de comunicação mais estreito entre o judiciário e as serventias do estado.

8.20. Banco de Conhecimento

O Projeto “Base de Conhecimento” foi disponibilizado para consulta interna e externa. Na base de dados foram armazenados os pareceres de diversos setores e núcleos da CGJ. O projeto visa o compartilhamento de documentos, busca textual com score, com aplicação de diversos filtros de pesquisa.

Desenvolvimento de rotina no módulo Delphi do sistema para importação de documentos em lote.

8.21. Programa DNA

O Sistema foi todo remodelado, incluindo rotinas para a captura de informações da coleta em sistema próprio, evitando o preenchimento manual do formulário e redigitação do mesmo no laboratório de análise.

Com a adoção do sistema, diversos tipos de erro no procedimento puderam ser controlados.

Foi disponibilizada a exportação de dados para o laboratório da UDESC, facilitando a comunicação e diminuindo eventuais erros na redigitação.

O sistema continua sendo operado para a distribuição de kits de coleta pelo Estado. O Sistema para informação dos dados da coleta nas Comarcas.

8.22. Portal da Infância e da Juventude

Na condição de gestor do projeto a CGJ, por meio das Assessorias vem promovendo a sua atualização e gerenciando o projeto do portal. Algumas demandas são encaminhadas pela Coordenadora da Execução Penal e da Infância e da Juventude.

8.23. Instalação do SAJ-PG 5.0

O projeto SAJ5-CGJ está em fase final de implantação.

A base de dados foi copiada para utilização da base de testes de versões. A Versão 1.3 está em testes para homologação, na base de homologação. A base testes está com a versão 1.4 (numeração única CNJ) em testes, para análise das funcionalidades e fluxo de documentos.

Foi realizada a capacitação de todos os servidores da Corregedoria para a operação do sistema, pela Academia Judicial, bem como a criação/instalação do Setor de Protocolo, Distribuição, Digitalização, Fotocópia e Correspondências da Corregedoria-Geral da Justiça.

Foram formatados os modelos tipo “genérico”, das categorias criadas, visando atender a padronização dos procedimentos. Até o recesso a base homologação está em testes, com ajustes e configurações deliberadas na última reunião da Equipe Técnica. A previsão para implantação do SAJ5-CGJ, segundo reunião realizada, ficou fixada para o mês de fevereiro/2011.

8.24. Troca de microcomputadores e periféricos

Como atividade constante, houve a atualização de parte do parque tecnológico tanto na área judicial, quanto na extrajudicial.

8.25. SSP

Foi desenvolvido um sistema para transmissão automática de dados do ROL de mandados da CGJ para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina. Consequentemente, a SSP atualizará a base de informações do INFOSEG.

8.26. Sistemas CNJ

Foi criada página centralizada, com todos os dados e para acesso aos sistemas, com informações, manuais e outras orientações. As Assessorias de Informática, além de inserir dados estatísticos dos Sistemas do CNJ no site da CGJ, atuaram também no fornecimento de senha e cadastramento de usuários nos Sistemas, repassando informações e mantendo contato direto com o CNJ. Houve, também, a atualização das unidades judiciárias, com a inclusão nas novas unidades inauguradas.

8.27. Competência Delegada

A Assessoria trabalhou no fornecimento de esclarecimentos, liberação de valores e fornecimentos de senhas aos usuários. A atualização do cadastro das unidade e sua manutenção, com a criação de novas varas, também foi uma constante nas Assessorias.

8.28. TRE – Tribunal Regional Eleitoral

Foram feitas adequações no sistema de envio de informações ao TER, para inclusão de novas informações.

8.29 CND – Certidão Negativa de Débito

Foi desenvolvido um novo sistema de envio de informações à Secretaria da Fazenda, que utiliza a tecnologia de *WebServices*.

Desenvolvimento de aplicativo para exclusão individual na GECOF.

8.30. Rol de Antecedentes Criminais

Além de adequação do novo sistema de emissão de certidões para o Rol de Antecedentes Criminais da CGJ.

Desenvolvimento de relatórios diversos para acompanhamento das informações e solicitação de correção de dados na Comarca de Origem.

Foram desenvolvidas rotinas para importação do ROL nas comarcas que operam o SAJ/PG 5.0.

8.31. META 2 – CNJ

Atendendo às Metas do CNJ, a Assessoria de Informática tem trabalhado no gerenciamento e extração de relatórios estatísticos, divulgação na Intranet da CGJ e no desenvolvimento de um controle de produção.

Foi desenvolvido um formulário para que as unidades judiciárias informassem seus planos de ação.

8.32 Área Restrita destinada aos cartórios extrajudiciais

A área restrita aonde somente os cartórios extrajudiciais podem acessar mediante usuário e senha, foi ampliada e atualizada. Novos sistemas

foram adicionados à sua lista de serviços, tais como:

- Balancete Resumido (Formulário de prestação de contas para interinos)
- Questionário para o Censo dos Cartórios de Registros Cíveis das Pessoas Naturais (Provimento 13 CNJ).
- Aquisição de Selos Digitais (em fase de testes somente para cartórios piloto)

8.33. Módulo Projeto Selo Digital: Portal de consulta do inteiro teor dos atos remetidos (em caráter de testes)

Sistema que permite a consulta do inteiro teor dos atos remetidos, via *webservice*, pelos cartórios ao nosso banco de dados centralizado, mediante número do selo e de seu respectivo código validador. Atualmente, encontra-se em fase de testes e responde à consulta de atos remetidos pelos cartórios que participam do piloto do Projeto do Selo Digital.

8.34. s@e - Sistema de Atendimento do Extrajudicial

O S@E – Sistema de Atendimento do Extrajudicial foi desenvolvido para gerenciamento de reclamações, dúvidas, sugestões e requerimentos encaminhados por via eletrônica. Alguns de seus objetivos específicos, são: racionalizar o recebimento das correspondências eletrônicas; Disponibilizar informações básicas sobre a atividade extrajudicial; Reduzir os custos operacionais; e Aumentar o grau de satisfação pelo serviço prestado.

8.35. Projeto Selo Digital

Participação ativa em reuniões da comissão do projeto, no desenvolvimento dos módulos e nas alterações do banco de dados que se fizeram necessárias para que o cronograma estabelecido no Projeto do Selo Digital em Santa Catarina fosse cumprido.

Com o Selo Digital, pretende-se dispor de mecanismos para prover maior segurança jurídica e transparência dos atos notariais por meio da utilização de selos de fiscalização digital. O instrumental para tanto será o sistema informatizado que deverá ser constituído com a execução deste projeto.

Dentre os benefícios esperados temos a:

- Associação de cada ato praticado a um selo de fiscalização digital;
- Registro dos atos e procedimentos executados em sistema informatizado;
- Consulta pública, via Internet, dos selos digitais usados nos atos;
- Padronização dos dados e informações remetidas ao Tribunal de Justiça;
- Disponibilização de ferramenta que auxilie a CGJ nas suas atividades.

A padronização fará também com que os dados e informações manipuladas e inseridas em banco de dados mantidos pelo Tribunal de Justiça sejam as mesmas, proporcionando desta forma que as atividades correccionais também possam dispor de ferramenta computacional única e com acesso às informações de todas serventias. Desta forma, análogo ao judicial, programa de inspeção virtual poderá ser desenvolvido.

Nesta linha, será constituído no TJSC um banco de dados centralizador de informações para prover dados estatísticos estadualizados, que poderá dispor de relatório vários para auxiliar a tomada de decisão da Administração.

8.36. Balancete resumido mensal dos cartórios extrajudiciais

Formulário eletrônico adicionado à área restrita extrajudicial, em cumprimento ao teor da decisão de 09 de julho de 2010 do CNJ no tocante a prestação de contas do balanço mensal por via eletrônica, conforme modelo proposto anexada à referida decisão, por parte dos interinos e interventores.

8.37. Questionário para o Censo dos Cartórios de Registros Cíveis das Pessoas Naturais (Provimento 13 CNJ)

Formulário eletrônico adicionado à área restrita extrajudicial para que os cartórios de registros cíveis de pessoas naturais possam responder as questões do censo determinado pelo Provimento 13 do CNJ.

8.38. Alterações nos Sistemas de Selo utilizados pela Diretoria de Orçamento e Finanças

O Sistema de Selo “cliente-servidor” utilizado pela Diretoria de Orçamento e Finanças foi modificado algumas vezes para:

- adequação ao novo fornecedor de selo de fiscalização;
- captura dos pagamentos de compra de selos feito via boleto bancário;
- melhoria do tratamento de estornos oriundos dos boletos pagos. Esta melhoria propiciou a extinção de erros.

8.39. SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção (em construção)

Continua em desenvolvimento o SIEL – Sistema Eletrônico de Inspeção que irá permitir a inspeção eletrônica pelos diretores de foro às serventias extrajudiciais de sua respectivas comarcas. O SIEL permitirá o cadastro da inspeção na internet através de *checklist* completo, elaborado pela assessoria do extrajudicial, e que ao final permitirá a geração de ata para assinatura conforme o que foi preenchido nos formulários.

8.40. Novo Censo do Extrajudicial

Aplicação de novo sistema que possibilitou, dentro da área restrita, para o cadastro da situação de informática e sistemas utilizados pelos serventuários dos cartórios extrajudiciais.

8.41 Atividades diversas

São desenvolvidas diariamente por este setor, paralelas ao desenvolvimentos dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- relatórios estatísticos diversos;
- consultas e pareceres;
- malas direta;
- instalação de softwares e hardwares;
- suporte ao usuário judicial e extrajudicial;

- apresentações em slides (PowerPoint);
- atendimento aos cartórios extrajudiciais sobre assuntos relacionados com os sistemas de ressarcimento;
- alterações de informações no banco de dados, a fim de dar cumprimento a decisões administrativas;
- reuniões da comissão do Selo Digital.

8.42. Aquisição de Selo Digital para os cartórios extrajudiciais piloto.

Solicitação de Selos digitais do tipo pago e do tipo isento, dentro da área restrita extrajudicial, com emissão de boleto bancário, para os cartórios extrajudiciais que participam como piloto no projeto do Selo Digital. O sistema já está preparado para ser utilizado por todos os cartórios quando da implantação definitiva do Selo Digital.

8.43. Módulo de Atualização de dados cadastrais para as serventias extrajudiciais do concurso (Edital N. 84/07)

Sistema que permite a atualização dos dados e inclusão de funcionários no cadastro das serventias escolhidas pelos candidatos aprovados no concurso público para ingresso na atividade notarial e de registro (Edital N. 84/07).

8.44. Sistema de Cadastro das Serventias (não concluído)

O sistema de Cadastro das Serventias foi concluído de acordo com o projeto inicial, qual seja: permitir que, dentro de área restrita aos cartórios extrajudiciais, os próprios cartórios extrajudiciais alterem todos os seus dados cadastrais, manutenção de seus delegatários e substitutos, informem a situação de seus funcionários com a possibilidade de informarem os dados dos novos contratados, cadastrem os livros utilizados pela serventia etc. Quando o sistema se encontrava em fase de testes, prestes a entrar em vigor, decidiu-se sobrestá-lo até que novas funcionalidades fossem incluídas de forma a contemplar novas necessidades identificadas na fase de testes.

9. ATIVIDADES DA COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

9.1. Quadro de pessoal

O quadro funcional da CEJA é constituído por três servidoras efetivas do Poder Judiciário:

- 1 assistente social que exerce também a função de secretária da Comissão;
- 1 agente administrativa auxiliar - assistente social;
- 1 técnica judiciária.

9.2. Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação, formulados por estrangeiros;
- Elaboração de parecer nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;
- Manutenção e gerenciamento do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA.
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;
- Elaboração de projetos para captação de recursos junto a organizações internacionais, nos termos de acordos de cooperação, previstos na Convenção de Haia;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional através de visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;

- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros.
- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, através da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior.
- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados, e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastradas na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional.
- Acompanhamento aos cursos ministrados no Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção.

9.3. Projetos/Atividades

Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

O CUIDA é um sistema já incorporado na rotina de trabalho das comarcas, portanto estável, uma vez que vem produzindo os resultados inicialmente desejados; racionalização de trabalho, facilitação na comunicação, agilização dos encaminhamentos de crianças para adoção, produção de estatísticas, entre outros.

Sistemas do CNJ: Cadastro Nacional de Adoção(CNA), Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL)

Quanto aos sistemas implantados pelo Conselho Nacional de Justiça, a CEJA atua como órgão gestor, e dessa forma capacitamos no decorrer do ano os profissionais que vem trabalhando com o Cadastro Nacional de Adoção, já estruturado. Os outros dois cadastros, o CNCA e CNAACL, tem apresentado problemas no acesso, e no decorrer deste ano tratamos junto à equipe do CNJ buscando melhor adequação. Importante observar que estes sistemas exigem microcomputadores atualizados e boa velocidade de acesso à internet, o que as assistentes sociais não contam nas comarcas.

A eficácia destes sistemas ainda não pode ser dimensionada, uma vez que este foi um ano experimental e de adequações.

Programa de Preparação para Pretendentes à Adoção

No tocante a este projeto, acompanhamos os trabalhos de 48 (quarenta e oito) comarcas que ministraram os cursos de preparação, avaliando o conteúdo e conferindo a efetiva realização com envio dos processos à Academia Judicial.

Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Entidades de Acolhimento

No que diz respeito ao acompanhamento do trabalho das entidades de acolhimento, vem sendo realizado através de monitoramento do sistema disponibilizado no CUIDA, e quando necessário, os contatos ocorrem por telefone e via e-mail.

As visitas foram pontuais naquelas que apresentaram problemas e/ou a pedido dos magistrados.

De maneira geral os responsáveis pelas instituições vem inserindo dados das crianças/adolescentes acolhidos, o que confirma a eficácia do sistema.

Elaboramos cronograma de visitas a todas as Unidades de Acolhimento do Estado, a serem realizadas no primeiro semestre de 2011.

Realização de mutirões nas Varas da Infância e da Juventude

Foram organizados e acompanhados mutirões nas comarcas de Guaramirim, Itajaí, Tijucas e São José, cuja demanda de trabalho aumentou e por falta de assistentes sociais as ações da infância e da juventude sofreram prejuízos de atraso e falta de respostas. O mutirão de São José foi organizado, o processo instruído e aprovado, porém seu início foi prorrogado para o mês de fevereiro do corrente ano.

Outras atividades

Além das atividades usualmente desempenhadas pela Comissão, a secretária, designada pelo Corregedor-Geral, participou no processo de

estruturação do Núcleo da Infância e da Juventude da Coordenadoria de Execução Penal e da Infância e Juventude e da elaboração do seu Planejamento Estratégico.

Também em colaboração à CEPIJ, acompanhou as inspeções realizadas nas 19 Unidades de Internação - Centros Educacionais Regionais e Centros de Internação Provisória de Adolescentes em Conflito com a Lei e elaborou os respectivos relatórios.

9.4. Eventos/Treinamentos

A CEJA organizou e participou dos eventos/treinamentos:

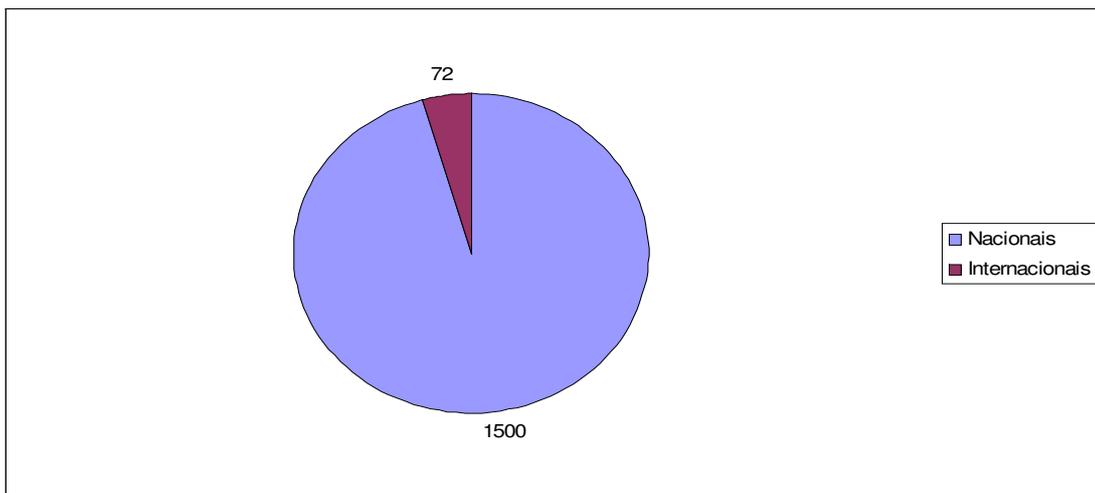
- 1) **11 de junho:** Treinamento para Assistentes Sociais – Florianópolis
- 2) **10 e 11 de novembro:** VII Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção – Araranguá.
- 3) **11 e 12 de novembro:** Fórum Estadual de Juízes e Técnicos do Poder Judiciário – Araranguá.
- 4) **01 a 03 de dezembro:** XIII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras – Brasília, participação do Dr. Alexandre Karazawa Takaschima.

9.5. Dados estatísticos

9.5.1. Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 04 (quatro) sessões realizadas;
- 74 (setenta e quatro) processos julgados: 70 de pretendentes italianos, 01 (um) norte americano, 01 (um) francês e 02 (dois) espanhóis.

9.5.2. Adoções realizadas



9.5.2.1. NACIONAIS

Neste ano, **735** ações de adoção nacional foram sentenciadas, mantendo a média do ano anterior de aproximadamente **1500** crianças adotadas por brasileiros em Santa Catarina, uma vez que alguns desses processos de adoção correspondem a grupos de dois ou mais irmãos.

9.5.2.2. INTERNACIONAIS

72 adoções internacionais, sendo:

- **69** já finalizadas
- **03** (três) em estágio de convivência

Itália: **30** casais adotaram **61** crianças, representados pelas Instituições:

II MANTELLO:

- 01 (um) grupo de 02 (dois) irmãos, 08 e 10 anos
- 04 (quatro) grupos de 03 (três) irmãos, entre 03 e 14 anos
- 04 (quatro) grupos de 04(quatro) irmãos, entre 02 e 13 anos

02 (dois) grupos de 05 (cinco) irmãos, entre 03 e 11 anos.

TOTAL: **40** çças/adolescentes

CIFA:

05 (cinco) crianças entre 08 e 11 anos

03 (três) grupos de 02 (dois) irmãos entre 04 e 11 anos

02 (dois) grupos de 03 (três) irmãos entre 03 e 08 anos

01(um) grupo de 04 (quatro) irmãos, 09, 08, 06 e 03 anos

TOTAL: **21** cças/adolescentes

França: 03 (três) casais adotaram 05 (cinco) crianças, representados pela Instituição

MEDECINS DU MONDE:

01 (uma) criança de 11 anos

01 (um) grupo de 04 (quatro) crianças com 12, 09, 08 e 04 anos

TOTAL: **05** (cinco) cças/adolescentes

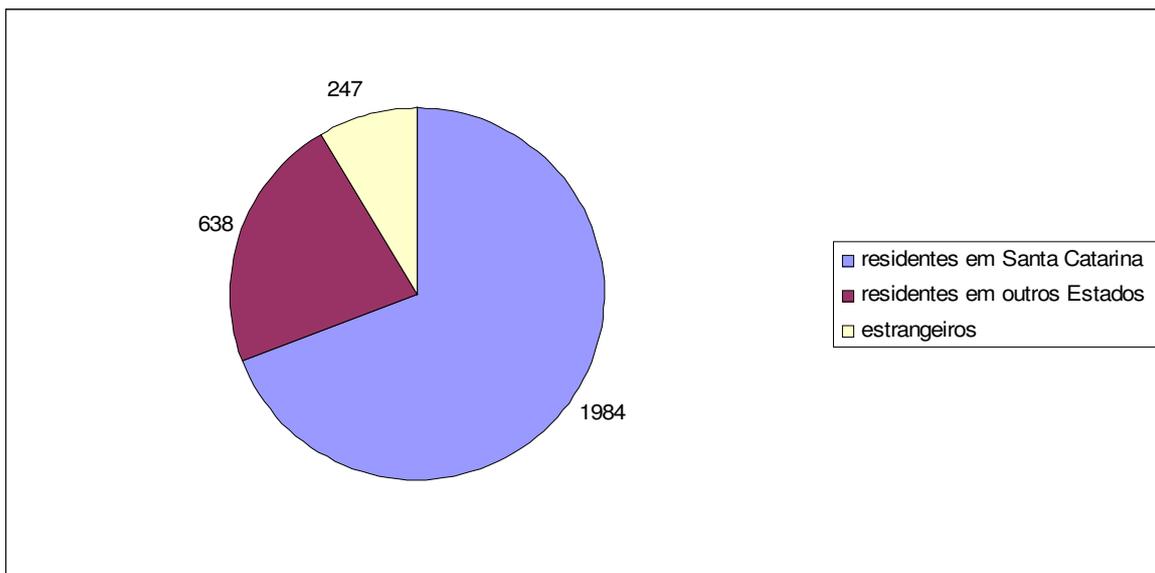
Espanha: 02 (dois) pretendentes, adotaram 02 (duas) crianças, com 13 e 08 anos, representados pela Instituição **BRADOPTA**.

Estados Unidos: 01 (um) casal adotou 01 (uma) adolescente de 13 anos, sem Instituição representante.

9.5.3. Pretendentes habilitados

2869 pretendentes habilitados, sendo:

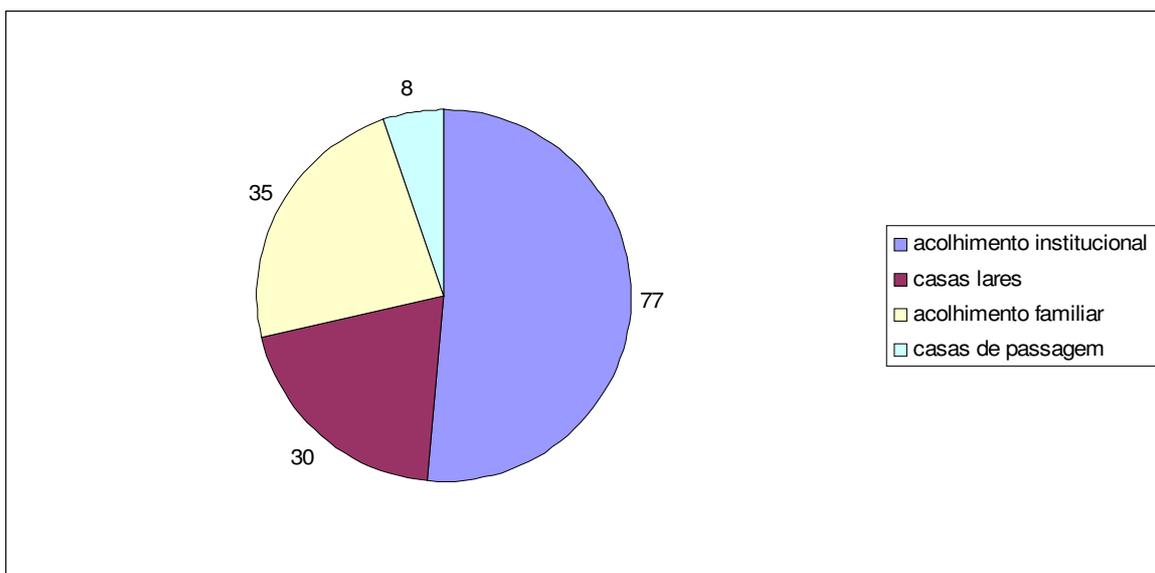
- residentes em Santa Catarina: 1.984 (69,15%)
- residentes em outros Estados: 638 (22,24%)
- estrangeiros: 247 (8,61%)



9.5.4. Entidades de acolhimento cadastradas na CEJA

160 programas de acolhimento, sendo:

- 77 acolhimento institucional (48,13%)
- 30 Casas Lares (18,75%)
- 35 Projetos de Acolhimento Familiar (21,88%)
- 08 Casas de Passagem (05%)

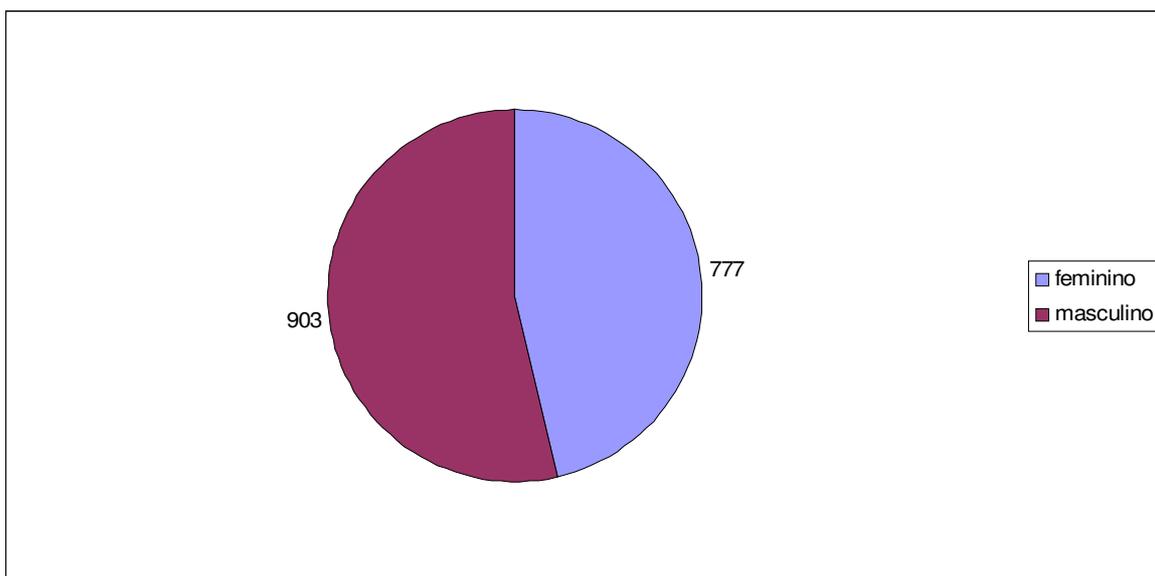


9.5.5. Crianças/Adolescentes acolhidos

1556 crianças/adolescentes acolhidos.

Sexo feminino – 777 (49,94%)

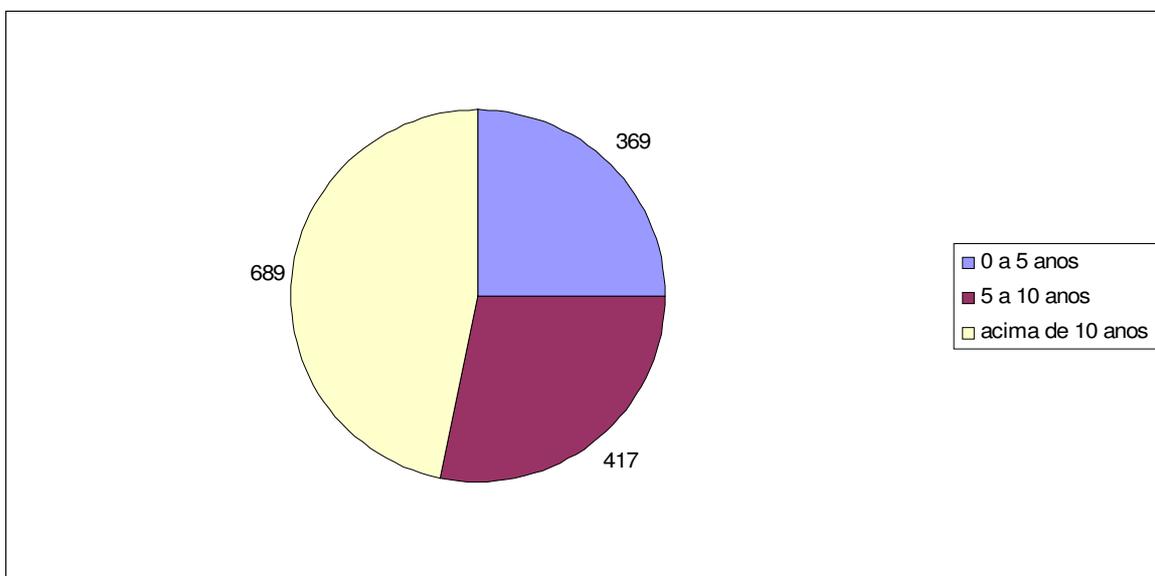
Sexo masculino – 779 (50,06%)



0 a 5 anos – 369 (23,71%)

5 a 10 anos – 417 (26,79%)

acima de 10 anos – 689 (49,48%)



9.6. Grupos de estudos e apoio à adoção

33 grupos de estudos e apoio à adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

9.7. Propostas

1) Continuidade aos seminários anuais de capacitação às assistentes sociais do Poder Judiciário, abordando questões teórico-práticas da profissão, e possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense.

2) Organização do 8º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção que será realizado em Joinville, mês de setembro/2011.

3) Visita aos projetos de acolhimento institucional e familiar (abrigos) do Estado para acompanhar e orientar os usuários acerca da alimentação de dados no CUIDA/Módulo Abrigos.

4) Continuidade ao trabalho de acompanhamento e supervisão às instituições de acolhimento institucional através de relatórios e visitas.

5) Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já instalados.

6) Gerenciamento e monitoramento dos Sistemas do CNJ.

7) Acompanhamento e avaliação dos Cursos de Preparo aos Pretendentes à Adoção.

9.8. Conclusões

As ações propostas no corrente ano foram executadas em sua totalidade e os resultados de pleno êxito; tanto os eventos que tiveram alcance expressivo, aproximando o Poder Judiciário do usuário da justiça, quanto a gestão dos sistemas implantados pelo Conselho Nacional de Justiça que vem passando por adequações para maior eficácia.

A supervisão às Instituições de Acolhimento ficou prejudicada em razão da impossibilidade de inspeção *in loco*, motivo pelo qual encaminhamos, antecipadamente, o cronograma de visita previsto para o primeiro semestre de 2011.

Quanto ao trabalho de rotina da CEJA, a regularidade com que ocorreram as sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional,

permitiram dar encaminhamento a um numero expressivo de processos e por conseqüência, de crianças institucionalizadas que foram adotadas por estrangeiros.

O desempenho positivo da CEJA neste exercício é resultado de uma série de fatores, que vão da dedicação e competência da equipe, ao apoio e participação do seu Presidente, Desembargador Solon D'Eça Neves, sempre presente em todos os eventos e sessões, demonstrando publicamente a importância da Comissão, reconhecendo e valorizando suas ações, transmitindo à equipe sentimento de otimismo.

Importante registrar o apoio dos juízes das varas da infância e da juventude e das assistentes sociais judiciárias, presentes e receptivos aos eventos e trabalhos da Comissão.

Por último, o auxílio dos Juízes Corregedores, Secretário da Corregedoria e seus colaboradores, os quais sempre se mostraram prestativos e cooperativos na condução das ações, demonstrando credibilidade e comprometimento com as questões vinculadas à infância e juventude.

10. ATIVIDADES DA SECRETARIA-GERAL

Durante o ano de 2010, a Secretaria-Geral desenvolveu as seguintes atividades:

- desempenho das atribuições elencadas no art. 26, incisos I a XXII, do RICGJ;
- participação em reunião com a Presidência e Corpo Diretivo do TJSC, no início da nova gestão, e apresentação de projeto da Corregedoria-Geral;
- apresentação de estudo ao Corregedor-Geral para demonstrar a necessidade de novos Analistas Jurídicos, que culminou com o provimento de 11 servidores;
- solicitação de abertura de Edital de Remoção ao Diretor da Diretoria de Recursos Humanos para provimento de cargos de Técnico Judiciário Auxiliar, em razão de aposentadoria de servidor da CGJ;
- assessoramento ao Corregedor-Geral da Justiça;
- organização de viagens do Corregedor-Geral da Justiça e Juízes Corregedores;
- solicitação de diárias e de ressarcimentos de combustível para

viagens realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça, com a respectiva prestação de contas;

- controle orçamentário das despesas realizadas pela Corregedoria-Geral da Justiça no ano de 2010;

- planejamento do orçamento da Corregedoria-Geral da Justiça para o ano de 2011;

- apoio aos Núcleos de Assessoramento (fornecimento de materiais, administração de espaços físicos, dentre outros);

- atendimento a magistrados, advogados, servidores e ao público em geral;

- participação em reuniões orçamentárias e de planejamento com as competentes diretorias deste Tribunal de Justiça;

- verificação da situação do patrimônio da Corregedoria-Geral da Justiça;

- revisão das promoções por desempenho dos servidores lotados na Corregedoria-Geral da Justiça;

- avaliação dos servidores em estágio probatório;

- avaliação mensal dos terceirizados;

- avaliação ergonômica das estações de trabalho;

- redimensionamento da estrutura física da CGJ;

- compra de livros para os núcleos de Assessoramento e Assessorias;

- inscrição dos Juízes Corregedores e Servidores para participarem de cursos e eventos relacionados às suas áreas de atuação;

- inscrição de servidores para participarem de especialização realizada na Universidade Federal de Santa Catarina;

- reunião com os Diretores da Diretoria Geral Judiciária e da Diretoria de Documentação e Informação para tratar da digitalização de processos e documentos da Divisão Administrativa e do Setor de Selos de Fiscalização, de forma a contribuir para a otimização do espaço físico dos respectivos setores, bem como propiciar maior segurança e rapidez na consulta de processos e documentos.

- reuniões com os servidores da Corregedoria-Geral da Justiça para explicar sobre a importância do Programa 5 S, com a indicação dos novos servidores e dos remanescentes para cursá-lo;

- reuniões com a equipe técnica da CGJ para implantação do SAJ 5 na CGJ;
- reunião com Juízes Corregedores e servidores para tratar sobre a necessidade de instalação de Unidade Remota Audível – URA, no âmbito da CGJ;
- reunião com servidores para relacionar os livros em desuso, porquanto desatualizados, e encaminhá-los à Biblioteca do TJSC para posterior baixa.
- solicitação de estagiários para a Divisão Administrativa e Núcleo IV;
- participação da entrega do resultado da avaliação do Programa 5 S – 1º e 2º semestres;
- solicitação de certificado digital (e-CPF) para os Juízes Corregedores e servidores da CGJ;
- solicitação à Academia Judicial de cursos de capacitação para os servidores da CGJ.

11. CONCLUSÃO

Este relatório resumido das atividades da CGJ demonstra o profícuo e árduo trabalho de toda a equipe deste Órgão Correicional, que não mediu esforços para a obtenção de resultados positivos em todas as suas áreas de atuação. Os projetos da CGJ visam estabelecer normas e condutas simplificadas para que possam ser manuseadas e compreendidas por qualquer interessado, independentemente de sua formação técnica.

Dentre nossas atividades, participamos de todos os encontros de estudos e congressos. No início da gestão, fui eleito Secretário-Geral do Colégio de Corregedores-Gerais da Justiça e, atualmente, exerço a função de Vice-Presidente do Colégio (ENCOGE). Estas circunstâncias demonstram o reconhecimento pelo trabalho do nosso Tribunal de Justiça, e é motivo de orgulho para todos nós.

Foram feitas visitas protocolares a todas as comarcas do meio e do extremo oeste do Estado, as quais terão continuidade neste primeiro semestre de 2011 para que possamos colher informações sobre as maiores dificuldades

enfrentadas pelo Primeiro Grau de Jurisdição, no intuito de alcançar a melhor solução para cada caso, mesmo que pontuais.

Neste período, procuramos orientar servidores e magistrados da melhor forma possível, buscando contribuir para o aprimoramento das questões do Poder Judiciário, sempre tendo por objetivo uma prestação jurisdicional e administrativa mais célere.

Por fim, reitero meus agradecimentos aos Senhores Juizes Corregedores Auxiliares e, especialmente, ao corpo técnico que integra esta Corregedoria-Geral, que não esmoreceu diante das dificuldades para o cumprimento das metas traçadas.

A todos meu pleito de agradecimento.

Florianópolis, 14 de janeiro de 2011.

SOLON d'EÇA NEVES

Desembargador Corregedor-Geral da Justiça

12. ANEXOS

12.1 Anexo 1 – Relatório anual de acompanhamento de processos – Divisão Administrativa

12.2. Anexo 2 – Relatório anual das Casas da Cidadania – Divisão Judiciária

12.3. Anexo 3 – Relatório anual do Movimento Forense do Primeiro Grau de Jurisdição – Divisão Judiciária